



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

LIDERANÇAS - 2015

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT - PMDB - PRB - PCdoB - PTdoB - PROS - PR)	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Cristiano Silveira Deputado Doutor Jean Freire Deputado Emidinho Madeira Deputado Mario Henrique Caixa Deputada Rosângela Reis

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV - PSB - PTN - PMN - PEN - PTC - PHS - PPS - PSC - PSD)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Douglas Melo Deputado Glaycon Franco Deputado Roberto Andrade Deputado Thiago Cota Deputado Wander Borges

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB - PTB - PDT - PP - DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vítor Xavier Deputado Neilando Pimenta

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares



LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Léo Portela

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	Vice- Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG
Deputado João Leite	PSDB - BVC
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	Presidente
Deputado João Alberto	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	



Deputado Isauro Calais
Deputado Cristiano Silveira

PMN - BCMG
PT - BMM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Celise Laviola
Deputado Durval Ângelo
Deputado Sargento Rodrigues
Deputado Felipe Attiê
Deputado Fabiano Tolentino
Deputado Agostinho Patrus Filho
Deputado Ivair Nogueira

PMDB - BMM
PT - BMM
PDT - BVC
PP - BVC
PV - BCMG
PPS - BCMG
PMDB - BMM

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quarta-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco
Deputada Cristina Corrêa
Deputado Wander Borges
Deputada Ione Pinheiro
Deputado Thiago Cota

PTdoB - BMM
PT - BMM
PSB - BCMG
DEM - BVC
PPS - BCMG

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Jean Freire
Deputado Elismar Prado
Deputada Arlete Magalhães
Deputado Arlen Santiago
Deputado Glaycon Franco

PT - BMM
PT - BMM
PTN - BCMG
PTB - BVC
PTN - BCMG

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado
Deputado Roberto Andrade
Deputado Noraldino Júnior
Deputado Sargento Rodrigues
Deputado Douglas Melo

PT - BMM
PTN - BCMG
PSC - BCMG
PDT - BVC
PSC - BCMG

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonídio Bouças
Deputado Anselmo José Domingos
Deputado Tony Carlos
Deputado João Vitor Xavier
Deputado Fred Costa

PMDB - BMM
PTC - BCMG
PMDB - BMM
PSDB - BVC
PEN - BCMG

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir
Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Elismar Prado
Deputado Arnaldo Silva

PSD - BCMG
DEM - BVC
PSDB - BVC
PT - BMM
PR - BMM

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Jorge
Deputada Ione Pinheiro

PPS - BCMG
DEM - BVC



Deputado Dalmo Ribeiro Silva
Deputada Rosângela Reis
Deputado Fábio de Avelar

PSDB - BVC
PROS - BMM
PTdoB- BMM

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Cristiano Silveira
Deputado Durval Ângelo
Deputado Carlos Pimenta
Deputado Duarte Bechir
Deputado Paulo Lamac

PT - BMM
PT - BMM
PDT - BVC
PSD - BCMG
PT - BMM

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ricardo Faria
Deputado Emidinho Madeira
Deputado Missionário Márcio Santiago
Deputado Fábio Cherem
Deputado Cabo Júlio

PCdoB- BMM
PT doB- BMM
PTB- BVC
PSD - BCMG
PMDB - BMM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Lamac
Deputado Douglas Melo
Deputado Dalmo Ribeiro Silva
Deputado Carlos Henrique
Deputado Ivair Nogueira

PT - BMM
PSC - BCMG
PSDB - BVC
PRB - BMM
PT - BMM

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Cristina Corrêa
Deputado Fred Costa
Deputada Ione Pinheiro
Deputado Cristiano Silveira
Deputada Arlete Magalhães

PT - BMM
PEN - BCMG
DEM - BVC
PT - BMM
PTN - BCMG

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Anselmo José Domingos
Deputado Mário Henrique Caixa
Deputado Antonio Lerin
Deputado Fábio de Avelar
Deputado João Vitor Xavier

PTC - BCMG
PCdoB - BMM
PSB - BCMG
PTdoB - BMM
PSDB - BVC

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Douglas Melo
Deputada Geisa Teixeira
Deputado Wander Borges
Deputado Gilberto Abramo
Deputado Gustavo Valadares

PSC - BCMG
PT - BMM
PSB - BCMG
PRB- BMM
PSDB - BVC

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM
Deputada Marília Campos	PT - BMM
Deputado Gil Pereira	PP - BVC
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC
Deputado Bosco	PTdoB - BMM

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira	PP - BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM	
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Marília Campos	PT - BMM	Presidente
-------------------------	----------	------------



Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Fábio de Avelar	PTdoB - BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	
Deputado Nozinho	PDT - BVC	
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB - BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Léo Portela	PR - BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PR - BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:



Deputado Rogério Correia	PT - BMM
Deputado João Alberto	PMDB - BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	
Deputado Ricardo Faria	PCdoB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM
Deputado Mário Henrique Caixa	PCdoB - BMM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMN - BCMG	
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mário Henrique Caixa	PCdoB - BMM
Deputado Bosco	PTdoB - BMM
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC

**COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró Marra	PR - BMM	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Léo Portela	PR - BMM
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	
Deputado Fábio de Avelar	PTdoB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Carlos Henrique	PRB - BMM

COMISSÃO DE ÉTICA**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM
Ouvidor-Geral: Deputado	

SUMÁRIO**1 - ATAS**

1.1 - Reuniões de Comissões

**2 - ORDENS DO DIA**

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**5 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE****6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

ATAS

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/3/2015

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Inácio Franco e Nozinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Nozinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições da comissão e comunica o recebimento de convite da Cooperativa de Cafeicultores de Cooxupé aos membros da comissão para participarem da Feira de Máquinas, Implementos e Insumos Agrícolas – Femagri - que será realizada de 18 a 22/3/2015, em Guaxupé. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 360/2015, do deputado Antônio Lerin, em que solicita seja realizada reunião em Uberaba para debater, em audiência pública, durante a Megaleite 2015, organizada pela Associação Brasileira dos Criadores de Girolando, a criação da Semana do Leite.

nº 361/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja realizada visita à Diretoria Executiva da CeasaMinas para conhecer os projetos propostos pela nova administração, especialmente aqueles que afetam diretamente o Mercado Livre do Produtor - MLP- sob responsabilidade do governo do Estado.

nº 362/2015, do deputado Emidinho Madeira, em que solicita seja realizada reunião em Nova Rezende para discutir, em audiência pública, a constituição do Consórcio Regional para o Desenvolvimento do Café no Sul e Sudoeste de Minas e o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Cafeicultura.

nº 520/2015, do deputado Emidinho Madeira, em que solicita seja realizada visita à Feira de Máquinas, Implementos e Insumos Agrícolas – Femagr -, promovida pela Cooperativa dos Cafeicultores, no Município de Guaxupé.

nº 522/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as conclusões e propostas de ações e políticas públicas apresentadas aos jovens do campo e aprovadas no III Festival da Juventude Rural de Minas Gerais - Contribuindo para o Fortalecimento do Meio Rural.

nº 523/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Nozinho, Inácio Franco e Emidinho Madeira, em que solicitam seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, os mecanismos de financiamento das emergências sanitárias das atividades avícolas, especialmente o Fundo de Emergência Sanitária das atividades avícolas, Avicultura - Funamig -;

nº 524/2015, dos deputados Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino e Nozinho, em que solicitam seja realizada visita da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial à 27ª Specialty Coffee Association of America (27ª Feira de Cafés Especiais dos Estados Unidos) em Seattle - USA, que acontece de 10 a 12/4/2015, e participar do Fair Trade no dia 9/4/2015, no mesmo local.

nº 527/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Nozinho, Emidinho Madeira e Inácio Franco, em que solicitam seja realizada reunião para a discutir, em audiência pública, os impactos da crise hídrica sobre produtores rurais e suas cadeias produtivas e os entraves à reservação de água.

nº 528/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Nozinho e Inácio Franco, em que solicitam seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, a situação da equinocultura no Estado.

nº 530/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho e Emidinho Madeira, em que solicitam seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, as políticas públicas para a agricultura familiar e a estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário.

nº 531/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Inácio Franco e Nozinho, em que solicitam seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, a situação da cadeia produtiva da avicultura do Estado.

nº 533/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho e Emidinho Madeira, em que solicitam seja realizada visita para apresentar a nova composição da comissão e conhecer as demandas da Faemg.

nº 535/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Emidinho Madeira e Nozinho, em que solicitam seja realizada visita para apresentar a nova composição da comissão e conhecer as demandas da Fetaemg.

nº 537/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Nozinho e Inácio Franco, em que solicitam seja realizada visita para apresentar a nova composição da comissão e conhecer as demandas da Epamig.

nº 538/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho e Emidinho Madeira, em que solicitam sejam realizadas visitas na Região Metropolitana de Belo Horizonte para apresentar a nova composição da comissão e conhecer a experiência de propriedades beneficiadas com a Bolsa Verde.

nº 540/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho e Emidinho Madeira, em que solicitam seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, a securitização agrícola.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente - Emidinho Madeira - Inácio Franco - Nozinho.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/3/2015

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Tony Carlos e Carlos Pimenta (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Dilzon Melo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tony Carlos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Flávio Decat de Moura, diretor-presidente de Furnas Centrais Elétricas e cartões das instituições Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas - Codemig; Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig; e Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais - Siamig -, parabenizando o presidente pela posse e desejando sucesso nos trabalhos; e *e-mail* recebido por meio do Fale com a Assembleia em 11/3/2015, do Sr. Reginaldo Soares, preocupado com a expansão dos minerodutos diante da crise hídrica. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 601/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada visita à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - para discutir o acúmulo dos projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs -, que, segundo o Tribunal de Contas da União, se encontram paralisados em razão de exigências de licenças ambientais para projetos com mais de um interessado;

nº 602/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião para debater, com convidados, a situação que se encontra a Ruralminas e qual a programação para execução de pequenas e médias barragens já aprovadas ou projetadas por esse órgão;

nº 603/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a comissão de Meio Ambiente para debater, em audiência pública, a construção de barragens na região Norte de Minas paralisadas há anos em virtude de diversos entraves entre os quais os relacionados com os licenciamentos ambientais;

nº 604/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informação sobre quantos e quais são os poços artesianos situados no Norte de Minas que estão inoperantes por falta de ligação de energia elétrica;

nº 607/2015, do deputado Tony Carlos, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, soluções para a extração de areia no Rio Grande, na região do Triângulo, com a presença dos extratores de areia, do Ministério Público Federal, da Cemig e do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2015.

Gil Pereira, presidente - Tony Carlos - Carlos Pimenta.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/3/2015

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e os deputados Thiago Cota e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Cristina Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e apreciar matérias da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Petrônio Souza, em que solicita, junto à Diretoria de Comunicação Social da Assembleia Legislativa, a doação do livro *Os Duzentos Anos de Aleijadinho*, editado por esta Casa, para a Biblioteca da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

529/2015, do deputado João Leite, em que solicita seja realizada reunião para debater a extinção do balé jovem da Fundação Clóvis Salgado;

536/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada visita da comissão ao Sr. Marcos Paulo de Souza Miranda, coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico Minas Gerais, com a finalidade de discutir as ações de proteção ao patrimônio do Estado.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

648/2015, do deputado Thiago Cota, em que solicita seja realizada visita à Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop - com a finalidade de conhecer os projetos e programas desenvolvidos pela instituição;

651/2015, do deputado Thiago Cota, solicitando reunião no Município de Mariana, para debater, em audiência pública, políticas públicas voltadas para a área da cultura na região dos Inconfidentes.



Em seguida, o deputado Thiago Cota comunica a realização do 1º Fórum Intermunicipal de Cultura em Ponte Nova, de 28 a 29/4/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2015.

Bosco, presidente - Cristina Corrêa - Thiago Cota - Wander Borges - Ione Pinheiro.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/3/2015

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Roberto Andrade, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Douglas Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 542/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, a gestão do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência da macrorregião e do Centro;

nº 543/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião da comissão para discutir, em audiência pública, a abordagem e o atendimento dispensado às pessoas com doenças raras, genéticas e contagiosas pelas companhias aéreas;

nº 544/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião da comissão para discutir, em audiência pública, o atendimento aos usuários de transporte aéreo em Minas Gerais;

nº 545/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião da comissão para discutir, em audiência pública, o aumento no valor de pedágio na MG-050 -, entre as cidades de Mateus Leme e Itaúna;

nº 547/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião da comissão para discutir, em audiência pública, a situação dos idosos diante dos planos de saúde do Estado de Minas Gerais;

nº 548/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja realizada reunião da comissão para discutir, em audiência pública, o atendimento das empresas de telefonia no Estado de Minas Gerais;

nº 549/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater e solicitar, em audiência pública, as providências cabíveis quanto às mudanças adotadas pelas operadoras de telefonia móvel para o bloqueio do acesso à internet pelos clientes de planos pós-pago e pré-pago que atingem a franquia mensal contratada;

nº 550/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater e solicitar, em audiência pública, as providências devidas quanto a má prestação de serviços pelas empresas prestadoras do serviço de televisão por assinatura, bem como a aplicação da Lei nº 20.334, de autoria desse deputado, que dispõe sobre a forma de entrega de produtos e serviços em domicílio;

nº 551/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, o impacto do aumento tarifário das contas de energia elétrica e a aplicação dos sistemas de bandeiras tarifárias nas contas dos consumidores mineiros;

nº 552/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada reunião da comissão para discutir, em audiência pública, a violação dos direitos do consumidor por parte da Construtora Tenda S.A, referente ao Residencial Santa Luzia Life, em construção na cidade de Santa Luzia;

nº 553/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que solicita seja realizada reunião conjunta da comissão com a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude para discutir, em audiência pública os custos e os preços de ingressos cobrados para cada evento e jogos no Estádio Governador Magalhães Pinto, bem como os valores pagos pela Minas Arena ao Estado;

nº 554/2015, do deputado Roberto Andrade, em que solicita seja realizada reunião conjunta da comissão com as comissões de Saúde e de Segurança Pública, para debaterem, em audiência pública, a realização de eventos com bebidas liberadas (*open bar*) ou similares no Estado de Minas Gerais;

nº 555/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada reunião da comissão no Município de Sete Lagoas para que a autarquia Serviço Autônomo de Água e Esgoto - Saae - preste esclarecimentos, em audiência pública, sobre a má qualidade da água fornecida à população e sobre a cobrança do serviço, independentemente de sua prestação ou não;

nº 556/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizada reunião da comissão para discutir, em audiência pública, a atuação das operadoras de telefonia no Município de Juiz de Fora;

nº 557/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizada reunião da comissão para verificar, em audiência pública, a existência de irregularidades na construção do Residencial Porto Seguro, feito pela Construtora Havaí, no Município de Juiz de Fora;

nº 559/2015, do deputado Elismar Prado, em que solicita seja realizada reunião da comissão para colher informações, em audiência pública, sobre a redução de ICMS que incide na tarifa de energia elétrica no Estado de Minas Gerais;

nº 657/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao presidente desta Casa solicitação para suspensão de audiência pública destinada a debater as condições de atendimento ao usuário do Move em Belo Horizonte, em flagrante desrespeito às competências da comissão, conforme dispõe o art. 102, inciso IV, do Regimento Interno, e, ainda, em face de recebimento do Requerimento nº 541/2015, de mesmo teor, na comissão, seja realizada reunião com os presidentes das comissões permanentes para discutir as competências regimentais inerentes a essas comissões.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 653/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada reunião da comissão no Município de Sete Lagoas e região para debater, em audiência pública, a ineficiência da prestação de serviço das operadoras de telefonia celular no referido município.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2015.

Elismar Prado, presidente - Douglas Melo - Noraldino Júnior - Sargento Rodrigues.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/3/2015

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Ricardo Faria e Fábio Cherem (substituindo o deputado Glaycon Franco, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Ione Pinheiro e Marília Campos e os deputados Rogério Correia, Léo Portela, Noraldino Júnior, Douglas Melo e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, no termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a ouvir a apresentação do relatório detalhado de informações pelo gestor do SUS no Estado, em cumprimento ao art. 36, § 5º, da Lei Complementar nº 141, que dispõe sobre normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Poliana Cardoso Lopes, assessora-chefe de planejamento da Secretaria de Estado de Saúde; Maria Emília Costa, diretora interina da Fundação Ezequiel Dias; Meiri Ana de Castro, assessora da Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças da Fundação Ezequiel Dias; Rita Maria Lopes Naveira, diretora do Instituto Octávio Magalhães; Júnia Guimarães Mourão Cioffi, presidente da Fundação Hemominas; Roseni Rosângela de Sena, diretora da Escola de Saúde de Minas Gerais; e os Srs. Fausto Pereira dos Santos, secretário de Estado de Saúde; Renato Fraga, presidente da Fundação Ezequiel Dias; Jorge Raimundo Nahas, presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais- Fhemig; Fernando Antônio Brandão, diretor da Fhemig; Renato Barros, diretor do Sind-Saúde de Minas Gerais; Carlos Eduardo Ferreira, diretor hospitalar do Instituto Mário Penna; Gláucio de Oliveira Nangino, representante da Santa Casa de Belo Horizonte; Itagiba de Castro Filho, presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais; Lincoln Lopes Ferreira, presidente da Associação Médica de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 658/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire, Carlos Pimenta e Antônio Jorge, em que solicitam seja encaminhado ofício ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para realização de campanha publicitária em prol de crianças desaparecidas no Estado em parceria com o Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais e os órgãos de imprensa;

nº 659/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire, Carlos Pimenta e Ricardo Faria, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a assistência farmacêutica no Estado;

nº 660/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire, Carlos Pimenta e Ricardo Faria, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a implantação da Rede Macrorregional de Serviço de Verificação de Óbito - SVO - no Estado, convidando representantes das Secretarias de Estado de Saúde e de Defesa Social e do Serviço de Atendimento Médico de Urgência;

nº 661/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os planos de carreiras de todos os profissionais do Sistema Único de Saúde.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2015.

Arlen Santiago, presidente - Carlos Pimenta - Glaycon Franco.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/3/2015

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Douglas Melo e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Requerimentos nºs 236 e 248/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 652/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada visita da comissão à Usina de Furnas para conhecer as ações realizadas na área de educação dessa empresa e a possibilidade de absorção do centro de pesquisas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - e a doação da Escola de São José da Barra, que se encontra sob a responsabilidade daquela usina, ao Estado de Minas Gerais;



nº 654/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a construção urgente de instalações para a Escola Estadual Ana Salles, situada no Município de Juiz de Fora;

nº 655/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de informações sobre os procedimentos adotados, até o momento, para a aquisição de câmeras de segurança para a Escola Estadual Ana Salles, situada no Município de Juiz de Fora;

nº 656/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação e à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre o processo de restauração do Palacete Santa Mafalda, que abriga atualmente a Escola Estadual Delfim Moreira, situada no Município de Juiz de Fora.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2015.

Paulo Lamac, presidente - Douglas Melo - Ivair Nogueira - Ione Pinheiro.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/3/2015

Às 19h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Anselmo José Domingos (substituindo o deputado Fred Costa, por indicação da liderança do BCMG), membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Iran Barbosa, membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a concessão de licença para a construção de condomínio na mata do Bairro Planalto, localizado no Município de Belo Horizonte, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Magali Ferraz Trindade, presidente da Associação do Planalto; e Andréa Luisa Zhouri, doutora em sociologia e coordenadora do Grupo de Estudo em Temáticas Ambientais - Gesta-UFMG -; e os Srs. Iury Valente, biólogo; e os Srs. vereadores Juninho Pain, Gilson Reis, Heleno, Adriano Ventura, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; frei Gilvander Luis Moreira, da Comissão Pastoral da Terra; e Wilson Ferreira Campos, advogado, que são convidados a tomar assento à mesa. A seguir, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de março de 2015.

Fred Costa, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/3/2015

Às 9h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Durval Ângelo, Cabo Júlio e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Carlos Pimenta, por indicação da Liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Durval Ângelo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir possível violação de direitos e garantias fundamentais, constrangimento ilegal, abuso de autoridade e assédio sexual contra duas policiais militares lotadas no 46º BPM, apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* da Assessoria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República referente ao Pronatec Aprendiz 2015 para uma parceria de divulgação do programa e mobilização do público-alvo, neste caso a diversidade religiosa, e de cidadão solicitando que o filho Jonathan dos Reis Rodrigues, que se encontra preso no Presídio Inspecor José Martinho Drumond Fazenda das Lages, em Ribeirão das Neves, seja transferido para outra unidade prisional uma vez que sofre ameaças de morte e de agressões físicas. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Janaina de Andrade Dauro, promotora de justiça (12/3/2015); e dos Srs. Fernando Flávio Dias Rodrigues, delegado de Polícia Federal, e Washington Rocha de Aquino, secretário da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (19/3/2015). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sd.PM Jéssica Franciele de Oliveira; Sd.PM Marcela Fonseca de Oliveira; Sd.PM Katya Flávia Caixeta de Queiroz; e Sd.PM Amanda Valadares Xavier, lotadas no 46º Batalhão de Polícia - 10ª Região de Polícia Militar, em Patrocínio; e o Ten.-Cel PM José Roberto Pereira, da área de direitos humanos da corregedoria da PMMG; Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais; e Ten.-Cel PM Ailton Cirilo da Silva, vice-presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 280 e 281/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:



nº 750/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para que seja dada prioridade e celeridade ao processo de investigação a respeito do atentado, de teor político e antidemocrático, ocorrido na madrugada do 9/3/2015, contra Rafael Gustavo Paiva Teixeira;

nº 751/2015, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão Saúde para debater temas relacionados à Colônia Santa Izabel, localizada no Município de Betim;

nº 752/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado ao diretor-presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. - Copanor - pedido de informações acerca da situação do Rio Capivari, principal bacia hidrográfica de Chapada do Norte, e acerca do prazo de outorga e do volume de vazão autorizado para retirada de água concedido às empresas de eucalipto e café presentes na região, tendo em vista a garantia dos direitos fundamentais;

nº 753/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizada audiência pública desta comissão para debater a situação das ocupações urbanas por moradia em Belo Horizonte e Região Metropolitana, tendo em vista a garantia dos direitos fundamentais;

nº 754/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto Mineiro de Gestão de Águas - Igam - pedido de informações acerca da situação do Rio Capivari, principal bacia hidrográfica de Chapada, e acerca do prazo de outorga e do volume de vazão autorizado para retirada de água concedido às empresas de eucalipto e café presentes na região, tendo em vista a garantia dos direitos fundamentais;

nº 755/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais pedido de informações acerca do cumprimento da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, aprovada em 2013, da nova convocação para a segunda fase do concurso e do cronograma de convocações e da prorrogação do edital, tendo em vista a garantia dos direitos fundamentais;

nº 756/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública desta comissão no Município de Jordânia para debater o conflito agrário no Acampamento Vida Nova;

nº 757/2015, do deputado Thiago Cota, em que solicita seja realizada audiência pública para debater, na semana do Dia Nacional do Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, em 18/05/2015, o tema;

nº 758/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Viçosa para debater a violação dos direitos humanos das vítimas do alagamento ocorrido nesse município em 23/3/2015;

nº 759/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada visita conjunta com a Comissão Extraordinária das Mulheres ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para debater a ampliação e parceria dessa corte na criação e ampliação de órgãos e setores do judiciário para atendimento específico às causas da mulher;

nº 760/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social, à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, à Companhia Estadual de Saneamento - Copasa-MG -, à Coordenação do Programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais pedido de providências, acompanhado de cópia do relatório de visita da Comissão de Direitos Humanos ao Ceresp de Betim, realizada em 13/3/2015, em face das violações de direitos humanos ocorridas nesse estabelecimento, solicitando medidas urgentes tais como a resolução do problema da falta de água, a realização de um mutirão carcerário e a humanização do presídio em benefício dos presos, visitantes e profissionais que atuam na unidade;

nº 761/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 25/03/2015, para instauração de inquérito policial militar pela prática, em tese, de crimes militares pelo 2º Ten. PM Paulo César Pereira Chagas, com previsão nos arts. 174 (rigor excessivo), 175 (violência contra inferior), 176 (ofensa aviltante a inferior) e 215 a 217 (crimes contra a honra, difamação e injúria real, respectivamente), todos constantes no Decreto nº 1.001, de 1969 - CPM;

nº 762/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a instauração de processo administrativo militar pela prática, em tese, de infração disciplinar pelo 2º Ten. PM Paulo César Pereira Chagas, prevista no art. 13, III, combinado com o art. 64, II (dar causa a grave escândalo comprometendo a honra pessoal e o decoro da classe), ambos previstos na Lei nº 14.310, de 2002 - CEDM, tendo em vista os fatos narrados na 3ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 25/3/2015;

nº 768/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Promotoria de Defesa da Saúde do Estado de Minas Gerais, ao Conselho Federal e ao Conselho Regional de Medicina pedido de providências quanto às denúncias de ocorrência de supostos erros médicos atribuídos ao Dr. Denilson Ferreira dos Santos e ao diretor do Hospital São Miguel, Dr. João Bosco, no Município de Jequitinhonha;

nº 773/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e ao corregedor-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de informações, acompanhado de cópias dos Requerimentos de Comissão nºs 761 e 762/2015, aprovados na referida reunião, sobre os resultados e medidas tomadas pela corporação, ao final das apurações de possíveis crimes militares e infração disciplinar, praticados, em tese, pelo 2º Ten. PM Paulo César Pereira Chagas, tendo em vista os fatos narrados na 3ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 25/3/2015;

nº 774/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública para debater, a violação de direitos e garantias fundamentais, constrangimento ilegal, abuso de autoridade e assédio sexual contra policiais militares lotadas no 46º BPM, convidando os componentes da mesa da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 25/3/2015, e, em face de ausência anterior, convocando o 2º Ten. PM Paulo César Pereira Chagas e o Cel. PM Elias Perpétuo Saraiva, da 10ª Região de Polícia Militar da Comarca de Patrocínio;

nº 775/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado à Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial da Comarca de Patrocínio pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 25/3/2015, para a apuração dos fatos narrados, especialmente da prática, em tese, de improbidade



administrativa e assédio sexual, pelo 2º Ten. PM Paulo César Pereira Chagas, lotado no 46º Batalhão de Polícia Militar, contra policiais militares femininas subordinadas;

nº 776/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado à Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos e Controle Externo das Atividades Policiais e à Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 25/3/2015, para a apuração dos fatos narrados, especialmente da prática, em tese, de improbidade administrativa e assédio sexual, pelo 2º Ten. PM Paulo César Pereira Chagas, lotado no 46º Batalhão de Polícia Militar, contra policiais militares femininas subordinadas;

nº 784/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-MG - pedido de providências, acompanhado de cópia do relatório de visita da Comissão de Direitos Humanos ao Ceresp de Betim, realizada em 13/3/2015, em face das violações de direitos humanos ocorridas nesse estabelecimento, solicitando medidas urgentes, tais como a resolução do problema da falta de água, a realização de um mutirão carcerário e a humanização do presídio em benefício dos presos, visitantes e profissionais que atuam na unidade.

Em seguida é aprovado o relatório de visita realizada em 13/3/2015 ao Centro de Remanejamento do Sistema Prisional - Ceresp - de Betim. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Direitos Humanos

Local Visitado: Centro de Remanejamento do Sistema Prisional – Ceresp – de Betim

Apresentação

A requerimento do deputado Cristiano Silveira, a Comissão de Direitos Humanos visitou, em 13/3/2015, às 14h30min, o Centro de Remanejamento do Sistema Prisional – Ceresp – de Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

O presidente da comissão, deputado Cristiano Silveira, foi recebido pelo diretor-geral da unidade, Roberto de Deus Lopes. Estiveram também no presídio os Srs. Leonardo Antônio Bolina Filgueiras, juiz da Vara de Execuções Penais da Comarca de Betim, e Carlos Frederico Rosignoli de Lima, defensor público do Estado.

Relato

Com base em denúncias recebidas pela comissão, a visita teve por finalidade verificar suposta violação aos direitos humanos no Centro de Remanejamento do Sistema Prisional – Ceresp – de Betim.

Em 9/3/2015, ocorreu um princípio de motim no local, devido, principalmente, à superlotação e à falta de água nas celas. A situação foi contornada após negociação com a direção da unidade, que acionou o Comando de Operações Especiais – Cope – da Subsecretaria de Administração Prisional – Suapi.

Inicialmente, o diretor-geral do presídio confirmou a ocorrência do motim, mas destacou que ele foi debelado sem consequências mais graves. Todavia, ressaltou que os distúrbios podem voltar a ocorrer, visto que as principais causas da indignação dos detentos – a deficiência no fornecimento de água e a superlotação da cadeia – permaneciam sem perspectiva de solução definitiva à vista.

No que toca à lotação da unidade, é fato que existe superlotação. Com capacidade para 408 presos, o Ceresp tinha, no dia da visita, 1.329 detentos.

Já com relação à falta de água nas celas, ele explicou que há várias razões. Primeiramente porque o presídio está comportando um número de presos três vezes maior que a sua capacidade projetada. Em segundo lugar, porque a Copasa teria reduzido a vazão do fornecimento de água para a região, afetando o presídio. Segundo o diretor, após o princípio de motim, a Copasa foi acionada para a normalização do fornecimento de água para o presídio.

Em terceiro lugar, o diretor do Ceresp apontou que as caixas d'água da unidade estão com problemas estruturais, sobre os quais, segundo ele, a Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds – vem sendo alertado desde maio de 2014. As caixas d'água estão com vazamentos constantes devido a rachaduras, e o sistema de boias que controla o fluxo de água não está funcionando corretamente, fazendo com que as caixas vazem regularmente. A administração do problema requer acompanhamento diário e escalonamento do fluxo de água para as celas. O problema começou em maio de 2014 e o diretor entregou ao presidente da comissão diversos ofícios comunicando o problema e alertando sobre os riscos para a tranquilidade da unidade.

O juiz Leonardo Antônio Bolina Filgueiras, da Vara de Execuções Penais da Comarca de Betim, qualificou a situação no presídio como calamitosa. Disse também que uma juíza da Comarca de Betim havia determinado, em medida liminar, a interdição do Ceresp Betim e a redução do número de detentos. Segundo o diretor da unidade, a Seds ainda não teria sido notificada sobre a decisão judicial. O diretor disse também que, nos próximos dias, cumpriria ordem oriunda da Seds para a transferência de cerca de 500 presos do Ceresp Betim para outras unidades, mas ressaltou que já havia sido informado de que outros 350 detentos seriam transferidos de outras unidades para o Ceresp Betim.

O deputado Cristiano Silveira ponderou que diante da grave situação, bem como da dificuldade de construção imediata de novos presídios, seria relevante a realização de um mutirão de assistência jurídica na unidade, com o intuito de se verificarem possíveis casos de substituição da prisão por medidas cautelares diversas da privação de liberdade. O juiz da Vara de Execuções Penais concordou com a proposta, mas ressaltou também que a maior parte dos presos do Ceresp Betim tiveram sua prisão decretada por juízes de outras comarcas da RMBH, e sugeriu que, para um mutirão bem sucedido, deve ser envolvido o Tribunal de Justiça, por meio do projeto Novos Rumos.

O diretor da unidade informou que, diante da permanência do problema da falta d'água, os presos estariam ameaçando novo motim no fim de semana, no dia de visitas aos presos.

A seguir, o presidente da comissão dirigiu-se às celas para conversar com os detentos, ouvir relatos e acalmar os ânimos. Logo na chegada às celas ficou visível a razão da revolta dos presos. A falta d'água interrompia o funcionamento das descargas dos vasos sanitários por longo período. Como cada cela é ocupada por até 22 presos, o mau cheiro era nítido e notório.

Em linhas gerais, foi observado o seguinte:

- Ficou constatada a superlotação da unidade prisional. Duas dezenas de presos ou mais têm que dividir o espaço projetado para receber no máximo seis detentos, em cada cela.

- A falta de água inviabiliza o funcionamento das descargas nos vasos sanitários das celas, obrigando os cerca de 20 ou mais presos de cada cela a conviver por horas com o mau cheiro e a falta de higiene. O presidente constatou *in loco* o mau cheiro nas acomodações dos presos, local onde devem fazer suas necessidades, dormir e se alimentar. Os presos reclamaram da falta de higiene devido à falta d'água. Além do mau cheiro, alertaram sobre a impossibilidade de uso de roupas limpas e a sede que enfrentavam diariamente. Havia também muito lixo espalhado nos corredores de acesso às celas.

- Constitui reclamação geral dos detentos a ausência de assistência jurídica, seja por meio da Defensoria Pública, seja por meio de advogado particular. Diversos presos, a maioria provisórios, alegaram que já teriam o direito de ser soltos. O fato de a maior parte dos detentos terem sido originalmente presos em outros municípios da Região Metropolitana torna disperso e complexo o exame da situação jurídica de cada um deles. Alguns detentos alegaram que estavam presos por motivos de menor potencial ofensivo e sem o devido fundamento jurídico. Os presos alegaram também desamparo e falta de referência sobre a quem recorrer para tentar o relaxamento da prisão.

- Alguns detentos alegaram que já deveriam ter sido transferidos para penitenciárias, pois eram presos condenados, não devendo, portanto, cumprir pena em unidade destinada a presos provisórios.

- O detentos reclamaram da falta de assistências médica e odontológica, alguns inclusive solicitando atendimento de urgência.

- Também foi apresentada queixa com relação a revistas íntimas vexatórias impostas aos familiares dos presos, sobretudo mulheres, que, para visitá-los, seriam submetidas ao procedimento de revista de pé sobre espelhos, com as pernas abertas para averiguação. Também foi denunciada a demora da permissão de entrada para as visitas dos presos, as quais chegam a ficar até 3 horas aguardando do lado de fora da unidade.

Conclusão

No final da visita, ficou constatada a grave situação do Ceresp de Betim, denotando a necessidade urgente de medidas tais como a resolução do problema da falta de água, a realização de um mutirão carcerário e a humanização de uma forma geral do presídio, em benefício dos presos, visitantes e profissionais que atuam na unidade. Acompanham este relatório documentos entregues pela direção da unidade sobre o problema do fornecimento de água para o Ceresp Betim, laudo técnico elaborado pelo Ministério Público sobre o presídio e fotografias da visita.

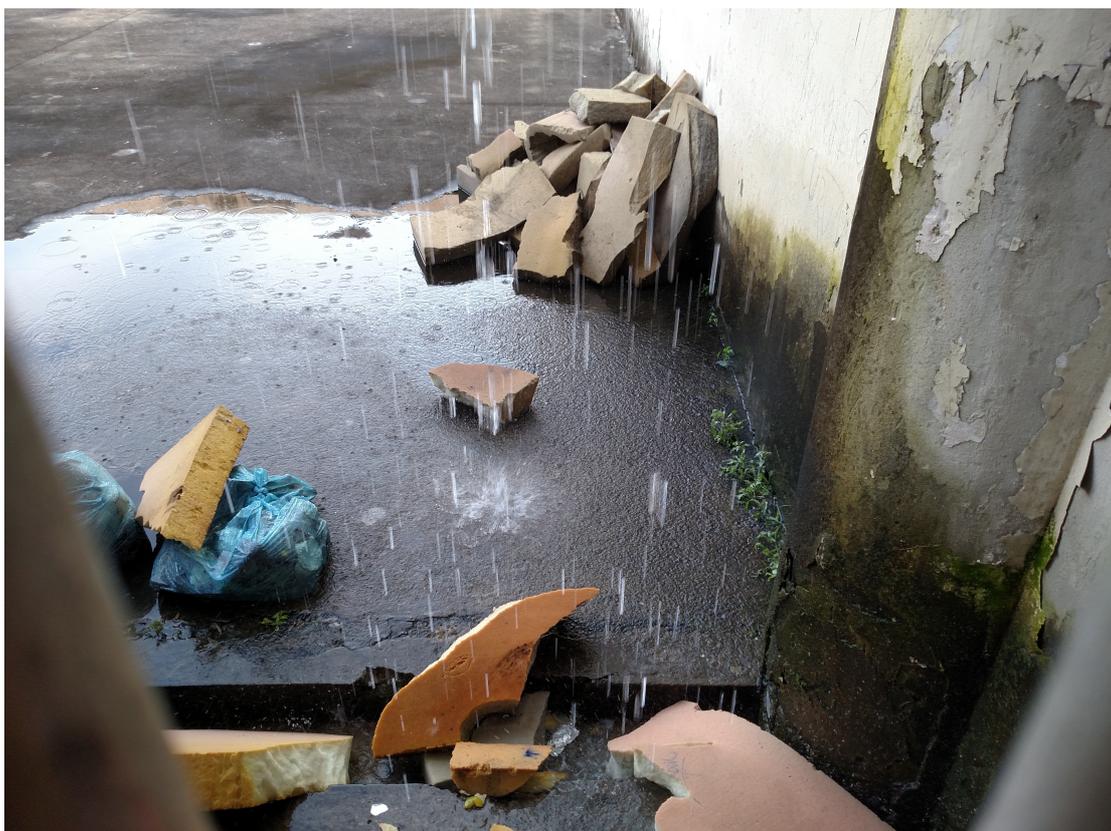
Sala das Comissões, 25 de março de 2015.

Cristiano Silveira, presidente - Cabo Júlio - Durval Ângelo.

Deputado Cristiano Silveira ouve os detentos

Vazamento d



**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 8/4/2015****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 200/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao comandante da 2ª Região da Polícia Militar de Betim pedido de informações sobre a quantidade de máquinas de caça-níquel apreendidas nos últimos 12 meses e sobre o número de Reds dessas apreensões. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 212/2015, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre a concessão do Sistema BRT-Move da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de envio de cópia do contrato da referida concessão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 2/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Célio Dantas de Brito para o cargo de diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 3/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Roberto do Nascimento Rodrigues para o cargo de presidente da Fundação João Pinheiro – FJP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 5/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Evaldo Ferreira Vilela para o cargo de presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.



2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 6/2015, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 8/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 8/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 284/2015, do deputado Cabo Júlio.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 8/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública para debater a atual situação da Ruralminas e a programação para a execução de pequenas e médias barragens aprovadas ou projetadas por esse órgão, bem como para obter informações sobre as barragens construídas nos governos anteriores.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 8/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 8/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Finalidade: discutir, em audiência pública, a situação da equinocultura no Estado, com os convidados mencionados na pauta.
Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 8/4/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública para debater medidas para reabertura do Hospital Lindouro Avelar (Santa Casa de Lagoa Santa).
Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 8/4/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 9/4/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/4/2015, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, o Requerimento nº 338/2015, do deputado Sávio Souza Cruz, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.

Fred Costa, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite, Cabo Júlio e João Magalhães, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/4/2015, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/4/2015, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 3/2015, do deputado Cabo Júlio, e de discutir e votar os Pareceres para o Turno Único dos Projetos de Lei nºs 400/2015, do deputado Fabiano Tolentino; 401/2015, do deputado Fred Costa; 420/2015, do deputado Gustavo Valadares; 421/2015, do deputado Fabiano Tolentino, e 422/2015, do deputado Fred Costa, e de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 15/2015, do deputado Inácio



Franco; 31/2015, do deputado Paulo Lamac; 89, 205, 326 e 378/2015, do deputado Fred Costa, e de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 427/2015, do deputado Arlen Santiago, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados Gil Pereira, Isauro Calais e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/4/2015, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, com a presença de convidados, a situação e a garantia dos direitos previdenciários dos servidores atingidos pela decisão do STF de considerar inconstitucional a Lei Complementar nº 100/2007, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.

Celinho do Sintrocel, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 289/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Fred Costa, o projeto de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.076/2011, visa instituir o Dia Estadual do Aposentado.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 12/3/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da matéria quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 289/2015 tem por finalidade instituir o dia 24 de janeiro como Dia Estadual do Aposentado.

A matéria em análise foi examinada por esta Comissão na legislatura passada, no exercício do controle preventivo de constitucionalidade. Sendo assim, passamos a reproduzir, nesta peça opinativa, a argumentação jurídica apresentada na ocasião.

A República Federativa do Brasil caracteriza-se essencialmente pela repartição de competências entre a União, os estados membros, o Distrito Federal e os municípios, todos dotados de autonomia política, administrativa e financeira, desfrutando de competência legislativa própria, respeitados os limites estampados no ordenamento jurídico. À União compete legislar sobre matérias em que predomina o interesse nacional, relacionadas no art. 22 da Constituição da República; aos estados, sobre as de predominante interesse regional; e, aos municípios, sobre assuntos de interesse local, conforme preceitua o art. 30, I, da citada Carta.

A delimitação da competência do estado membro está consagrada no § 1º do art. 25 da Constituição Federal, que lhe reserva as matérias que não se enquadram no campo privativo da União ou do município.

Tendo em vista os dispositivos mencionados, a instituição de data comemorativa pode ser objeto de disciplina jurídica por parte de quaisquer dos estados componentes do sistema federativo.

Ademais, o art. 66 da Carta Mineira, ao enumerar as matérias de iniciativa privativa da Mesa da Assembleia ou dos chefes dos Poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, não faz menção àquela ora examinada. Infere-se, portanto, que a qualquer membro deste Parlamento é facultada a iniciativa do processo legislativo.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 289/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Bonifácio Mourão, relator - Antônio Jorge - Cristiano Silveira - Isauro Calais.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 370/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Fred Costa, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.979/2014, o projeto de lei em epígrafe cria o selo "Minas sem Maus-Tratos: produto não testado em animais".

Publicado no *Diário do Legislativo* de 13/2/2015, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Cabe a esta comissão, nos termos do art. 102, III, "a", combinado com o art. 188 do Regimento Interno, analisar a proposição quanto aos seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade.



Fundamentação

A proposição em exame tem por objetivo criar o selo “Minas sem Maus-Tratos: produto não testado em animais”, a ser concedido a todas as empresas e instituições com iniciativas que visam a não utilização de animais em experimentos científicos de qualquer natureza.

Estabelecem-se ainda os requisitos que devem ser comprovados pelas empresas para a concessão do selo; periodicidade de dois anos da certificação; e comissão avaliadora composta por representantes da Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

O autor justifica que a proposição tem por finalidade conferir mecanismo de incentivo para que empresas e institutos busquem outros métodos e formas de pesquisa científica que não façam uso de animais em teste de medicamentos e outras substâncias químicas.

Inicialmente, ressaltamos que esta comissão já se manifestou sobre a matéria quando da análise de proposição semelhante na legislatura anterior. Tendo em vista que não houve inovação no ordenamento jurídico que justificasse uma nova interpretação do projeto, passamos a reproduzir os argumentos utilizados anteriormente no parecer referente ao Projeto de Lei nº 4.979/2014:

“No que diz respeito aos aspectos constitucionais, não há óbice à tramitação da proposição. A criação de condecoração pertence ao campo de competência legislativa do Estado, e a deflagração de seu processo legislativo pode ser de iniciativa de membro desta Casa, uma vez que não está entre as matérias previstas no art. 66 da Constituição do Estado como de competência reservada à Mesa da Assembleia, aos chefes dos Poderes Executivo ou Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas.

Quanto à competência, a Constituição da República, em seu art. 24, inciso VI, estabelece a competência concorrente dos estados para legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, o que vem a ser confirmado no art. 10, inciso XV, alínea “f”, da Carta Estadual.

É importante observar, porém, que a proposição cria uma comissão composta por representantes de Secretarias de Estado e do Ministério Público, atribuindo-lhe a responsabilidade pela análise, avaliação e concessão da distinção prevista na lei.

A Constituição do Estado, em seu art. 90, II, estabelece como competência privativa do governador a direção superior do Poder Executivo. Estabelece também, no inciso III de seu art. 66, como de sua iniciativa privativa os projetos de lei destinados a criar, estruturar e extinguir Secretaria de Estado, órgão autônomo e entidade da administração indireta (alínea “e”) e organizar a administração pública, atribuindo-lhe competência (alínea “f”).

Desse modo, proposição de iniciativa parlamentar que estabeleça atribuições para o Poder Executivo invade a competência desse Poder e, por esse motivo, contraria o art. 2º da Constituição da República, que estabelece a independência entre os Poderes da República.

Por outro lado, a fixação dos critérios relativos à certificação e a sua aferição, bem como a definição da sua periodicidade, deverão ser estabelecidos pelo Poder Executivo, no momento da regulamentação da lei.

Para excluir do texto as impropriedades mencionadas, apresentamos o Substitutivo nº 1”.

Diante das razões aduzidas, ratificamos o posicionamento expresso anteriormente por esta comissão.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 370/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre a criação do selo “Minas sem Maus-Tratos: produto não testado em animais”.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Estado, por meio do órgão competente, certificará, com o Selo “Minas sem Maus-Tratos: produto não testado em animais”, as empresas e instituições estaduais ou situadas no Estado que se destacarem pela não utilização de animais em experimentos científicos.

Parágrafo único – Os critérios relativos à certificação e à aferição de que trata o *caput* serão estabelecidos em regulamento.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.

Leonidio Bouças, presidente - Cristiano Silveira, relator - Bonifácio Mourão - Isauro Calais - Antônio Jorge.

PARECER SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6/2015

Mesa da Assembleia

Relatório

A Mesa da Assembleia Legislativa, no uso da atribuição que lhe confere o art. 79, VII, “a”, do Regimento Interno, apresentou o Projeto de Resolução nº 6/2015, que altera a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 7/4/2015, a proposição foi distribuída à Mesa para receber parecer, consoante estabelece o art. 79, VIII, “a”, do Diploma Procedimental.

Fundamentação

Tramitou na legislatura anterior o Projeto de Resolução nº 4.488/2013, que também objetivava alterar a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 2007, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A essa proposta inicial foram apresentadas emendas, algumas das quais acatadas, originando o Substitutivo nº 1, conforme parecer publicado em 12/12/2014. Contudo, o projeto de resolução em referência foi arquivado ao final da legislatura, por não ter tido sua tramitação encerrada.



Registramos que o Projeto de Resolução nº 6/2015, apresentado nesta legislatura, buscou como referência o texto do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Resolução nº 4.488/2013, que incorporou relevantes sugestões que foram apresentadas à época.

O Projeto de Resolução nº 6/2015 objetiva introduzir alterações no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais visando ao seu aperfeiçoamento. A análise do projeto aponta para a identificação de diretrizes que nortearam sua elaboração, como a dinamização das reuniões de Plenário, a partir da adoção de prazos mais adequados ao enriquecimento do debate político e ao ritmo dos trabalhos parlamentares.

Aliado ao que se disse, destacamos que outra diretriz consiste no fortalecimento dos trabalhos das comissões, sobretudo no que concerne à discussão das proposições e ao monitoramento das políticas públicas, proporcionando a tais órgãos maior poder deliberativo, com prazos mais adequados e condizentes com o aprofundamento e enriquecimento dos debates.

Objetivou-se também modificar dispositivos regimentais que estavam em descompasso com alterações constitucionais supervenientes. É o caso da eliminação dos dispositivos que tratam da licença para processar parlamentares. Essa sistemática não mais existe em face da Emenda nº 35 à Constituição da República, que afastou a exigência de licença da Casa Legislativa para processar parlamentares e instituiu em favor do Legislativo uma prerrogativa de bloqueio desse tipo de processo judicial.

Ainda na linha da adaptação do regimento às novas disposições constitucionais, foram eliminados os preceitos regimentais atinentes ao voto secreto. Com efeito, recente alteração na Constituição do Estado mediante a Emenda à Constituição nº 91 acabou com o escrutínio secreto no âmbito das deliberações parlamentares. Para além da adaptação ao novo texto constitucional, essa alteração mostra-se mais condizente com a necessidade de transparência na atuação dos parlamentares, uma vez que estes exercem uma função de representação pública.

Preocupação não menos relevante foi a de afastar inconsistências regimentais, como aquela referente à possibilidade de revisão de relatório de CPI pelo Plenário. Ora, a CPI é um órgão previsto constitucionalmente com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, e qualifica-se como um instrumento de ação fiscalizadora das minorias, na sua relevante função de fiscalizar os atos da maioria. Permitir que os trabalhos realizados pela CPI ao longo de meses sejam revistos pelo Plenário corresponderia a esvaziar tais poderes fiscalizadores. Ademais, apenas os deputados que compõem a CPI são investidos dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciárias, e não os deputados do Legislativo como um todo. O reexame, pelo Plenário, do relatório da CPI poderia ensejar injunções políticas indevidas, desnaturando todo o trabalho investigativo.

Detectamos, ainda, que outra inadequação de nosso regimento diz respeito à tramitação de propostas de emenda à Constituição, as quais se submetem a exame de comissão especial, mas não passam pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça. Ora, se o objetivo é alterar a Constituição do Estado, afigura-se imprescindível a oitiva da Comissão de Constituição e Justiça.

Merece destaque ainda o aperfeiçoamento do controle prévio de constitucionalidade exercido pela Comissão de Constituição e Justiça, cujo parecer passa a ter caráter terminativo. Assim, um parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça teria o efeito de fulminar uma proposição já no seu nascedouro, levando ao seu arquivamento, salvo se houver requerimento de 1/10 dos deputados para que a matéria seja levada a exame do Plenário. Dessa forma, o controle preventivo de constitucionalidade resultaria fortalecido.

Outrossim, destacamos as alterações incidentes sobre as disposições regimentais atinentes ao arquivamento de proposições ao final da legislatura. Ocorre que a redação atual do Regimento Interno prevê a possibilidade de desarquivamento de proposição de autoria de deputado que não esteja no exercício do mandato por outro em exercício, ficando este último com a autoria da proposição. Em razão desse dispositivo, o início de cada legislatura tem sido marcado por uma “corrida de desarquívamentos” para assegurar a autoria das proposições, muitas delas sem nenhuma viabilidade política ou técnica, várias, inclusive, tendo recebido parecer pela inconstitucionalidade, o que ensejou a publicação da recente Decisão Normativa da Presidência nº 19. Como resultado prático, sobrecarrega-se em demasia o Parlamento, por ocasião do início das legislaturas, mobilizando-se todo o aparato legislativo do Estado, que acaba por debruçar-se novamente sobre inúmeras matérias que já se mostraram inviáveis, com enorme dispêndio de tempo, recursos materiais e energia processual absolutamente desnecessários e evitáveis. O desarquivamento chega na casa dos milhares, e não se trata de força de expressão, o que se afigura absolutamente despropositado.

Assim, propomos eliminar a atribuição de autoria de proposição desarquivada ao deputado que requereu o desarquivamento, até porque não há razão plausível que a justifique. Com isso, elimina-se o motivo determinante do desarquivamento em massa das proposições. Sugerimos ainda algumas exceções ao arquivamento no final da legislatura, como, por exemplo, no caso de proposições de autoria de deputados reeleitos, ou de iniciativa popular, ou de autoria de outros Poderes. Tais exceções, longe de violarem o princípio da unidade da legislatura, consistem apenas na relativização do princípio, preservando-lhe a essência e conferindo maior racionalidade ao processo legislativo. Ademais, o projeto prevê que, em alguns casos, serão arquivadas as proposições cuja tramitação não for concluída até o final da segunda legislatura subsequente àquela em que tiverem sido recebidas, o que evitaria a eternização de proposições destituídas de viabilidade técnica ou política.

Inúmeras outras alterações decorrem de aperfeiçoamentos sugeridos a partir da aplicação prática do Regimento Interno desde sua última reforma, bem como resultam de mudanças voltadas para adequação à técnica legislativa.

As modificações que se pretendem introduzir no Regimento Interno certamente muito contribuirão para o aperfeiçoamento dos trabalhos parlamentares, motivo pelo qual somos favoráveis a sua aprovação.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 6/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 7 de abril de 2015.

Adalclever Lopes, presidente - Hely Tarquínio, relator.

**COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÕES**

- O presidente despachou, em 7/4/2015, as seguintes comunicações:

Do deputado Dalmo Ribeiro Silva em que notifica o falecimento do Sr. Thomaz Alckmin, ocorrido em 2/4/2015, em Carapicuíba (SP). (- Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Carlos Henrique em que notifica seu afastamento do exercício do mandato parlamentar a partir de 7/4/2015 para assumir o cargo de secretário de Estado de Esportes e da Juventude. (- Ciente. Publique-se.)

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 25/3/2015**

O deputado Carlos Pimenta* - Até que enfim. O negócio aqui está difícil. A tribuna e o pinga-fogo da Casa estão concorridos. Isso é muito bom.

Quero cumprimentar o nosso presidente e amigo, deputado Hely Tarquínio, e registrar a tranquilidade da antessala do Plenário. Parece que as medidas tomadas foram importantes, porque víamos muito mais curiosos do que deputados aqui. Isso é bom para o andamento da Casa. Quero cumprimentar cada um de vocês pela presença: funcionários, pessoas presentes nas galerias, povo de Minas Gerais.

Há muitos assuntos a serem tratados no pinga-fogo. Aqui é o espaço democrático do povo de Minas, onde discutimos problemas sérios. Mas eu queria começar a minha fala fazendo um comunicado ruim, de uma decisão tomada não sei por quem. É uma decisão da empresa Azul Linhas Aéreas Brasileiras, que está interrompendo gradativamente os voos da Pampulha. Vários voos para Montes Claros partiam da Pampulha e, a partir de abril, serão operados apenas pelo Aeroporto Internacional de Confins, ou seja, a quase 50km do Centro de Belo Horizonte.

Acho que tudo que está acontecendo, principalmente quanto a essas empresas aéreas, caro deputado Dilzon Melo, se refere a decisões que vêm para prejudicar o povo, o usuário. Interessante é que não há ninguém para dar informação sobre isso. São decisões monocráticas, ditatoriais que essas empresas tomam, e, a partir de abril, não há mais voo da Pampulha para Montes Claros. E não é só Montes Claros. Estão interrompendo os voos para várias cidades.

Há aqui companheiros de várias cidades. A Azul suspende voos da Pampulha para Montes Claros, Ipatinga, Uberlândia e Governador Valadares. Não haverá mais voos da Pampulha para essas cidades a partir de 1º de abril. Esses voos estão sendo transferidos para o Aeroporto de Confins. Permanecerão os voos da Pampulha para Brasília e São Paulo. É uma incoerência. Acho que os voos interestaduais deveriam ser de Confins, e os voos regionais deveriam ser mantidos na Pampulha. Estão interrompendo esses voos da Pampulha a partir de 1º de abril.

Não aceitaremos calados uma decisão dessa natureza. Quero procurar o presidente da comissão temática específica - Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas ou Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização - para chamarmos esse pessoal e o governo aqui, porque a Azul praticamente opera única e exclusivamente como empresa de transportes na Pampulha. Não se vê outra. De vez em quando há um voozinho da Passaredo, e mais nenhum outro. É um aeroporto público, que foi reformado com recursos públicos, no centro de Belo Horizonte. Então, pelo contrário, mais empresas deveriam ser incentivadas a operar na Pampulha. A Pampulha é exclusiva da Azul; e a Azul, de repente, diz que já não quer esses voos, já não lhe interessam. Isso causou um mal-estar muito grande em Montes Claros e toda a região.

É uma cidade com sete ou oito voos diários, que operam praticamente lotados. É uma luta, uma briga para se conseguir uma vaga. É preciso ficar na lista de espera. Então não dá prejuízo, o prejuízo é da população. Deixo a minha indignação, o meu repúdio e a certeza de que vamos reagir, vamos convidar o pessoal da Azul para vir aqui, nesta Casa. O governo investe recursos públicos, recursos nossos, do povo brasileiro, na recuperação dos aeroportos; pagamos as taxas de embarque e passagens caríssimas, para fazermos esse transporte aéreo. Se se compra a passagem com antecedência, o preço é razoável, mas se se compra para Montes Claros, Bosco, muitas vezes, com 24 horas de antecedência, já vi isso, a passagem custa cerca de R\$1.800,00. Enquanto que o valor normal, o valor médio é cerca de R\$200,00.

Concedo aparte ao meu colega, deputado Isauro Calais, de Juiz de Fora, que deve estar satisfeito com os voos agora da Gol para a sua cidade. É uma cidade que merece um tratamento diferenciado. Não desanime, não fique muito alegre, não, porque esse pessoal dá com uma mão e puxa com a outra. Então a gente tem de estar sempre com um olho na caça e o outro no caçador.

O deputado Isauro Calais (em aparte) - Deputado Carlos Pimenta, obrigado. Agradeço-lhe o aparte. Quero me dirigir a V. Exa., deputado importante do Norte de Minas, que está brigando para que os voos cheguem na Pampulha, principalmente os voos regionais, de perto de Belo Horizonte, dizendo que V. Exa. está coberto de razão.

No caso de Juiz de Fora, não tínhamos voo. Uma cidade do porte de Juiz de Fora não tinha voo, a Azul deixou de operar lá. Agora a Gol entrou, começou ontem. A Gol está saindo de Juiz de Fora às 6h55min e chegando em Confins às 8h. Temos um voo por dia e vamos para Confins. Saímos de automóvel de Juiz de Fora e vamos fazer o traslado até aqui praticamente no mesmo tempo que gastamos de voo até Confins e até a Assembleia Legislativa. Gastamos de Juiz de Fora até Goianá 40 minutos de voo. Há também o embarque e a decolagem, aí já dá 1h15min. Vamos aterrissar em Confins, sair do aeroporto e tem o traslado de Confins até aqui, na



Assembleia Legislativa, que, dependendo do dia, dá 40 minutos, meia hora, uma hora. Ou seja, é quase mais fácil vir para Belo Horizonte de automóvel do que de avião. Está sendo pouco interessante o avião de Juiz de Fora até Belo Horizonte. Mas é óbvio que está começando e vai melhorar.

Escutamos que, no governo passado, queriam que levassem os voos para Confins. A Azul dizia, em Juiz de Fora, que não podia aterrissar na Pampulha. Então temos de pedir ao governador Pimentel que os voos, principalmente os de cidades importantes de Minas Gerais, como as do Norte de Minas, da Zona da Mata e do Sul de Minas, possam aterrissar na Pampulha, porque fica muito mais fácil. Aqui é a nossa capital, aqui temos de ter facilidades, e não dificultar para os pobres mineiros. Muito obrigado pelo aparte.

O deputado Carlos Pimenta* - Quero convidá-lo, meu caro deputado, para fazermos um movimento forte, trazendo aqui representantes do governo do Estado, da Azul, da Gol e da TAM, para discutirmos sobre o transporte aéreo em nosso estado, que é fundamental. O que não pode acontecer é chegar a Montes Claros, e o pessoal perguntar: "E aí, vocês deixaram tirar o voo da Azul?". São três voos diários importantes, e estão tirando. Nem garantiram a permanência, nesses mesmos horários, no Aeroporto de Confins. Estão tirando. Acho que esse debate vai ser importante.

O deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Deputado Carlos Pimenta, quero parabenizá-lo pela oportunidade em que V. Exa. está demonstrando o seu zelo, a sua vigilância pela sua região e também observando, como representante do povo, todos os acontecimentos.

Na verdade, também quero corroborar com sua fala, trazendo o nosso problema do Alto Paranaíba. A Azul tem uma linha que vai primeiramente a Campinas. Depois vai para Patos e volta para Campinas. Em seguida, retorna para Belo Horizonte. Isso não facilita a vida de forma alguma. O pessoal acaba não tendo demanda nesse sentido. Agora, pior ainda: mudaram o voo para Confins.

Tenho também, às vezes, me deslocado para Uberlândia por meio de avião. Eles, em cima da hora, cancelam os voos. Está um caos esse voo doméstico de Minas Gerais na mão da Azul. Estamos com V. Exa. no pensamento de formar uma frente para conversar com os interessados pela linha. Os interessados somos todos nós. Parabéns por sua fala. Somaremos esforços com V. Exa.

O deputado Carlos Pimenta* - Muito obrigado, Dr. Hely. Hoje transporte aéreo não é luxo, mas necessidade. Se você vai por terra, corre o risco de não chegar ou de morrer, tal a precariedade do transporte terrestre. Se se vai por cima, de avião, tem de enfrentar essa falta de consideração. As empresas não cumprem papel social coisíssima nenhuma. Elas visam, única e exclusivamente, ao lucro financeiro. Não querem saber se os governos federal e estadual têm feito investimentos ou se a população está pê da vida. Esta é a verdade: a população está pê da vida. Agora dão esse golpe mortal contra Montes Claros, Uberlândia, Valadares e Ipatinga.

O deputado Dirceu Ribeiro (em aparte)* - Meu caro deputado, também gostaria de fazer parte dessa comissão. Fui prefeito de Ubá, e, naquela ocasião, construímos um aeroporto, que teve participação dos governos estadual e federal e da Prefeitura de Ubá. Esse aeroporto está parado, e precisamos colocar nele a linha regular: Belo Horizonte, escala em Ubá, Rio. Rio, escala em Ubá, Belo Horizonte. Não é possível deixarmos uma obra de R\$31.000.000,00 abandonada. Estou aqui defendendo aquela região, defendendo o Município de Ubá.

Gostaria de fazer parte da sua comissão para que possamos lutar juntos em favor deste projeto, o projeto do interior de Minas, o projeto que revolucionará o interior de Minas e fará com que as empresas tenham respeito para com os passageiros, tenham respeito para com o nosso povo. Espero que possamos fazer aqui um trabalho transparente e aberto para todos. Muito obrigado.

O deputado Carlos Pimenta* - Muito obrigado, deputado. Pode ter certeza de que as notas taquigráficas desta reunião chegarão às mãos do pessoal da Azul. Eles verão esse posicionamento da Assembleia. Não estou falando em causa própria, não tenho avião. Uso o transporte regular, comercial, daqui para Montes Claros. São quase quatrocentos e cinquenta quilômetros. Caso se vá por terra, o que se percebe é uma precariedade muito grande. Agora, vemos esse golpe contra a população norte-mineira.

Vamos recebê-lo de braços abertos, deputado Dirceu, e mostrar a indignação desta Casa.

O deputado Bosco (em aparte)* - Deputado Carlos Pimenta, quero, neste aparte, dizer que V. Exa. nos traz um assunto extremamente importante, sobretudo para Minas Gerais. Refiro-me à questão da aviação aérea que atende a quase todas as regiões mineiras. É muito importante a participação do Estado na definição dessas linhas porque a Azul Linhas Aéreas, por exemplo, segundo informações que recebemos de seu diretor, Sr. Veras, está discutindo com o setor competente do Estado um redimensionamento das linhas já existentes e das futuras. Entendo que V. Exa. traz, num momento muito oportuno, essa fala.

Gostaria também de me colocar à disposição para compor uma comissão dentro desta Casa, juntamente com V. Exa. e com os demais deputados que o apartearam, para que possamos trazer para as comissões pertinentes da Casa uma participação mais efetiva nessa discussão com as empresas de linhas áreas, no caso a Azul e a Gol, entre outras, e o governo do Estado.

Nós, em Araxá, não estamos tão diferentes daqueles que estão em Montes Claros. Tínhamos três voos diários, dois para Belo Horizonte e um para São Paulo. Tínhamos, tão somente, um voo para Belo Horizonte, com pouso no Aeroporto da Pampulha, depois passamos a ter voos para Confins. Estamos na mesma situação. Gastamos muito tempo de Confins até o Centro - não só este parlamentar, mas todos aqueles que utilizavam esse voo diariamente. Temos o Aeroporto da Pampulha, de excelência, de qualidade, que precisa ser otimizado. Gostaria de cumprimentá-lo e de me colocar à disposição.

O deputado Carlos Pimenta* - Obrigado, deputado Bosco.

O deputado Roberto Andrade (em aparte)* - Obrigado, pelo aparte. Darei apenas uma informação. Fiz uma proposta no início da nossa legislatura, que já foi encaminhada pelo presidente da Assembleia ao governador, para a concessão de título de cidadão honorário ao fundador da Azul, David Newman. Ele é brasileiro, filho de americano; tem cidadania brasileira e americana. Viveu aqui até os 5 anos, depois saiu do Brasil, retornando posteriormente. Se ele aceitar receber o título de cidadão honorário será uma ótima oportunidade. O trâmite para isso é encaminhar o pedido ao governador e, em seguida, o governador convidá-lo. Ele tem feito um bom trabalho no Brasil. Agradeço o aparte. É uma oportunidade que temos de falar com o proprietário da empresa.

O deputado Carlos Pimenta* - Eu tinha quatro assuntos para tratar aqui, o movimento do sindicalista contra a perda dos direitos, o abono salarial, o seguro-desemprego e o auxílio-doença, ao qual vou me referir em outra situação.



Neste minuto, queria apenas cumprimentar a Câmara dos Deputados e o Senado pela postura correta e forte de obrigar o governo federal, a presidenta Dilma, a trocar o indexador das dívidas dos Estados. Pode passar despercebido, mas eles estão dando muito mais importância à briga do PMDB com o governo federal que a esse projeto. Isso foi votado no ano passado, antes das eleições, facilitando a vida de municípios e de estados. Depois que as eleições se passaram, a presidenta Dilma disse que não poderia cumprir o que foi determinado por lei. Parabéns à Câmara e ao Senado pela postura de independência e de fazer valer o que foi votado no ano passado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, vou conceder 1 minuto ao deputado Antonio Lerin, antes de iniciar meu pronunciamento.

O deputado Antonio Lerin (em aparte)* - Obrigado, nobre deputado Gustavo Valadares. Reforçando a reivindicação do nobre deputado Carlos Pimenta, queria reiterar aqui a proposta de, em vez de formatarmos uma comissão para ir à Azul saber sobre os problemas, esta Casa convidar os diretores da empresa a virem aqui. Então, proporei à Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, por meio de requerimento, que solicite a presença dos diretores da Azul Linhas Aéreas, para fazerem aqui uma explanação do serviço que está sendo prestado em Minas Gerais.

É um absurdo pagarmos, na cidade de Uberaba, R\$250,00 por uma passagem para vir a Belo Horizonte, considerando-se que, se andarmos 100km, até Uberlândia, pagaremos R\$69,00. Essa é uma diferença grande, e temos ouvido os anseios da população de nossa região com relação a esses preços exorbitantes e diferentes entre as cidades de Uberaba e Uberlândia.

Obrigado, deputado, pelo aparte.

O deputado Gustavo Valadares* - Sou eu quem agradece, deputado Antonio Lerin. V. Exa. me emprestou a caneta para eu fazer minhas anotações, deu-me munção para o meu pronunciamento de hoje.

Na verdade, Sr. Presidente, alguns assuntos me trazem hoje à tribuna. Nós do Bloco Verdade e Coerência, bloco de oposição, teremos ainda uma tarde e uma noite para discorrer a respeito do orçamento, portanto pularei esse assunto e entrarei, primeiro, no que considero o mais importante do dia de hoje, 25 de março: o aniversário do Clube Atlético Mineiro, deputado Duarte Bechir. São 107 anos de muitas conquistas e glórias. Então, deixo aqui os meus parabéns a esse grande clube, um dos maiores - senão o maior - do Brasil e um dos maiores do mundo, com uma torcida apaixonada. Em nome do presidente Daniel Nepomuceno, queria abraçar a todos os atleticanos espalhados pelos quatro cantos do mundo. Assim como há, em qualquer evento esportivo espalhado pelo mundo afora, um brasileiro com a camisa do Brasil, sempre vemos uma pessoa com a camisa do Galo. É inacreditável, impressionante. Esse era o primeiro assunto.

O segundo deles é o seguinte: nós do Bloco Verdade e Coerência tivemos, agora há pouco, um almoço com um ex-colega desta Casa, o ex-deputado Antônio Júlio, hoje prefeito de Pará de Minas, que pertence às fileiras do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, e que é candidato à Presidência da Associação Mineira dos Municípios - AMM. Assumimos o compromisso de caminharmos com ele nessa eleição que está próxima: dia 31 de março. Somos 22 parlamentares e, com alguns emprestados de outros blocos, chegamos a 23, 24. Haverá mais? Serão todos muito bem-vindos. Em nome desses parlamentares, quero fazer um pedido aos nossos nobres prefeitos, que serão os eleitores nessa eleição do dia 31. Fora os arrependidos, diz aqui o deputado Dilzon Melo. Se formos considerá-los, esse número passará de 30. Então, queria pedir o voto para o nosso candidato a presidente da AMM, ex-deputado Antônio Júlio, atual prefeito de Pará de Minas. Ele é um municipalista acima de tudo, e, a meu ver, essa tem que ser a principal e a maior de todas as características de um presidente da AMM. Ele sempre foi um defensor dos pequenos, médios e grandes municípios, independentemente da situação financeira de cada um deles, enquanto foi deputado aqui na Assembleia Legislativa, por 22 anos.

Em nome do nosso bloco de oposição, o Bloco Verdade e Coerência, peço aos nobres prefeitos, nobres companheiros que caminhem com o Antônio Júlio. Estejam aqui no dia 31 para votar - o prefeito ou o vice-prefeito precisa vir aqui votar - e caminhem com o Antônio Júlio.

Antes de entrar no terceiro assunto, concederei um aparte a esse grande companheiro que é um dos emprestados que temos. O empréstimo do deputado Duarte Bechir só vencerá no final deste mandato, quando o devolveremos ao bloco de origem; assinamos o empréstimo por quatro anos. Esse é fiel. Então, em homenagem à lealdade, à coerência do discurso, passarei a palavra a essa grande figura do deputado Duarte Bechir.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Gustavo Corrêa...

O deputado Gustavo Valadares* - O deputado Gustavo Corrêa está atrás de V. Exa. Estou gostando da confusão porque o deputado Gustavo Corrêa tem mais cabelo que eu. Já é o segundo que me confunde. Não sei se é a idade, deputado Gustavo Corrêa; o deputado Dilzon Melo confundiu, e agora o deputado Duarte Bechir. Deve ser a questão de idade, a pessoa começa a variar.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - V. Exa. nos estimula a, antes do assunto da candidatura da AMM, falar um pouco do que foi dito a respeito do nosso trabalho. Veja bem, deputado Gustavo Valadares. Nesses últimos quatro anos, no mandato anterior, tivemos aqui na Casa um trabalho de muita responsabilidade com o governo Anastasia e, no último ano, com o governo Alberto Pinto Coelho.

Participamos aqui na Assembleia da liderança do governo, e vários deputados também estiveram ao lado do governo que terminou. A secretaria de Estado contribuiu diretamente com esse governo. Não há como deixar de lado uma história construída principalmente com honradez e muito trabalho. No meu entendimento, não abandonamos companheiros políticos em decorrência de uma situação que possa melhorar a vida de um parlamentar, os dias de um parlamentar, em detrimento de uma história criada com respeito e ética. O que Deus prepara vem de qualquer maneira, não precisamos mudar de lado para sermos aquinhoados com algum benefício e deixarmos uma história construída com muita ética e responsabilidade. Com toda certeza, meu posicionamento nesta Casa será para construir Minas com muita responsabilidade. Sou companheiro daqueles que terminaram o mandato, o Alberto, o Aécio e o Anastasia, com muito prazer e convicção de que estou no caminho certo. Não irei desvencilhar-me por nenhum benefício que queiram oferecer-me no momento em que estiver na oposição.



Quero dizer a V. Exa. que Antônio Júlio representa para os municípios de Minas, e quiçá para todo o Brasil, uma das vozes mais importantes do municipalismo. A sua história nesta Casa foi escrita com muita luta e sempre com uma posição marcante, que ganhou respeito e credibilidade de todos nós. Não tenho dúvida, já estou trabalhando, ligando para os prefeitos, para as nossas lideranças, colocando o nosso trabalho a favor de Antônio Júlio, por entender que ele será uma voz de coerência e de responsabilidade. Os municípios atravessam um momento de muita dificuldade. Não vemos mais os prefeitos que surgiam para lutar, engrandecer as nossas cidades, em virtude da falência delas, sob os olhares da irresponsabilidade do governo federal. Antônio Júlio significa para nós, munícipes, e para todos nós que lutamos nesta Casa pelo fortalecimento dos municípios uma representação digna, justa e talvez a mais preparada para dirigir a Associação dos Municípios de Minas Gerais - AMM - nos próximos quatro anos. Somos seus eleitores por entendermos que ele reúne as mais completas condições para representar os municípios nesse momento de muita luta, que certamente será de muitas vitórias após a sua eleição.

Compartilho com V. Exa. desses dois sentimentos, registrando, ao final, meu apoio à candidatura do ex-deputado Antônio Júlio à presidência da AMM.

O deputado Gustavo Valadares* - Muito obrigado, deputado Duarte. Tem sido um prazer ser seu colega e companheiro nesta Casa. Tenho aprendido muito com a sua coragem e lealdade, acima de tudo com a forma responsável com que atua e faz política.

O terceiro assunto que me traz a esta tribuna talvez seja menos importante do que o Dia do Atlético, do Galo, hoje, 25 de março. Mas também é um assunto importante. Na segunda-feira, recebemos na Comissão de Fiscalização Financeira os secretários de Planejamento e de Fazenda, do governo do PT em Minas. Discutimos em ótimo nível a reestimativa do orçamento. Dizem os petistas que o orçamento foi superestimado nas receitas e nas despesas. Apresentamos nossos argumentos contrários, fizemos questionamentos. Eu mesmo questioneei as promessas de campanha, se o governador irá cumpri-las. A princípio isso não ocorrerá. Usam o argumento de que a situação do Estado é lastimável, que receberam uma herança maldita. E o homem é economista. O Sr. Fernando do PT da Dilma é economista formado, tem pós-graduação até na UFMG, salvo engano. Por sinal, a nossa universidade federal receberá a visita de alguns deputados nos próximos dias, porque está passando dificuldade para pagar conta de água e luz. Também está mandando embora funcionários da área de segurança de um *campus* daquele tamanho.

Convido os que ainda não conhecem o *campus* da UFMG a estarem conosco nessa visita. A UFMG está passando muito aperto em virtude dos cortes de Dilma Mãos de Tesoura e de Fernando Pimentel, o Fernando do PT, o Fernando da Dilma. Até isso copiou de sua pupila. Dilma Mãos de Tesoura cortou o orçamento das universidades federais do Brasil afora, fazendo com que a nossa gloriosa UFMG não tivesse condições de pagar água e luz. Essa universidade teve de dispensar seus seguranças. É bom que fique claro - o deputado Tito sabe disso - que a Polícia Militar não entra no *campus* da UFMG. Quem faz a segurança é a contratada pela reitoria e pela universidade. O que está acontecendo é que já temos inúmeros casos... O deputado João Leite é de Belo Horizonte e sabe disso. Ele tem lá... Eu ia falar sua idade, mas não vou falar, João. Você tem uma boa caminhada, mais de 700 jogos pelo Atlético e sabe quantos crimes já foram cometidos dentro do *campus* da UFMG, pelo seu tamanho e pela dificuldade em ser policiado, ser bem vigiado. Contrariando essas necessidades da UFMG, Dilma Mãos de Tesoura corta o orçamento das universidades federais. A nossa universidade, que é a mais importante do Estado, referência em diversas áreas para todo o Brasil, e por que não, para o mundo, tem dificuldade para pagar funcionários da área de segurança, água, luz e tudo mais. Deputado Duarte Bechir, há um requerimento meu e de V. Exa. para fazermos uma visita ao reitor e nos solidarizarmos. Vamos, ao menos, chorar juntos as mágoas de quem está sendo maltratado de maneira inoportuna pela gestão trapalhada de Dilma Mãos de Tesoura.

O deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, deputado Gustavo Valadares. Teremos copiado em Minas Gerais - já está sendo feito isso - o que está sendo feito a nível federal. Quanto a todas as promessas do PT na campanha, passados já quatro meses de governo, lamentavelmente não houve cumprimento de nada. O Estado de Minas Gerais está em moratória. Fornecedores não recebem. Obras estão paralisadas. Servidores estão perdendo seus direitos, como também os trabalhadores, mas não adianta falar. Eles se lembram até do caos de 1929 nos Estados Unidos. Começam a lembrar de Getúlio Vargas e de Fernando Henrique Cardoso. Aliás, amam Fernando Henrique Cardoso. Amam Aécio Neves. Todo momento querem falar deles. Mas, infelizmente, chegará o momento em que vão tentar nos calar.

Ontem tivemos aqui uma manifestação bonita. Os alunos do balé do Palácio das Artes, deputado Gustavo Valadares, vieram procurar os deputados porque Fernandinho de Dilma Mãos de Tesoura cortou o balé jovem de lá. Imaginem, R\$20.000,00 por mês para os adolescentes, jovens carentes fazerem...

O deputado Gustavo Valadares* - E comprando um helicóptero. Deixou R\$20.000,00 de fora por mês, e está comprando um helicóptero de R\$28.000.000,00.

O deputado João Leite (em aparte) - Os jovens vieram aqui porque esta é a Casa do Povo. Eu os chamei até para serem apresentados. Eles chegaram até a porta.

Hoje o ouvidor de polícia tentou entrar aqui, mas não pode mais. Está censurado. Não pode entrar mais aqui. Se o povo vier, não pode mais. Justo o partido que colocou gente aqui dentro. Não podíamos nos reunir na Assembleia porque o PT tinha colocado pessoas aqui dentro. A Assembleia não podia abrir porque pessoas estranhas ao trabalho dos deputados estavam dentro deste Plenário. Imagino que vai chegar um tempo...

Presidente, já vou concluir. Vou encerrar meu pensamento e devolvo a palavra. Deputado Gustavo Valadares, queria dizer o pior: o chamado Minas sem Censura, na verdade, caiu na real, pois agora começou a censurar a imprensa mineira.

Imaginem que o PT exigiu a saída do Sr. Márcio Doti, que tem 41 anos de Rádio Itatiaia e era editor dessa rádio. Apreendi com meu pai a ouvir os comentários do Márcio Doti na Rádio Itatiaia pela manhã. Não existem mais. Mais um corte de Fernandinho. O Fernandinho de Dilma Mãos de Tesoura foi visitar a Rádio Itatiaia e cortou. O Minas sem Censura agora é o Minas com Censura, censurando a imprensa, censurando a entrada das pessoas aqui. Está chegando a verdade sobre o PT.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - V. Exa. tem 1 minuto para terminar.



O deputado Gustavo Valadares* - Acho que gastarei menos do que isso, presidente. A deputada Ione Pinheiro está chegando para fazer seu pronunciamento, ela é a próxima inscrita.

Quero parabenizar o deputado João Leite e me solidarizar com ele relativamente às questões que levantou.

Para terminar, deputado Dilzon Melo, eu nunca tinha sido oposição. Diz um ditado que, aqui na Casa, permeava o seguinte discurso: “Deputado da base não fala, vota”. Fiquei 12 anos aqui doido para falar e não conseguia, porque tinha de deixar a oposição falar e, por isso, ficava quieto. Ouvia contrariado, mas ouvia. Agora estou mal-acostumado, deputado Dilzon Melo, esse tempo de 15 minutos para mim está sendo pouco para falar da quantidade de defeitos desse governo com menos de 100 dias à frente do Estado. Estou querendo agora é discutir projeto, deputado João Leite. Dê-me 1 hora, 60 minutos. Estou ficando mal-acostumado, presidente.

Um aviso às senhoras e aos senhores servidores da Casa, em especial à taquigrafia: vão cansar de ouvir minha voz, porque o que vou vir aqui para apontar defeito desse governo não está no gíbi. Um abraço, muito obrigado a todos. Fiquem com Deus.

* - Sem revisão do orador.

A deputada Ione Pinheiro* - Boa tarde, presidente e nobres colegas. Hoje estou muito feliz, primeiramente porque recebi a visita dos alunos da Escola Vila Ideal, de Ibitité. E agora, na hora do almoço, tivemos a surpresa de receber o Antônio Júlio, nosso companheiro, ex-deputado e líder municipalista. Que Deus o abençoe. Queria pedir aos nobres colegas o voto, porque ele tem de ser pedido. Ele é um homem de coragem, um homem lutador, guerreiro, que já mostrou aqui nesta Casa para que veio. Ele é candidato a presidente da Associação Mineira de Municípios - AMM. Quero pedir o empenho dos nobres colegas na eleição de Antônio Júlio como presidente da AMM.

Hoje os municípios vêm passando por dificuldades, por diminuição de gastos, principalmente nas áreas da saúde e educação. Presidente, em Ibitité, estamos sofrendo. Há mais ou menos um ano o governo federal não paga o dinheiro referente a 45 leitos em Ibitité. É, isso mesmo. Deputado João Leite, meu companheiro, não podemos aceitar isso mais.

Desde que nasci escuto falarem que a saúde no Brasil não anda bem. O que realmente foi feito pela saúde de nosso país? Nada. Então, temos de lutar, temos de dar as mãos. Estou ouvindo falar em crise de água. Realmente estamos com essa crise. Cada gota tem de ser economizada. E o dinheiro? Dinheiro também tem de ser economizado, ele faz falta. Sem dinheiro não podemos comprar remédio. Fico vendo em Brasília essa roubalheira que virou a Petrobras. Corrupção sempre existiu mesmo, mas nessa dimensão nós, brasileiros, nunca vimos. A verdade é que a Petrobras é do povo brasileiro. Comeram nosso queijo, e com isso estão prejudicando a saúde do nosso Brasil, estão retirando a educação dos nossos filhos. Quero, e tenho certeza que vocês, meus nobres amigos e companheiros também querem, um Brasil melhor e mais justo para os nossos filhos.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Deputada, é lógico que a senhora elegante como é não quis tocar na perseguição feita pelo governo federal a Minas Gerais, principalmente a Ibitité. O polo da Petrobras que ia para lá foi retirado e levado para onde? Ninguém sabe, ninguém viu, mas sabemos quem realmente o tirou.

Estávamos gravando um debate sobre saúde ali agora. Realmente a saúde no Brasil vai muito mal. Nos últimos 10 anos, o governo federal diminuiu sua participação no financiamento deste programa maravilhoso, o SUS, que é um direito das pessoas pelo qual lutamos tanto, de 54% para 44%. Como é que o governo federal fez isso? Ele toca a bucha em cima dos prefeitos e dos hospitais que estão falindo, na agiotagem oficial da CEF. Para o Eike Batista cobra juros de 5%; dos hospitais filantrópicos, santas casas, Baleia, Luxemburgo, Santa Casa de Montes Claros, Dilson Godinho e mais de 300 hospitais que devem mais de R\$2.000.000,00 cobra 20%.

Estava nesse debate lembrando: a saúde vai mal, mas o povo e a Prefeitura de Ibitité construíram e equiparam um hospital, e o governo federal não o credencia. Por que o governo federal quer tratar tão mal o povo de Ibitité e da região? Será que ele tem raiva dos pobres? Parece um tempo antigo. Queria saber quem estão sendo os Joaquins Silvério dos Reis, aqueles que traíram muito o Brasil e que traem o povo na educação e na saúde.

Ontem vimos as coitadas, as 79 mil pessoas que estiveram aqui e que confiaram, na época, em todos os deputados, inclusive nos do PT, que votaram a Lei nº 100. Agora, é preciso votar a PEC nº 3. Precisamos reunir o pessoal para votar a PEC. Dessa maneira é perseguir, é ser o Joaquim Silvério dos Reis na educação. Agora mesmo estamos sabendo que num estado pobre, paupérrimo, como o do Maranhão, que o PT muito xingou na dinastia Sarney, entrou um governador que mandou um projeto para a assembleia recompondo 13,01% dos salários. Esse foi o piso dado lá. Mas eles não pagam, quem paga é o governo. Agora, o governo pobre do Maranhão já está com os 13,01%. O governador de Pernambuco já mandou os 13,01% também. Aqui, o governo não manda projeto, e quando a gente propõe uma emenda para reajustar o salário dos efetivos e dos designados em 13,01%, que foi o piso dado lá, eles vetam.

A promessa do Joaquim Silvério dos Reis era de duplicar, aumentar o salário, dizendo que os R\$8.000.000.000,00 que o governo escondeu da outra vez, não iria esconder mais. Agora a gente vê isso. Sabe o que os Joaquins Silvério dos Reis estão fazendo? No orçamento que foi mudado, mudaram a Constituição. Eles já definiram que a PEC nº 3, no Supremo, vai ser inconstitucional. Vamos ver se vão falar, quem sabe talvez não falem.

Quem sabe alguém não provoque. Mas a gente fica preocupado, porque, além de tratar mal o povo da educação e os usuários do SUS, o que fizeram? No orçamento estão tirando quase R\$90.000.000,00 do Ipsemg. Esse Ipsemg do qual recebi um livro dos seus 100 anos. O pessoal do sindicato do Ipsemg está com cabelo em pé.

João Diniz, autor desse livro sobre os 100 anos do Ipsemg, mostra os absurdos que têm acontecido e as lutas. Nós vimos que o governo terá um excesso de arrecadação por causa do ICMS alto da Cemig. E essa bandeira vermelha que está na conta, principalmente na dos mais pobres, está aumentando em 83% a conta de luz.

A vaca tossiu, e quero conhecer essa vaca, porque a vaca tosse e o coitado do povo fica triste. Ontem estive com um deputado federal do PT que sempre acreditou quando a presidenta falava que iria diminuir a conta de luz. E ele me disse: “Arlen, não vou arredar o pé”. Esse não está agindo como Joaquim Silvério dos Reis, ele prefere brigar com seu partido e ficar ao lado do povo, diferentemente de outros, que precisamos identificar, o Joaquim Silvério dos Reis, que prometia uma educação de boa qualidade, mas agora quer tratar os professores com o chicote.



É por isso que, por meio dos microfones e da TV Assembleia, queremos lembrar aos professores que o dia 31 de março é um dia de luta. O que o Sind-UTE quer fazer? O que os efetivados vão fazer? Será que vai haver paralisação? Vamos olhar, mas quem sabe o governo acabe lembrando que hoje não tem Minas sem Censura, mas podem continuar censurando os nossos professores, serviços.

Queremos, deputada Ione, que seja vista a questão da tabela do SUS. Vamos completar 13 anos do governo federal, e a consulta do SUS é o mesmo preço. Lembramos como recentemente o Ministério Público Federal fez uma intervenção importantíssima contra o governo federal para garantir o Fies dos estudantes, para garantir o pagamento do Pronatec. Queremos que o Ministério Público Federal entre também contra o Ministério da Saúde para fazer a recomposição da tabela do SUS, que paga R\$23,00 por uma retossigmoidoscopia, R\$6,55 por uma radiografia do tórax. Qual hospital, qual prefeito vai dar conta? É por isso que estamos pedindo aos nossos prefeitos para estarem com um democrata, o deputado do PMDB Antônio Júlio, hoje prefeito de Pará de Minas. E vamos votar com ele para que o grito de Minas Gerais, a voz de Minas se levante.

Achávamos que, quando o governo daqui fosse ligado ao governo de lá, os bilhões de reais viriam para cá. Aqueles bilhões negados no passado por causa do nosso querido governador, do nosso senador Aécio Neves. Pensávamos que perseguiriam o povo mineiro e não mandavam os recursos. E agora, como vão fazer? Não vão mandar? Mas a arrecadação vai subir. Vai subir no ICMS da luz, no ICMS da gasolina, que está lá em cima. Ontem o nosso presidente da câmara, deputado Eduardo Cunha, do PMDB, partido aliado da Dilma, colocou em votação a renegociação - que já havia sido votada - dos valores dos indexadores dos estados. Isso vai aumentar, e muito, a arrecadação de Minas Gerais, e não haverá motivo de ficar sem poder fazer o que foi prometido na campanha com os professores.

Deputada Ione, a senhora está vendo o sofrimento de um hospital que a prefeitura de Ibitaré tem de aguentar sozinha, está vendo que a Petrobras levou o polo de Ibitaré, está vendo essa falência do SUS, e agora está vendo a perseguição sobre os efetivados, e dos juristas, que infelizmente definem que o Supremo será contra a PEC nº 3. Caros professores, identifiquem, enviem *e-mails* para que possamos sensibilizar aqueles deputados que prometeram tanta coisa boa para o povo da educação, mas que, infelizmente, parecem querer dar um abono de R\$40,00 por trimestre. Muito obrigado, deputada Ione Pinheiro, e parabéns pelo seu pronunciamento.

A deputada Ione Pinheiro* - Obrigada, deputado, por lembrar que tiraram o polo de Ibitaré e transferiram parte da Fiat de Betim, e hoje mais de mil funcionários da Fiat já foram demitidos. Será que é esse o Brasil que queremos? Essa é a Minas Gerais que queremos? Temos de pensar em que Brasil estamos construindo, deputado João Leite.

O deputado João Leite (em aparte) - Isso mesmo, deputada Ione Pinheiro, a quem agradeço a concessão do aparte.

Gostaria de apoiar a manifestação da deputada Ione Pinheiro em defesa daquele povo carente de Ibitaré. Muitas daquelas pessoas são trabalhadores da Fiat, dependem dela e tinham esperança no polo acrílico que foi assinado. Foi o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, que hoje está com seus bens bloqueados pela Justiça, que tirou o polo acrílico de Ibitaré e o levou para a Bahia, pensando em ser candidato a governador daquele estado. Depois ainda tiraram a produção do Jeep Renegade, de que vemos propagandas atualmente, da nova empresa da Fiat - de Betim, na divisa com Ibitaré, perto do Petrovale. Conheço aquela região. Há ali uma igreja nossa - a Igreja Batista Central -, onde estive há poucos dias, e sei que aquele povo é carente e trabalhador. Mas o PT impediu a expansão da Fiat de Betim e de Ibitaré e a levou para Pernambuco. Foi uma maldade muito grande com o povo de Ibitaré e de Betim. Então, quero apoiar a reclamação que V. Exa. faz em nome da população de Ibitaré.

Peço ao presidente que conceda ao menos 1 minuto para que a deputada Ione Pinheiro possa concluir, já que tomamos o seu tempo com aquela discussão entre amigos que travamos aqui. Por favor, conceda à deputada 1 minuto para que ela possa concluir seu raciocínio.

A deputada Ione Pinheiro* - Obrigada. Também gostaria de parabenizar o deputado João Leite, lembrando que faço parte dessa luta pela educação. Portanto, quero estar com o deputado e os demais colegas na defesa dos servidores da Lei nº 100, pois sabemos que estão sendo prejudicados. Podem contar com meu voto e meu apoio à PEC nº 3. Obrigada, presidente.

* - Sem revisão do orador.

A deputada Cristina Corrêa* - Boa tarde. Quero dizer inicialmente que para mim é motivo de muito orgulho fazer parte desta Casa. Venho de uma família de sete irmãs e um único irmão. Meu pai sempre incentivou as filhas a se prepararem para ser professoras. Das sete mulheres, quatro são professoras, e eu estou entre elas.

Gostaria de falar um pouco sobre a Lei nº 100. Fiquei no Estado por nove anos, como professora, trabalhando em vários municípios da região metropolitana - muito tempo em Santa Luzia, minha cidade, com passagens por Contagem, Belo Horizonte e Ribeirão das Neves.

Percebo que, nos últimos anos, faltou muito respeito com os profissionais da educação. Essa Lei nº 100 significa mais um desrespeito que o governo do Estado praticou com os profissionais da educação. O desrespeito culminou na criação dessa lei, que só veio prejudicar esses profissionais. Muitos deles não se prepararam para concursos públicos, muitos não fizeram outros concursos acreditando que estavam seguros, mas foi criada uma lei totalmente inconstitucional; o Ministério Público já declarou sua inconstitucionalidade. Então, essa PEC nº 3, para mim, é um desrespeito ao professor que estuda, que se prepara para fazer concurso público e que luta, todos os dias, para ter um lugar e ser respeitado na área da educação de Minas Gerais.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputada Cristina Corrêa, antes de mais nada, quero aqui fazer um elogio à presença de V. Exa. nesta Casa - uma presença marcante, feminina, de história do PT, de compromisso com a caminhada do povo. Parabéns. Tenho a certeza de que a sua presença aqui marcará, assim como tem marcado a presença da bancada do PT.

É interessante, eu tenho 20 anos aqui, como oposição na Assembleia, e eu sempre usei como máxima que o bom cabrito não berra. O bom cabrito aceita o resultado eleitoral. Mas a gente vê nas intervenções anteriores a mágoa pela derrota. Olhem, aquela comemoração até às 19h50min, quando o senador do Rio de Janeiro achava que era presidente da República, deixou marcas profundas. Mas ele foi derrotado nos seus dois estados, no Estado onde ele nasceu, Minas Gerais, e no Estado onde ele mora, Rio de Janeiro, o que prova que quem conhece não vota. Foi derrotado no primeiro e no segundo turnos. Aí a gente vê que a situação de orfandade e viuvez dói, dói muito, dói muito; porém, temos de deixar bem claro que a nossa presença aqui será sempre uma presença crítica.

E dizemos que Fernando Pimentel tem orgulho de ter lutado junto à Dilma - e ser amigo dela - na época da ditadura militar, quando muitos que fazem uso da palavra tiveram parentes parlamentares no passado que estavam compromissados com essa ditadura militar. Fernando foi fundador do PT. Ele tem orgulho de ser amigo da Dilma e de ser do PT. Isso, quem acha e fala, Cristina, como se fosse um demérito, está muito enganado, é o orgulho, é o orgulho que tem. E outra coisa, a Lei nº 100 é demagogia, é demagogia daqueles que sempre atacaram a educação.

V. Exa. disse que teve 10 anos de professora. Eu tenho 34 anos de professor no Estado, 38 anos de professor da rede pública. E olhe: o que sempre vimos aqui é que, se você queria um partido inimigo da educação, era o PSDB. O PSDB e o DEM entraram com ação no Supremo contra o piso nacional dos professores, e hoje vêm fazer demagogia. Demagogia é o que eles fazem. Mas, com certeza, um testemunho como o de V. Exa. aqui muito nos alegra. Podem tirar foto. Os partidos contra a educação são o DEM e o PSDB. São inimigos da educação, inimigos do avanço e do crescimento do Brasil. Parabéns pela sua intervenção.

A deputada Cristina Corrêa* - Obrigada, deputado Durval. O povo brasileiro e o povo mineiro sempre lutaram para ter um governo democrático, e hoje nós temos esse governo.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* - Obrigado, deputada. Também quero cumprimentá-la pela postura, pelo posicionamento, pela grande contribuição que tem dado, nesta Casa, compondo a bancada feminina, que, lamentavelmente, representa apenas 10% da composição de todos os deputados.

Eu queria dizer, deputada Cristina, que a gente percebe uma grande energia em alguns debates feitos aqui, na Assembleia; percebem-se posturas incisivas, contundentes, muito preocupadas com a situação de Minas Gerais, mas não se percebeu essa mesma postura nos últimos 12 anos.

Já tive a oportunidade de dizer, na Assembleia, que, se essa mesma energia por parte de alguns colegas tivesse sido depositada nos debates e na luta pelos interesses do povo mineiro, metade dos problemas pelos quais estamos passando e que o governador Fernando Pimentel está herdando não estaria acontecendo.

É impossível que se faça, então, ainda a completar 90 dias de governo, tudo aquilo que nem os nossos eleitores estão radicalmente nos exigindo e a oposição...

A deputada Cristina Corrêa* - É isso que digo. São dois meses e meio de governo e querem cobrar do governo do Estado que resolva todos os problemas que foram criados durante esses 12 anos. Agora o nosso governador Fernando Pimentel tem de resolver todos os problemas em dois meses e meio.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* - Exatamente, deputada. Se essa mesma postura enérgica estivesse presente quando Minas, por exemplo, se tornou o Estado pentacampeão em desmatamento, seria um problema que já teríamos resolvido. Em relação ao aumento escalonado da violência em Minas Gerais nos últimos cinco anos, não vi também alguns posicionamentos que poderiam ter sido expostos. Sucateamento das estruturas policiais. Destacaremos aqui a Polícia Civil. No ano passado, lemos nos jornais que o IML de Montes Claros, para fazer autópsia, tinha de utilizar utensílio de cozinha. Um dos compromissos do nosso governo é a recuperação das forças policiais, inclusive a Polícia Civil. Se tivéssemos, deputada Cristina, tido essa mesma veemência, a economia mineira não estaria tão fragilizada como está e sempre alicerçada somente no setor primário. Muitos aqui falam sobre a redução da carga tributária de Minas para a produção. Onde estava esse discurso nos últimos anos?

Então, não será o governador Fernando Pimentel, que fez um contrato com o povo mineiro... Digo que o voto é um contrato para quatro anos. Explicarei, deputada, de uma maneira simples para que todos entendam. A V. Exa. vai à loja e compra um guarda-roupa. O vendedor dirá o seguinte: "Deputada, vou entregar-lhe esse guarda-roupa em uma semana". Depois de dois dias V. Exa. retorna à loja e pergunta: "Onde está o guarda-roupa?". Ele lhe responde: "Não. Tenho até uma semana para entregá-lo". O voto que damos ao candidato para um mandato de quatro anos é um contrato no qual ele tem esse período para entregar o plano de governo que foi aprovado.

A vantagem é que o povo mineiro é sábio. Esse mesmo povo mineiro, como bem disse o deputado Durval Ângelo, fez a escolha pela mudança e derrotou o projeto que vinha governando, pelo seu esgotamento e fracasso. O povo mineiro sábio sabe da situação que estamos encontrando e recebendo em Minas Gerais.

Aqui fala-se sobre tudo, educação e, ao mesmo tempo, Petrobras. Gente, falando sobre educação e Petrobras, foi no nosso governo, ou seja, no governo do PT, que houve a corajosa decisão de destinar 75% dos *royalties* do petróleo e do pré-sal para a educação e 25% para a saúde. Estamos assinando o futuro do Brasil com investimentos vultosos. Isso, é claro, se a oposição não acabar com a Petrobras para privatizá-la e entregá-la para o capital estrangeiro. É isso que eles querem. Aquilo que se tornou o nosso passaporte para o futuro se tornará objeto de venda de privatização. É isso que eles querem. Não é contra o PT, mas a favor da venda da Petrobras.

É claro, deputada Cristina, que sabemos da situação das casas de saúde. Uma parte dos problemas é financiamento, mas outra, sem dúvida nenhuma, é gestão. Conheço casas de saúde que têm feito boa gestão mesmo diante do cenário mais difícil. O nosso governo, o governo do PT, nos últimos 12 anos, é quem mais sinalizou para a saúde. Se hoje, neste Brasil afora, temos rede Samu - urgência e emergência -, foi no nosso governo. Se as pessoas conseguem compra de remédio mais barato, inclusive o fornecimento de alguns gratuitos nas farmácias populares, foi no nosso governo. A ampliação das equipes de Saúde da Família e a unidade de pronto atendimento foi tudo no governo do PT. Se há compromisso com a saúde, deputada, o PT conhece e conhece bem. Obrigado pelo aparte.

O deputado Cabo Júlio (em aparte)* - Deputada Cristina, em primeiro lugar, quero saudar a coragem de V. Exa. de vir para este Parlamento participar de uma eleição e ter a coragem de discutir os problemas. Ficamos ouvindo alguns discursos e imaginamos que essa turma que discursa aqui ainda mora naquela Minas Gerais das propagandas da televisão. Aquela Minas Gerais da fantasia, que não convenceu nem o eleitor...

A deputada Cristina Corrêa* - Aquelas mesmas propagandas dos comerciais de margarina, não é?



O deputado Cabo Júlio (em aparte)* - Do paraíso, não é? O que acontece? Nem o eleitor eles conseguiram convencer com aquele paraíso. Tanto que tomaram um couro nas urnas. Foi literalmente um couro.

Quando vejo alguns deputados aqui falarem de educação, parece que eles esquecem que os professores fizeram 111 dias de greve no governo deles. Tem uma resposta que nenhum deles teve a coragem de vir aqui dizer. Por que o governo que saiu deu um calote nos servidores do prêmio de produtividade? Ninguém responde. Já fiz essa pergunta nas comissões, deputado Durval Ângelo e deputado Rogério Correia. Espere aí, os funcionários públicos deveriam ter recebido, em março de 2014, um prêmio de produtividade, que era o 14º salário. Aí, quando chegou a eleição, disseram assim: “Não, vamos pagar em três parcelas: em junho, julho e agosto”. Veio a eleição, e não pagaram. Saiu o governo, mas não pagaram. Deram o maior tombo nos servidores, e eles não falam nada, ficam caladinhos.

Então esperem aí. Será que essa turma vive ainda naquela Minas Gerais da televisão, com aquela imagem: “Tudo bem; olha, Minas Gerais não tem problema de saúde; Minas Gerais não tem problema de educação; Minas Gerais tem um delegado em cada comarca”. Gente, que balela, que mentirada! O povo que vive na Minas Gerais da realidade não comprou essa ideia, por isso tomaram um couro nas urnas. Portanto é natural que existam essas viúvas, porque eles querem que façamos, em dois meses, o que eles não fizeram em 12 anos.

Deputada, V. Exa. está de parabéns, pois vai para o embate para mostrar que moramos na Minas Gerais da realidade, essa que tem R\$6.000.000.000,00 de rombo no caixa, que vamos consertar. Parabéns.

A deputada Cristina Corrêa* - Obrigada, deputado. Hoje percebo que vivemos em um estado que foi construído para o povo. O nosso governador tem tido o tempo todo essa ação de atender às demandas populares, que são muitas, porque é um anseio do povo que um governo popular assumisse o nosso estado, assim como assumiu o nosso país. E hoje essas demandas estão sendo atendidas, também com os profissionais da educação. Percebo todo um compromisso do nosso governador em ouvir - coisa que nunca aconteceu. Como professora digo isso, pois nunca fomos ouvidos. Hoje o governo se abre para ouvir os profissionais, a fim de tentar resolver todas as demandas e atender às expectativas, cumprir o piso salarial, trabalhar para a melhoria do plano de carreira. Esse é o compromisso do nosso governador.

Tenho muito orgulho de fazer parte desse governo e fico muito feliz de ter hoje o Pimentel no governo do Estado de Minas, trabalhando pelo povo, assumindo o compromisso com a população mineira, o que foi assumido na campanha. Vemos que isso antes não acontecia. Infelizmente a população mineira era deixada ao relento, ao descaso, sem nenhum compromisso dos governos anteriores. Mas o governo Pimentel tem buscado atender a todas as demandas da população.

Quero agradecer muito aos meus companheiros de bancada, companheiros que me receberam e me acolheram muito bem aqui, e a todas as pessoas que me apoiam e que me mandam sugestões. Estou aqui para trabalhar para a população, principalmente para as mulheres mineiras, porque o nosso compromisso da bancada feminina é trabalhar pelas demandas femininas, trabalhar pelas demandas das mulheres, das famílias, dos filhos, pois sabemos como isso hoje é importantíssimo. Sabemos da necessidade de se ter representação pelas famílias mineiras. Quero ser uma representante de Minas aqui. Então aqui estou representando todas as mulheres mineiras, minhas amadas irmãs e minha mãe. Muito obrigada a todos vocês.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, depois do debate desta tarde, vou colocar no *site* do Minas sem Censura uma enquete trepidante para que o nosso eleitor possa se posicionar. Os deputados não me responderam por que o governo passado não deixava uma professora se alimentar na escola. A lei federal é a mesma, a presidente é a mesma, o que mudou foi o governo do Estado. No governo anterior, proibiam a professora de se alimentar na escola, mas agora ela pode. Por que o tucano não deixava a professora se alimentar na escola? Enquete, Doutor Jean Freire: 1º) maldade? 2º) vingança, porque elas fizeram greve? 3º) choque de gestão - corte-se a merenda das professoras? 4º) regime obrigatório? 5º) todas as questões anteriores. Fica aí a pergunta. Se alguém souber por que o PSDB não deixava professora se alimentar na escola, responda, por favor, a nossa enquete. Realmente não conseguimos entender se foi o choque de gestão ou a vingança relacionada com a greve.

Fiquei, na parte da manhã, de responder à questão da Lei nº 100. Aliás, o STF hoje está julgando embargos com relação à Lei nº 100. Muitos ainda têm a ilusão - ou passam essa ilusão para as pessoas - de que o Supremo poderá ainda determinar contrariamente ao que dispôs há tempos e permitir, a partir dessa decisão, a efetivação desses professores ou a concessão de estabilidade a eles sem o concurso público. Isso não está em julgamento. Vai-se manter a inconstitucionalidade da Lei nº 100, decretada pelo STF. Diferentemente do que dizem alguns deputados, isso não foi feito apenas por 1 ministro, mas por todos os 11, ou seja, foi um placar de 11 a 0 na ocasião. Portanto, como sabíamos, reafirmou-se o princípio constitucional do concurso público. Por isso, uma PEC ou uma lei não podem agora alterar o resultado do Supremo. Sinceramente, gostaria de ter o poder de aprovar uma lei que tivesse validade para efetivar pessoas, mas isso não é possível, pois existe o pré-requisito do concurso público. Isso, portanto, não acontecerá.

Citei o exemplo de alguém que está morrendo afogado, precisa de qualquer coisa para se salvar, e alguém lhe joga uma folha de bananeira. A pessoa se agarra àquela folha como se fosse se salvar, mas afunda com ela. Isso é o que o PSDB está fazendo agora com os professores da Lei nº 100, ou seja, estão jogando para eles uma mentira, uma folha de bananeira, como se agarrar-se a ela fosse a salvação. A pessoa não será salva por uma outra lei igual à que o Supremo não permitiu. Uma emenda à Constituição ou uma nova lei não farão retornar o direito de estabilidade nem efetivarão sem concurso público. Essa questão precisa ficar clara.

Como, então, resolveremos esse problema injusto que se coloca para essas professoras e trabalhadores da educação e que foi criado a partir de uma ideia do senador Aécio Neves, na época governador do Estado, que enviou a esta Casa Legislativa um projeto de lei que prometia a efetivação sem concurso público? A lei agora fracassou, e o PSDB volta com o mesmo remédio amargo que não curou ninguém, dizendo, com um grave defeito a mais, que vai repetir a mesma fantasia e ilusão que aplicou antes.

Essa é a discussão que estamos fazendo claramente com a população mineira, com os trabalhadores da educação, mas, ao mesmo tempo, precisamos encontrar uma saída. O governador Fernando Pimentel esteve pessoalmente em Brasília e solicitou que o prazo estabelecido pelo Supremo para o fim da validade da Lei nº 100, no dia 31, fosse estendido até o final do ano. Essa é uma solicitação



feita pelo governador Fernando Pimentel a fim de termos tempo de analisar melhor essa questão, não interromper o ano letivo e as pessoas não serem mandadas embora. Compreendendo isso, o próprio governador esteve no STF para conversar sobre o assunto e o fez, de maneira solidária ao povo mineiro e, de maneira geral, aos trabalhadores em educação, porém sabedor de que não poderá alterar o que já determinou a Constituição Federal: a entrada por meio do concurso público.

O governador Fernando Pimentel não é demagogo, não vai ao Supremo fingir que efetivará as pessoas, como, no passado, o outro governador fez. Esse é o quadro que está posto. Ora, o que pode ser feito, a partir de então, para que se minimizem os problemas, esses professores continuem nas escolas e, no futuro, possam adentrar a carreira seja por concurso público, seja como designados?

O governo do Estado fará o concurso público e já tem debatido com o Sind-UTE a possibilidade de ser contabilizado, para efeito de desempate, como o Supremo permite, o tempo de serviço trabalhado na contagem de títulos, o que facilita, evidentemente, a entrada daqueles que já têm tempo de serviço no Estado.

Em segundo lugar, vem a questão previdenciária: todo servidor tem direito à previdência; ele não perde e não poderá perder esse tempo, e o governo do Estado, obviamente, compromete-se a fazer todo o acordo de contas para que o direito previdenciário seja garantido. Então, se um professor ou um trabalhador em educação têm 20 anos de serviço, esse tempo será contabilizado para efeito da previdência. Esse é um direito do trabalhador.

Foi dito aqui sobre uma cantineira. No ano passado, não deixamos votar um projeto enviado pelo ex-governador Alberto Pinto Coelho, que terceirizava, nas escolas, o serviço das cantinas, das faxineiras e dos auxiliares de serviço. A ideia era terceirizá-lo, mas não permitimos a votação, pois não temos ideia de terceirizar o serviço dessas cantineiras, que continuarão designadas e, assim, contarão seu tempo de serviço para a aposentadoria no INSS e poderão se aposentar sem perda de poder aquisitivo. Elas, completando o tempo - e elas não recebem mais de R\$4.500,00 ou R\$4.600,00 -, terão a integralidade da aposentadoria, ou seja, não perdem na aposentadoria se complementarem o tempo como designadas. E não faremos aquela proposta que o governo passado fez e que não permitimos que fosse votada: a terceirização do serviço de cantina.

Então, nesse caso, o que se pensa é designar esses trabalhadores até que tenham sua aposentadoria garantida. É preciso também, além de garantir a previdência, olhar para as pessoas que adquiriram doença no serviço, de forma que lhes sejam garantidos os direitos. Esse é outro aspecto fundamental a ser tratado pela Lei nº 100.

Vejam bem: estamos analisando os problemas vindos da Lei nº 100, que repito, foi enviada a esta Casa pelo senador Aécio Neves, e o seu resultado, que foi a inconstitucionalidade julgada pelo STF. Abro aqui um parêntese. Alguns dizem: “Agora, o STF já julgou a inconstitucionalidade da Lei nº 100”. Sinceramente, é óbvio que se ela é inconstitucional, qualquer outra do mesmo teor também é inconstitucional. Como relator da emenda que chamo de PEC da demagogia, o que pretendo fazer é remetê-la ao STF, para que faça uma análise sobre se é possível ou não efetivar sem concurso público trabalhador de qualquer área. Ora, se o Supremo disser que pode, que permitirá, tudo bem, discutiremos a matéria, isso poderá ser feito. Mas é óbvio que o Supremo responderá: “Deputados, vocês não podem cometer o mesmo erro praticado em 2007, não podem efetivar sem concurso público”. Então, não podemos lançar uma folha de bananeira para uma pessoa que está se afogando, para que se abraça a ela como se fosse um barco, porque afundará. Precisamos dar um caminho seguro às pessoas, com garantia do trabalho. É isso o que estamos buscando. Seria muito fácil para as bancadas do PT, do PMDB, do bloco, para o governo ou qualquer deputado fazerem coro com uma proposta demagógica e fingirem que resolverão o problema por meio de uma lei já considerada inconstitucional. É muito fácil, mas não resolve.

Ontem, saí da reunião de Plenário e conversei com algumas lideranças da Uemg, que viam outras possibilidades. Elas me disseram claramente que a PEC nº 3 não é a solução, elas têm consciência disso. O caso se tornou mais uma bandeira política do PSDB do que uma solução. E é isso o que não podemos discutir, porque transformar algo em ilusão, e não resolver o problema, não é algo a ser feito pela Assembleia Legislativa. Devemos verificar quais são as soluções reais. É disso que estamos tratando.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, compartilho com V. Exa. a preocupação do debate, do curso que, às vezes, alguns colegas da Casa tentam dar para o episódio da Lei nº 100. A grande verdade é que os deputados aqui sabem que a PEC nº 3 é inconstitucional. Por mais que alguém diga: “Vocês não são ministros do Supremo para afirmar categoricamente que ela é inconstitucional”. Essa resposta já foi dada. O Supremo já deu essa resposta.

Deputado Rogério Correia, o que me preocupa é a falsa expectativa que se cria para esses trabalhadores, é a falsa sensação de segurança ou de resolução do problema. Ao final do processo, até mesmos os deputados que defendem essa proposta sabem que essa solução não se efetivará. Via de regra, as galerias da Assembleia Legislativa são preenchidas por vários professores que são, de certa forma, induzidos a acreditar que a Assembleia tem condições de aprovar uma PEC que irá resolver seu problema. A exemplo do que aconteceu no Acre e na Bahia, sabemos que o resultado final será a desvinculação.

O que o governo fez - V. Exa. teve oportunidade de ser o relator da proposta do destaque que votamos - foi criar uma medida que, ainda que não fosse a medida dos sonhos desses trabalhadores, foi a medida possível para garantir esses mesmos direitos e para garantir a continuação do trabalho até o final do ano. Foi uma medida para aqueles que têm prazo para requererem sua aposentadoria e, na perspectiva de novos concursos, pleitear essas vagas, aproveitando o tempo contado do período em que estiveram no sistema. Vejam o exemplo do que ocorreu na Unimontes: mais de 80% dos trabalhadores da Lei nº 100 agora se tornaram efetivos. É isso que têm de buscar. Pela nossa Constituição promulgada em 1988, o ingresso no serviço público se dá através de concurso. Ainda que alguém propusesse uma PEC no Congresso Nacional, no meu entendimento ela seria inconstitucional. Como o ingresso na carreira pública é originário da Assembleia Constituinte, seria necessário uma outra para reformar a Constituição, e que isso fosse possível, mas não é o caso.

O deputado Rogério Correia - Aliás, deputado Cristiano, o deputado Rodrigo de Castro, no final do ano passado, prometeu que ia efetivá-los através do Congresso Nacional. Antes da campanha, fez festa e disse que ia efetivar todo o mundo por lá. Foi um alvoroço. Todo o mundo pedindo para aprovar a PEC do Rodrigo de Castro. Ele ganhou voto, fez a maior demagogia. Agora cadê o Rodrigo de Castro com a proposta de PEC? Ela foi enterrada. Ela foi colocada junto a outra, cujo parecer já é pela inconstitucionalidade da PEC nacional. Isso não vingou lá.



Agora o nosso deputado federal Andrada, que é de Barbacena e pai do deputado Lafayette de Andrada, apresentou uma outra, em que propõe dar os direitos previdenciários do tempo em que essas pessoas ficaram trabalhando, dar o fundo de garantia, etc. Em Brasília, eles já não estão insistindo na efetivação sem concurso público. Até lá já se há a jurisprudência da inconstitucionalidade. É a mesma PEC lá, por isso ela não resolverá aqui. Tanto que o próprio deputado federal Andrada já está com outra visão, que é dar aos que trabalharam esse tempo o direito de receber fundo de garantia e outros direitos trabalhistas de CLT, ao ingressarem no INSS. Mesmo o PSDB em Brasília, sabendo da inconstitucionalidade lá, já não faz esse esforço - eu chamo aqui de demagogia - de aprovação de algo que todo o mundo sabe que não se pode fazer.

Foi bom V. Exa. ter se lembrado disso. Foi um caso que vimos e a promessa do Rodrigo de Castro acabou não existindo.

O que estamos tentando? Hoje, se o Supremo tiver uma definição - como foi pedido pelo governador Pimentel - até dezembro, de manter a validade e alterar o prazo da saída dos efetivados no dia 31 de dezembro, será ótimo. Caso contrário, aprovamos a emenda aqui, na reforma administrativa, designando automaticamente, exatamente para que esses trabalhadores da educação não percam o cargo no meio do ano. Assim teremos tempo de ir solucionando suas questões.

Em todos os casos, conversei com o deputado Durval Ângelo e vou pedir a ajuda dele, como líder do governo, para, deputado Durval Ângelo, fazermos uma consulta oficial da Assembleia Legislativa - e eu, como relator, estou querendo aprovar isso como pedido de diligência na comissão especial - ao STF para que ele nos dê uma opinião sobre essa PEC especificamente, se ela, sendo idêntica à Lei nº 100, terá o mesmo destino dessa lei ou se existe outra possibilidade. Isso é até para que fique claro o posicionamento do STF e para que não venham tentar, no futuro, dizer que não funcionou porque não foi aprovado. O STF certamente vai se dignar a nos dar uma opinião sobre isso. Acho que é nossa obrigação fazer isso, e não fingir estar resolvendo um problema, e depois não resolvê-lo. Dizem: "Isso vai demorar sete anos". Não é assim que funciona. Como já foi decidido, se uma PEC dessas fosse aprovada, coisa muito difícil - ela não será aprovada, não é a posição do governo aqui, não vamos mentir aos trabalhadores -, ela iria ao STF novamente. E o STF não tem de fazer o julgamento dela. O que o STF vai fazer é colocá-la como assemelhada à outra e imediatamente sustar seus efeitos. Não vai valer tempo de aposentadoria porque esse tempo é aquele da publicação da ata, quando se julgou. A não ser que hoje o STF também estenda esse prazo da aposentadoria, quem sabe?, até dezembro. Se fizer isso, poderão aposentar-se até dezembro. Isso o STF vai decidir daqui a pouco, as professoras provavelmente estão atentas à pauta do Supremo.

Em todo o caso, hoje acho que definitivamente se enterrará essa ideia. Acho que para alguns ela é de boa-fé, mas para muitos é de má-fé, é para tratar a questão como um caso de disputa política, e não de solução, como foi o caso da merenda escolar, e aqui termino voltando a ela. A merenda tanto era algo de definição política, que agora, com os recursos próprios do Estado e mesmo com corte e orçamento ainda não aprovado, o governador Pimentel já orientou, e em abril as professoras se alimentarão na escola. Isso foi uma decisão política, com impacto financeiro, é óbvio, mas uma decisão política. A decisão política do governo anterior era: "De forma alguma não pode, a lei é federal, a culpa é da Dilma". E se fazia uma disputa, como se a presidenta Dilma fosse culpada de os professores estarem proibidos de se alimentarem, deputada Geisa Teixeira. Isso é o que era dito aqui. E agora? A presidenta Dilma é a mesma, a lei federal é a mesma, e as professoras poderão alimentar-se na escola.

Assim como essa definição foi dada pelo governador Pimentel, daremos também as soluções para resolver a questão da Lei nº 100 nas possibilidades reais, e não na disputa política, demagógica, que muitas vezes se expõe aqui. Queria deixar isso bastante claro para que esse assunto da Lei nº 100 fosse tratado aqui, atendendo a um apelo do deputado Doutor Wilson Batista, não como um embate político-ideológico, mas com a concretude. Como se resolve? Pode o Parlamento passar por cima do STF e determinar que as pessoas serão efetivadas sem concurso público? Deputado Doutor Wilson Batista, V. Exa. é médico, mas sabe que não, sei que não, todos sabem que não. Uma PEC dessas não resolve o problema, ela apenas aguça a disputa política. O que precisamos é resolver as questões, como bem lembrou o deputado Doutor Wilson Batista.

Muito obrigado, presidente. Espero que façamos esse debate agora à luz da concretude, de como resolver esse problema deixado pela decisão do STF. Isso é importante porque essas professoras estão angustiadas, elas nos escrevem, querem entrar também, porque fizeram concurso. É uma questão polêmica, que não pode ser tratada com falsas promessas, tem de ser tratada dentro da realidade. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos aqui para discutir o PPAG e o projeto relativo ao orçamento anual. Primeiramente, queremos externar, apesar de já dito por nossas lideranças, que vamos votar de forma favorável ao orçamento feito no governo Alberto Pinto Coelho e que agora sofre algumas modificações no governo de Fernando Pimentel, do PT. Nós vamos votar esse orçamento porque não podemos servir de justificativa para que o governo Pimentel não faça qualquer obra. Nós da oposição não podemos servir de argumento, não podemos dar essa desculpa ao governo Fernando, do PT. O governo Fernando Pimentel, do PT, suspendeu inúmeras obras em Minas Gerais, inclusive as dos hospitais regionais, da maior importância, em uma das áreas extremamente importantes, a da saúde. O governo de Minas, na época de Antonio Augusto Anastasia, entendeu por bem construir hospitais regionais em cidades-polos de Minas Gerais. Entres elas estão: Governador Valadares, Teófilo Otôni, Conselheiro Lafaiete, Sete Lagoas, Uberaba e assim por diante. Esses hospitais foram criados dentro do programa de urgência e emergência para conter a demanda das cidades do interior que buscavam recurso na capital, que já não tinha mais condições. De Governador Valadares para Belo Horizonte, os pacientes, principalmente aqueles mais pobres e sem recursos, trilhavam a perigosa Rodovia da Morte, a BR-381, em busca de tratamento. Muitas vezes padeciam de um sofrimento enorme e não encontravam esse tratamento.

Presidente Doutor Wilson Batista, médico ilustre, a solução era naturalmente achar recurso na própria região, que foi encontrado por meio dos hospitais regionais. O de Governador Valadares, deputado Duarte Bechir, está praticamente pronto, 80%, e o governo Fernando Pimentel, do PT, suspendeu as obras. Ao suspender, ele está sacrificando muita gente pobre que não tem plano de saúde e está sujeitando a obra a depredações, como as outras também. O que é mais grave é que o governo do PT põe a culpa na Assembleia Legislativa. Ele fala que suspendeu porque a Assembleia não votou o orçamento.



Não podemos governar com a mentira. É por isso que a presidente Dilma Rousseff despençou, está com 90% da opinião pública contra ela, dois meses e meio depois de reassumir o governo. Por quê? Por causa da mentira. O povo não aceita mentira. O governo Fernando Pimentel não podia jamais jogar a culpa na Assembleia porque nós, deputados, quisemos a todo custo votar o orçamento em dezembro, e a base do Fernando Pimentel obstruiu e não deixou. Esta é a grande verdade: não conseguimos votar o orçamento. Nós estávamos cumprindo a Constituição Federal e a Constituição do Estado de Minas Gerais, respectivamente, nos seus arts. 166, §5º, e 160, §1º. O orçamento tem de ser votado em um ano para vigorar no ano seguinte. Mas não conseguimos isso.

Agora, eles argumentam que as obras estão paralisadas porque a Assembleia não votou o orçamento. Isso não é justo e não é verdade. Então, vamos votá-lo o quanto antes, para evitar que deem essa desculpa e que não prossigam com as obras dos hospitais regionais e tantas outras em Minas Gerais. É bom que esteja presente o líder de governo, deputado Durval Ângelo, porque falamos aqui que qualquer modificação no orçamento era inconstitucional e queremos provar.

Vou pedir à assessoria que nos forneça a Constituição do Estado de Minas Gerais. Queremos, à luz da nossa Constituição, repetir o texto da Constituição Federal, e vamos mostrar com toda a clareza possível, para todos os deputados e toda a Minas Gerais, por que falamos que qualquer modificação é inconstitucional. Agradeço que esteja à mão a Constituição Federal, mas vamos abrir a nossa Constituição. (- Lê:): “Art. 160: os projetos de lei relativos a plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e a crédito adicional serão apreciados pela Assembleia Legislativa, observado o seguinte: § 1º - o governador do Estado poderá enviar mensagem à Assembleia Legislativa para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo, enquanto não iniciada, na comissão a que se refere o inciso I, a votação da parte cuja alteração for proposta.”

Ora, a votação foi iniciada no ano passado, no início de outubro. Em dezembro, deputado Durval Ângelo, já havia o parecer e já havia sido votada na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Então não podia mais entrar emenda nem modificação, de acordo com o texto claro da Constituição do Estado de Minas Gerais. Hoje V. Exa. argumentou que, no governo Fernando Henrique, foi feito assim, que, no Congresso Nacional, foi feito assim. Porém o processo legislativo do Congresso é diferente do processo da Assembleia Legislativa. O regimento interno do Congresso difere do nosso. E ainda que não diferisse, no Congresso, Fernando Henrique ou quem fosse também estaria infringindo a Constituição.

Repito o que disse, estou falando em cima da letra clara da Constituição Federal. O princípio do latim diz *Interpretatio cessat in claris*, qualquer interpretação cessa diante da clareza da lei. Estamos querendo demonstrar a verdade do que sustentamos ontem.

Voltando ao mérito do orçamento, queremos demonstrar, deputado João Leite, o quanto o projeto de modificação do governador Fernando Pimental, do PT, está tirando recursos importantes de áreas de igual importância em Minas Gerais. Retira 12,5 milhões do meio ambiente; retira 50 milhões do Hemominas; corta 418 milhões da educação. E aqui queremos demonstrar que a educação é essencial. Vejamos como aconteceu: a proposta original enviada por Alberto Pinto Coelho para a educação foi no valor de R\$7.103.250.256,00; a proposta do PT é de R\$6.684.359.418,00. Houve uma redução de R\$418.890.838,00 na área da educação. Por isso queremos observar que fica mais difícil para o governo Pimentel, do PT, cumprir o piso salarial. Por isso ele está falando que poderá cumprir em quatro anos, diferentemente do que falou na campanha eleitoral, ou seja, que o povo de Minas Gerais, especialmente os ditos trabalhadores da área da educação, mereciam. Eles acreditaram à época, e agora estão surpresos.

Mas, quando falamos em corte, o que nos surpreende é que houve cortes no meio ambiente, na Hemominas, na educação e na comunicação. Aqui é interessante que se faça um comentário. Os deputados do PT falam muito que os governos Aécio Neves, Anastasia e Alberto Pinto Coelho gastaram muito com publicidade. No entanto, deputado João Vítor Xavier, no orçamento de Fernando Pimentel constam R\$97.000.000,00 para publicidade, ao mesmo tempo em que houve corte para a Hemominas, a educação e o meio ambiente. Por que isso é uma incoerência? Porque no governo passado - parte de Anastasia, parte de Alberto Pinto Coelho - foram gastos R\$79.000.000,00, embora o orçamento previsse R\$42.000.000,00. Hoje um deputado disse aqui que o orçamento previa R\$70.000.000,00. Não é verdade; o orçamento previa R\$42.000.000,00 e foram gastos R\$79.000.000,00. Agora, o governo Fernando Pimentel do PT manda uma proposta de R\$97.000.000,00 para a publicidade. Como podem censurar o gasto de R\$79.000.000,00, se mandam mais? Não podemos concordar com essas situações, até porque elas não podem ser confrontadas com a realidade, com os números que estamos mostrando aqui.

Mas também queremos falar de outras questões importantes. Veja, deputado Arlen Santiago, que temos aqui uma ação de cobrança de empréstimo do Banco do Brasil. No ano passado votamos aqui autorizações de empréstimos em valores aproximados de R\$8.000.000.000,00 a R\$9.000.000.000,00. Esses empréstimos eram para fazer inúmeras obras, entre elas as do programa Caminhos de Minas e outras nas áreas de segurança e saneamento básico. Mas o Caminhos de Minas, por exemplo, que beneficiaria cerca de 230 municípios do Estado, ficou altamente prejudicado. As ligações entre inúmeros municípios mineiros, que abrigam cidadãos mineiros que estão nos acompanhando agora, não foram feitas porque o Banco do Brasil não cumpriu o contrato feito com o governo de Minas Gerais e, desde agosto de 2014, deixou de repassar R\$1.100.000.000,00. O governador Alberto Pinto Coelho, como era do seu dever, entrou na Justiça para cobrar esse recurso do Banco do Brasil, e pasmem, deputados e deputadas, conseguiu uma liminar estabelecendo uma multa de R\$1.000.000,00 por dia de atraso do Banco do Brasil.

Mas agora o governo Fernando Pimentel, do PT, desiste dessa ação, pede a suspensão dessa ação, como se Minas Gerais não precisasse desse dinheiro, falando que vai trilhar outros caminhos. Como, se já há uma ordem judicial para que o dinheiro seja depositado, sob pena de multa diária de R\$1.000.000,00? Qual é o melhor caminho? Será que ele vai conseguir esse dinheiro mais rapidamente e com mais multas? Ele renunciou à pressão do Judiciário, mas não podia fazer isso, deputado Duarte Bechir, porque a ação é de um governo. A ação não é de Alberto Pinto Coelho, mas do governo do Estado de Minas Gerais. Ele estava fazendo isso em nome do povo do Estado de Minas Gerais, e o Judiciário determinou que se repusessem os direitos do povo do Estado de Minas Gerais. Então, ele não podia fazer isso.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Deputado Mourão, agradeço a oportunidade do aparte. Temos de destacar que há uma grande diferença entre governar e falar. Nós governamos o Estado durante 12 anos, com números expressivos, com avanços



importantes do Estado. Era muito fácil para nossa oposição passar o tempo todo aqui falando, falando... Agora está na hora de governar e de colocar em prática o que prometeram.

Eu disse hoje ao líder do governo que recebi ligação de uma educadora pedindo que eu pedisse à liderança do governo na Casa, ao PT, uma sugestão do que ela vai fazer com os R\$40,00 que ela vai ganhar de aumento. Ela vai ganhar R\$40,00 de aumento, deputado Mourão. O que ela vai fazer com isso? Não vai dar para pagar nem a taxa de iluminação que D. Dilma aumentou; nem a taxa da luz que a Dilma aumentou vai dar para pagar com o aumento que foi mandado para os educadores do Estado. E nós já estamos vendo nas redes sociais a repercussão disso. Porque nós já vimos, por exemplo, a Beatriz, que partidizou e aparelhou o sindicato dos educadores a favor do PT tendo de calçar a cara, porque o PT, que ela tanto defendeu, agora não cumpre o que prometeu com muita facilidade, porque prometer é fácil, o difícil é cumprir.

Mas estamos vendo esse caos, deputado Mourão, pelo Brasil afora. O retrato disso foi mostrado no último dia 15, quando a população do Brasil foi para as ruas para cobrar um país diferente, porque ninguém aguenta mais um país de vive de mentiras.

Hoje pela manhã ouvi uma entrevista na Rádio Itatiaia, no programa *Rádio Vivo*, da economista Rita Mundim. E poucas vezes tive oportunidade de ouvir tanta verdade na minha vida como disse a Rita Mundim. Ela disse que o governo Lula e o governo Dilma passaram os últimos 12 anos jogando fora tudo aquilo que foi construído pelo presidente Fernando Henrique e ainda chamando de herança maldita. A herança maldita dita pelo PT, maldita do ex-presidente Fernando Henrique, foi o que sustentou a nossa economia nos últimos 12 anos, que agora nós estamos vendo a realidade. Eu vou repetir a frase dita pela Rita Mundim: “O Brasil viveu como rico, mas tendo na conta dinheiro de pobre”.

Agora está vindo a dor de barriga, agora está vindo a conta para pagar. Quem ganhou dinheiro no governo PT foram os bancos, com financiamentos espalhados pelo Brasil inteiro. Quem ganhou dinheiro no governo PT foram os grandes magazines, com a linha branca sendo fomentada, foram as montadoras de carros. Agora o trabalhador está lá, com um boleto de 48 prestações para pagar, seja da máquina de lavar, seja do carro, porque nosso país não investiu no que precisava. O caminhão, como muito bem lembrado pelo deputado Duarte Bechir. Os caminhoneiros que tanto lutam não tiveram, em contrapartida, o que eles precisavam de verdade, que eram as obras de infraestrutura. Cadê a nossa BR-381, deputado Mourão? Eu, que sou da minha querida Caeté, V. Exa. que foi o maior prefeito da história de Governador Valadares, e cadê a nossa BR-381? Na época da campanha, a Dilma colocou máquina lá, começou a terraplanagem. É propaganda para tudo quanto é lado. É o ministério da propaganda enganosa, mas não há propaganda enganosa que sempre dure, porque as pessoas começam a comparar a realidade. E, infelizmente, o brasileiro está sentindo no bolso o perverso governo do PT contra o povo do nosso país, a perversidade de um governo que toma conta da máquina pública, de um governo que aparelha o Estado em função de um partido político. Quebraram a Petrobras. E é só o começo porque, se olharmos para tudo quanto é lado o que eles fizeram, com a lupa que deve ser olhada, nós vamos descobrir o pior: que não quebraram só a Petrobras, quebraram o Brasil. O PT quebrou o Brasil, um país que era para ser hoje a bola da vez na economia mundial, que se tornou referência de responsabilidade fiscal por projeto feito pelo PSDB e que o PT votou contra, que se tornou referência em política econômica moderna com o Plano Real. Eles estão conseguindo jogar tudo fora.

Nós, deputado Mourão, aprendemos no interior de Minas, com muita facilidade, que, quando se planta e se colhe, você precisa plantar de novo para continuar colhendo. E o problema foi esse.

Eles não plantaram durante 12 anos. O que estão colhendo agora? Nada, porque não há o que colher. Nada fizeram pelo povo do Brasil nos últimos 12 anos. Foram 12 anos gastando as reservas econômicas do Brasil, vendendo ilusão para o povo brasileiro e arrebatando o sistema financeiro e tributário do nosso país. Não tem jeito de uma nação sobreviver com tamanha irresponsabilidade. Só houve uma coisa que cresceu nestes 12 anos: o PT. Esse está maior porque vai mamando todos os dias nas tetas do Estado e da Petrobras, criando um país, infelizmente, cada vez mais pobre e um partido cada vez mais rico e maior.

Só que o nosso país é soberano e começa, deputado Mourão, a responder de maneira soberana autônoma e verdadeira àquilo que os últimos anos nos mostraram: a irresponsabilidade do PT. O Brasil ainda dará a volta por cima. Somos maiores do que o PT, do que esse partido que está acabando com o nosso país. O povo brasileiro, que é lutador e trabalhador, acordou e foi para as ruas. Não é como aquela manifestação de 2013, deputado Mourão, quando disseram que o brasileiro reclamava contra tudo, contra todos os governos e todo o mundo. Não é. O povo brasileiro hoje se manifesta contra os desmandos, a má gestão e a irresponsabilidade do PT, que quebrou a Petrobras e está quebrando o Brasil e que vende ilusão para o povo brasileiro e não a cumpre. Todos se lembram, deputado Mourão, da presidente Dilma, em cadeia nacional, no horário político de rádio e televisão, dizendo que, nem se a vaca tossisse, ela mexeria nos direitos trabalhistas. Há muito petista envergonhado.

Acredito, deputado Mourão, que existem pessoas corretas e honestas em todos os partidos. Há gente de bem em todos os campos e em todas as correntes. Tenho amigos e conhecidos que militam historicamente no PT, alguns de correntes históricas do partido, que têm vergonha na cara e são pessoas de bem. Esses estão com vergonha porque lutaram a vida inteira pelos direitos trabalhistas e veem agora a vaca tossindo, voando e acabando com o direito do trabalhador brasileiro. A presidente Dilma passou toda a campanha, Mourão, dizendo que o futuro presidente do Brasil, senador Aécio Neves, iria mexer no arrocho das contas públicas e que o PSDB só sabe fazer arrocho. Olhem quem está arrochando o povo brasileiro.

Tenho 15 anos como profissional, deputado Mourão, e 7 anos de mandato público. Nunca recebi na minha vida tantos pedidos de emprego. Todos os dias sou procurado por 5 ou 6 pessoas me pedindo emprego. Sabe por que, deputado Mourão? Como homem experiente que é, grande homem público e um pilar desta nossa oposição que será muito firme e combativa, V. Exa. sabe muito bem. As pessoas estão pedindo emprego porque a recessão está batendo às portas do Brasil e a mentira do PT serve para programa eleitoral, mas não para mudar balanço e a realidade econômica, controlar o câmbio do Brasil e diminuir a ganância e a roubalheira que está envidando o nosso país.

Então, precisamos cair na real e viver o País real. O Brasil não vai viver mais no País da mentira do PT. Vamos viver o País real, mas juntos. Daremos a volta por cima e vamos virar essa infeliz página de um partido que roubou e quebrou a Petrobras e está quebrando o Brasil. Muito obrigado pelo aparte, deputado.



O deputado Bonifácio Mourão* - Obrigado, deputado João Vítor Xavier. Continuaremos o nosso raciocínio e, assim que o terminarmos, abriremos a palavra para que os colegas, deputado Dilzon Melo e outros, participem conosco dessas apreciações sobre o PPAG e o orçamento anual.

Dentro das suas observações, deputado João Vítor, há a questão do desemprego. Temos aqui uma anotação. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged - no Brasil constatou que, no último ano, perdemos 80 mil postos de emprego.

Agora, no mês de fevereiro, o índice de desemprego já disparou de novo e vai disparando. Então, o índice de desemprego está alarmante.

Mas, como o deputado João Vítor Xavier abordou também a questão dos professores, queremos lembrar aqui tantos embates contra a PEC nº 3, tantos embates a favor da designação; só que a designação é inconstitucional também porque a porta de entrada para o serviço público é o concurso público. Vem essa designação propondo um tempo predeterminado para designar e em dezembro realizar o concurso. Muito bem. E essas 78 mil pessoas? Será que todos vão passar no concurso? Porque hoje já não se pode mais dar pontos por tempo de serviço, então, qual é a proposta? É esperar chegar dezembro, e aqueles que não passarem perderão o cargo?

Ora, é preciso lembrar aqui por que muitos deputados querem jogar a culpa em Aécio Neves. Por que essa marcação permanente diuturna contra ele? Deputado Gil Pereira, em 2007, quando foi votada a Lei nº 100 - repito pela terceira vez -, os deputados do PT votaram favoravelmente a ela. Então, agora vamos colocar a culpa em Aécio Neves? Ele propôs a Lei nº 100 para resolver o problema de inúmeros educandos de Minas Gerais, cantineiras e assim por diante, mas ele não é jurista por formação, não é ministro do Supremo, não é desembargador, não é juiz, não é advogado. Ele não tinha obrigação maior de saber que o Supremo iria no futuro declarar aquela inconstitucionalidade.

O deputado Durval Ângelo - Um aparte, deputado.

O deputado Bonifácio Mourão - Ele estava buscando uma solução daquela questão grave para o povo, para o pessoal da educação de um modo geral.

Então, Aécio Neves buscou a solução e teve o apoio, na época, dos deputados do PT, como dos demais deputados aqui da Assembleia. Eu não estava aqui naquela época, em 2007, porque era prefeito, mas sei que a atual prefeita de Valadares, que é do PT, na época era deputada aqui e votou favoravelmente, como todos os outros votaram. Então, a meu ver, não há sentido nessa espécie de crítica.

Deputado Durval Ângelo, vamos lhe conceder um aparte desde que seja breve, porque queremos concluir o raciocínio para continuar concedendo os apartes.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* - O nosso relator da Constituinte Estadual, de forma tão brilhante, sabe muito bem que o art. 19 da Constituição Federal, de 5/10/1988, consagrou uma norma segundo a qual só poderiam ser efetivados aqueles que até aquela data da promulgação tinham cinco anos de efetivo trabalho no serviço público. E a Constituição Estadual traduziu exatamente esse mesmo dispositivo, não houve nenhum tipo de exceção. Então, quero deixar bem claro aqui que o Estado não quis resolver a situação dos servidores da educação na Lei nº 100. Quis resolver o seu problema.

Estávamos aqui aprovando empréstimo na Assembleia, inclusive, empréstimos externos e, por duas vezes, o governo do Estado do Aécio teve de recorrer a liminar na Justiça Federal para ter a certidão, as CNDs. Foi essa a questão, foi para resolver o problema do Estado dos empréstimos, e não para resolver o problema dos servidores.

Quando João Leite diz que faltam sete dias para que milhares de educadores estaduais percam o direito trabalhista, ele deveria levar esse cartaz no Supremo, que decidiu por 11 votos a 0; a não ser que ele entenda que Minas Gerais é uma república independente e onde não precisemos seguir orientações do Supremo.

Sobre o assunto que V. Exa. abordava - só terminarei -, citei quatro leis orçamentárias de Fernando Henrique Cardoso que foram aprovadas no exercício financeiro em curso. Citei uma da época em que ele era ministro da Fazenda do Itamar - a Lei nº 8.933, de 9/11/1994. Durante 10 meses, quase 11 meses, o Brasil ficou sem lei orçamentária. No caso da de 1994, a lei já tinha um parecer dado em 1993, e foi modificada em 1994. Então acho que nós aqui não estamos fazendo inconstitucionalidade. A verdade se impõe de forma tranquila, cristalina.

Agradeço ter-me concedido o direito de fazer um aparte a V. Exa.

O deputado Bonifácio Mourão* - Obrigado, deputado Durval Ângelo. Só que quero lembrar aqui: se o PT considera inconstitucional a Lei nº 100, por que só agora levanta a inconstitucionalidade? Por que, na época da votação, não levantou a inconstitucionalidade? Aí que está a questão. A proposta do governador Aécio Neves, hoje nosso grande senador, gerou efeitos favoráveis aos educandos, às cantineiras, e assim por diante, porque milhares já se aposentaram com base nessa própria Lei nº 100. Então ela trouxe efeitos positivos.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Serei muito breve, deputado Bonifácio Mourão. V. Exa. sempre nos inspira, com seu conhecimento de direito, jurista que é, relator da nossa Constituição. Para mim é uma honra apartear-lo.

Quero apenas lembrar que, na reforma administrativa encaminhada pelo governador a esta Casa, tivemos a oportunidade de, de uma vez por todas, resolvermos essa questão. Eles não quiseram. Tentamos conceder aumento aos servidores, repondo os índices da inflação. A bancada do PT e do PMDB, obviamente por ordem do palácio, votou contra e não permitiu. Lembrando, tentamos aqui votar o aumento para a educação, que sempre foi a bandeira da liderança do PT nesta Casa, que os índices de aumento para a educação fossem os mesmos concedidos pelo governo federal. Obviamente toda a comunidade escolar, os professores e servidores, tinham a convicção de que agora, sim, seria o momento desse tema ser aprovado. O PT votou contra nesta Casa. O PT e o PMDB.

Portanto, deputado Bonifácio Mourão, percebemos, a cada dia, com mais clareza, de maneira mais límpida, a verdadeira cara do PT. De trabalhador não tem absolutamente nada. Para defender o trabalhador, não há absolutamente nenhum. Hoje pude ver, no Facebook da Sra. Beatriz Cerqueira, presidente da CUT em Minas Gerais, e que foi presidente do Sind-UTE por muito tempo, críticas ao governo do PT. Não direi que estava xingando, mas fazendo duras críticas, dizendo que estava desapontada e decepcionada com a maneira com que o PT vem conduzindo a educação no Estado de Minas Gerais.

Portanto, deputado Bonifácio Mourão, parabéns pelas suas palavras. V. Exa., como nosso líder que foi e como nossa referência, nosso decano da bancada e nosso grande poço de cultura, siga firme, porque suas palavras são sábias, palavras que todo o povo de Minas Gerais deve ouvir. Muito obrigado.

O deputado Bonifácio Mourão* - Obrigado, ilustre deputado Lafayette de Andrada, que honra as tradições de sua família. Queremos continuar, deputado Dilzon Melo, e concederemos aparte a V. Exa. oportunamente.

Mas vejam V. Exas., execução de investimentos em operações de crédito. Estou falando sobre a proposta de orçamento de Fernando Pimentel, do PT. Para 2015 está prevista uma receita de R\$2.950.000.000,00 de fonte de operações de crédito, e uma despesa de apenas R\$1.700.000.000,00. Mas tem que ser destacado que essas operações têm destinações específicas, estabelecidas em suas leis autorizativas e detalhadas em seus contratos.

Não é possível utilizar receitas de operações de créditos para pagar nada que não seja aquilo que se encontra estritamente previsto. Assim, como se explica a manifesta intenção de reter R\$1.250.000.000,00 de investimentos previstos para 2015? Reter, mas não pode aplicar em outra coisa, a não ser que seja para comprar helicópteros e coisas semelhantes. Mas não pode. E como vão se justificar perante o Tribunal de Contas, por exemplo? A lei é clara. Os empréstimos foram contraídos nos nossos governos, sobretudo no governo Antonio Augusto Anastasia.

Queremos também fazer alusão sobre a estimativa da Cide. A presidente da República já anunciou que a Cide está voltando, e voltará brevemente. Todos lamentamos, mas ela quer que volte. Ao voltar a Cide, serão mais, pelo menos, R\$100.000.000,00 nos cofres públicos do governo do Estado de Minas Gerais. E aí, para que deixar ir embora esses 79 mil educandos, cantineiros e assim por diante, se o dinheiro da Cide é de mais R\$100.000.000,00 nos cofres? Já falamos sobre algumas observações importantes.

Deputado João Leite, antes de conceder aparte a V. Exa., gostaríamos de abordar um assunto que queríamos falar ontem, em aparte a V. Exa, mas o tempo se esvaiu e não deu. Queremos nos referir à dívida pública do Estado de Minas Gerais. Essa matéria tem sido objeto de muita demagogia. Temos ouvido discursos aqui, em que dizem que os governos do PSDB, Aécio Neves, Anastasia e outros, quebraram o Estado de Minas Gerais por causa da dívida pública. Isso não é verdade. Precisamos olhar o que houve, na realidade, em relação à dívida pública.

Ontem vimos o Congresso Nacional derrotar novamente a presidente da República, com 389 votos contra 2. Por quê? Porque o prefeito Eduardo Paes, do Rio de Janeiro, não se conformou com a situação da dívida do seu município. Aí procurou o vice-presidente da República, fez uma reunião, entrou na Justiça e ganhou a liminar. Por que ele ganhou a liminar? Porque a presidente da República sancionou a lei que mudava o indexador de IGP-DI para IPCA. A presidente a sancionou, mas não a regulamentou, engavetou-a. Ao engavetar, as dívidas dos municípios brasileiros e dos 27 estados brasileiros foram aumentando assustadoramente, até que a Justiça começou a conceder liminar. Se o Fernando Pimentel entrar na Justiça, também vai ganhar a liminar. Já foi ouvido o Dr. Marco Antônio, secretário de Fernando Pimentel, do PT, e ele está dizendo que precisa estudar melhor para ver se entra na Justiça. Ora, se o prefeito do Rio já ganhou liminar... Se, com essa votação do Congresso Nacional, o indexador for mudado, Minas Gerais, de cara, ganha R\$10.000.000.000,00. Então por que não entrar na Justiça?

É preciso lembrar, deputados presentes e todos que nos ouvem, que a dívida do Estado de Minas Gerais, como a de todos os estados brasileiros, foi feita através de um contrato. Ela vem desde 1960. Em 1998, quando era governador o Eduardo Azeredo, foi assinado um contrato, baseado em uma lei, que passou pela Assembleia, para a negociação da dívida de Minas Gerais. Na época, o indexador melhor era o IGP-DI. Vejam, V. Exas., que em 1998 o IGP-DI mais 7,5%, que eram os juros contratuais, dava 9,3%; a Selic era de 28,8%. Em 2012, quando foi feito o cálculo, o IGP-DI mais 7,5% - em 2014 dá mais - dava 16,2%; e a Selic, 8,5%.

Vale dizer que, quando foi feito o contrato, a Selic era três vezes maior que o IGP-DI mais 7%. Hoje a Selic é a metade do IGP-DI mais 7,5%. Daí a razão por que todas as dívidas públicas, de todos os Estados, aumentaram assustadoramente, de forma incontrolável. Isso se deu por causa do indexador, porque o governo, principalmente a partir de 2003, não quis, em hora nenhuma, negociar a dívida pública. Agora, quando quiseram trocar o indexador de IGP-DI para IPCA, a presidenta da República engavetou tudo. Assim as dívidas crescem cada vez mais. Essa é a explicação, a meu ver, do porquê de a dívida pública estar dessa forma.

Por que o Fernando, do PT, não faz um acordo ou não entra na Justiça para aliviar os cofres de Minas Gerais? Com R\$10.000.000.000,00, quantas obras se poderia fazer neste Estado? Aliviaria inteiramente a responsabilidade do Estado diante da dívida pública. Diminuiria assustadoramente. Podemos fazer a conta do que se pode fazer com R\$1.000.000.000,00, em termos de construção de postos de saúde, de escolas, de estradas etc.

O deputado João Leite (em aparte) - Como sempre, deputado Mourão, V. Exa. deu uma aula. V. Exa. é muito didático. Eu, que tenho uma certa dificuldade com os números, o entendi perfeitamente.

Eu estava aqui quando votamos. Votamos porque o Estado de Minas Gerais, em 1998, não conhecia nem a quem devia. Houve um acerto, um entendimento para que a União assumisse essa dívida. Lembrava-me de que aquele indexador era o melhor naquele momento. Todavia, lamentavelmente, durante esses anos, não tivemos mudanças, o que penalizou o Estado de Minas Gerais e outros estados e municípios também.

É importante dizer que falta apenas um detalhe para fechar. V. Exa. não entende por que o governador não ingressa na Justiça também para beneficiar a população de Minas Gerais. Isso ocorre porque, além de ser o Fernando do PT, ele é também o Fernando da Dilma. Ele quer fazer parte desse *show* que é o Brasil hoje. Eles tentam vender à população brasileira a ideia de que está tudo bem, de que não há problemas. Por isso cada vez que a presidenta aparece na televisão as pessoas correm e pegam as panelas. Elas não querem ouvir mais o que a presidenta tem a dizer. Ninguém acredita no que a presidenta fala.

Lamentavelmente, é isso o que o PT vai herdar em Minas Gerais também. O que o PT plantou, durante todos esses anos, na oposição a Aécio Neves, a Anastasia e a Alberto Pinto Coelho? Muito ódio, muito ódio contra o senador Aécio. A maneira como eles se dirigem e fazem referência ao senador Aécio Neves é lamentável. Falta até educação ao tratarem de um ex-governador do Estado, de um senador da República. Considerando a maneira como eles falam dos governos Anastasia e Alberto Pinto Coelho - V. Exa. foi



líder do governo Anastasia, sabemos da seriedade desses homens -, eles não podem colher outra coisa aqui neste Plenário e no governo deles que não o insucesso, o que é lamentável para todos nós e para Minas Gerais.

Torcemos para que dê tudo certo. V. Exa., aliás, dá uma grande contribuição ao governo. Faz uma oposição propositiva, dando sugestões. Governador, entre com uma ação, com uma liminar, para que Minas Gerais se beneficie. O ex-governador e hoje senador Anastasia, recentemente, na rede, no Twitter, disse que a União cobra dos estados da Federação juros dignos de agiotas. É agiotagem.

Esses cortes de Fernando Mãos de Tesoura são terríveis, são cortes na saúde e na educação. Pasmem. V. Exa. denuncia, e é denúncia mesmo. Corte no Hemominas, no sangue, que é vida. Agora nos aproximamos da Semana Santa. Lamentavelmente, na BR-381, que vai para sua querida Valadares, ainda não temos duplicação e devemos ter acidentes, lamentavelmente. Será necessário o sangue do Hemominas. Como cortam o sangue essencial para a vida? Como cortam a vida dos servidores da educação, deputado Mourão? Alguns deputados do PT tratam essa questão ridicularizando. Eles não sentem a dor, deputado Mourão, dessas mães, desses pais, dessas pessoas que servem o Estado? Eles as jogam para o INSS e para o SUS. Eles não têm direito ao Hospital da Previdência, não têm direito ao Ipsemg, vão ter de buscar outro caminho. O PT trata essas pessoas com total desinteresse. V. Exa. se lembrou muito bem que é apenas uma letra fria da lei. É o sangue do Hemominas, é a vida dos servidores da Lei nº 100 que eles tratam dessa maneira.

Deputado Mourão, concordo com V. Exa. Não vai dar certo esse governo. Não dá certo o governo que corta o sangue, o governo que corta as vidas e que ridiculariza esses servidores que, há mais de 20 anos, servem às nossas escolas. Que governo é esse do PT? Que governo é esse que começa dessa maneira desastrada?

Parabéns, obrigado pela aula, professor. Entendi muito bem.

O deputado Bonifácio Mourão* - Obrigado, deputado João Leite, pela sua colaboração rica de conteúdo. Com muito prazer, vamos conceder aparte ao nosso grande companheiro e amigo, ilustre deputado Dilzon Melo.

O deputado Dilzon Melo (em aparte) - Inicialmente, gostaria de parabenizá-lo pela ampla explanação que vem fazendo, meu relator da Constituinte, Bonifácio Mourão. Não sei se você tem notado, Mourão, que o PT está totalmente desorientado. Ele vem aqui e apresenta uma quantidade de números, como se pudesse, mais uma vez, iludir o eleitor ou o telespectador que está vendo a TV Assembleia. Apresenta um monte de bobagens, um monte de números que não refletem a realidade, e você dá uma explicação lógica dos orçamentos carimbados, onde deveriam ser aplicados os números concretos, mostrando que o orçamento do Estado está comprometido.

Lembrava com o deputado Arlen que, de 1990 a 1994, havia aqui um deputado do PT que falava que éramos miquinhos amestrados. Não sei do que posso chamar hoje os militantes do PT que estão nesta Casa. Já estamos há 90 dias com novo governo, e não vi o digníssimo governador mostrar a cara uma vez sequer em público para justificar alguma coisa. Será que é vergonha? Será que ele está com medo dos eleitores? Ele começa a colocar os testas de ferro para dizer um monte de asneiras, inclusive, deputados neófitos nesta Casa, para falar das conquistas sociais que o PT possibilitou ao longo desse tempo. Conquistas sociais são aquelas conquistas perenes e não mentirosas. Será que eles estão se esquecendo de que foi a presidente que tirou o direito dos trabalhadores, recentemente, com o salário-desemprego?

Será que não sabem que foi a presidente que tornou oportuno fazer investimentos na Petrobras com o dinheiro do fundo de garantia dos trabalhadores, para depois derrubá-los, colocando lá embaixo uma empresa falida, roubada e assaltada? Será que não foi ela que veio a público dizer que agora tem que tampar os buracos que ela mesma oportunizou na campanha fraudulenta para comprar eleitores necessitados, pobres, carentes, até de espírito? Será que eles não viram que a bolsa-família subiu 70% à época das eleições, e agora estão fazendo um novo cadastramento porque ela não tem peito para dizer que vai cortá-las daqueles pobres coitados que acreditaram nas vãs promessas eleitorais? Isso é conquista social?

Fico indignado, porque estou aqui desde 1990 e sei que há o direito ao contraditório, mas nunca ouvi tanta bobagem de uma vez só de um governo que não mostra a cara. Nas eleições, foram milhares de promessas sem estabelecerem um prazo, e agora vêm aqui os deputados estabelecendo-o: durante o governo, serão concluídos; durante o governo, serão realizados. Esse é o caso do piso salarial, que, segundo falam, será concluído em 2018. Ora, sabemos que o eleitor não é mais ingênuo, ele está por dentro, principalmente ouvindo a mídia eletrônica, o rádio e a TV, a respeito dos assuntos dinâmicos de cada dia. Em 2018, haverá novamente campanha eleitoral. Quando eles protelam para 2018 o piso salarial dos professores, isso acontece para, mais uma vez, mentirem, descarada e publicamente, que realizarão o sonho desses trabalhadores.

Fico indignado porque vejo agora os arautos da moralidade dizendo da inconstitucionalidade da Lei nº 100. V. Exa. foi relator em 1989 da Lei Magna do Estado de Minas Gerais; eles se esquecem de que, em 1988, muitos foram colocados na função pública pela Constituição. Quantos foram colocados em 1989 pela Constituição Mineira? Quantos foram colocados em 1992 por emendas apresentadas? Entretanto, em nenhum desses momentos, o PT fez oposição e disse que era inconstitucional. Agora, para salvarem um governo que fez promessas e não conseguirá cumpri-las, vêm dizer da inconstitucionalidade.

É bom que o eleitor, principalmente o telespectador da TV Assembleia, saiba por que estamos discutindo a Lei nº 100: houve um traíra em Minas Gerais que fez a denúncia dessa lei no Supremo, por isso a julgaram. A Lei nº 100 que prevalece em São Paulo é *ipsis litteris* a de Minas Gerais e está valendo, ou seja, lá as pessoas estão garantindo seu direito de trabalho, aposentadoria e saúde. Mas aqui um traíra - e certamente ele não estava do nosso lado - foi apresentar a denúncia de inconstitucionalidade.

Fico muito indignado. Outro dia, em uma comissão, estavam deputados do atual governo, que coloca aqui os bonecos para falar em seu nome para depois dizer: "Não fui eu que falei; eu não autorizei falar". Deixei de lado minha condição de deputado e estava falando como um cidadão, cristão que sou. Interpelei um deputado, dizendo: deputado, certamente o senhor tem mãe, tia, pessoas idosas na família, trabalhadores, pessoas de bem que, às vezes, sentem-se desamparadas. O meu propósito era sair do lugar comum da inconstitucionalidade e colocar, na cabeça deles, pelo menos o sentimento cristão de que estamos com uma questão social à nossa frente, uma questão de cristandade, de temor a Deus para com esses humanos, que deveriam receber de nós respeito e gratidão.

Disse isso a ele para sensibilizá-lo, para que apresentasse relator, encaminhasse à comissão criada para avaliar a nossa PEC nº 3, com um sentimento mais humano. É preciso ver que os trabalhadores não são pessoas de 18, 19 anos, mas de 57, 58, 60 anos. São avós que criam netos, mães que sequer têm marido para ajudar na criação de seus filhos e sustentam sozinhas essa carga, pessoas sem a formação necessária, que se iludem na promessa de novo concurso público. Isso é conversa para boi dormir. Temos um adágio popular que diz que o uso do cachimbo faz a boca ficar torta. As professoras que lecionam há 15, 17, 20 anos uma só matéria seriam incapazes de passar num concurso público - perdoem-me a franqueza - porque certamente aquelas que se formaram ontem, no ano passado ou retrasado teriam mais condições de passar. Quando permitimos edital de concurso, diversas professoras fizeram prova e tomaram o lugar das cantineiras, que queríamos proteger e dar-lhes direitos. Foi esse o motivo da Lei nº 100. Só que essas professoras não estavam dispostas a lavar panelas e pratos, como fazem as cantineiras. O concurso foi suspenso, criamos a Lei nº 100 para protegê-las. Agora, eles vêm com essa demagogia. Na verdade, é uma hipocrisia dizerem que a lei é inconstitucional. Inconstitucional é deixar as pessoas passarem fome, necessidade, serem iludidas com novas promessas. Dezembro também chega, dezembro também vence, e elas estarão vencidas pelo tempo.

Portanto, parabênizo V. Exa. Também farei minhas interpelações à noite durante as discussões. Resistiremos bravamente. Que eles não usem esse discurso da moralidade, porque não têm moralidade alguma para conduzir esse processo com a transparência do governo passado.

O deputado Bonifácio Mourão* - Obrigado, deputado Dilzon Melo. Falta 1m19seg do nosso tempo. Tínhamos outras considerações a fazer. Fizemos um relatório resumido dos governos Aécio Neves, Anastasia e Alberto Pinto Coelho. Ouvimos tanto falar em herança desses governos que pretendíamos trazer aqui comentários de diretores do BID, do Bird e de outras autoridades internacionais, de notas dadas pela Standard & Poor's, pela Mood's, nos respectivos governos. Assistimos ao programa Processo, ligando 234 municípios mineiros; apoiamos o governo que levou a educação do Estado de Minas Gerais a ocupar, de acordo com o Instituto de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb - do Ministério da Educação, o primeiro lugar nas primeiras séries do ensino fundamental, o segundo lugar nas últimas séries, o primeiro lugar na Olimpíada de Matemática, o segundo lugar no ensino de 2º grau; assistimos ao crescimento, de 2003 a 2012, de acordo com avaliação do DataSus, da média de idade de 73 para 75 anos, superior à média nacional.

Em 2003, início do governo Aécio, morriam 18 crianças para cada mil nascidos. No final dos governos Anastasia e Alberto Pinto Coelho, esse número desceu de 18 para 13. Ainda é pouco, pois de acordo com as Nações Unidas o ideal são 10. Mas se o Pimentel do PT seguir a marcha de Aécio, Anastasia e Alberto Pinto Coelho, ao final do seu governo, teremos o ideal preconizado pela ONU.

Poderíamos ficar falando sobre o telefone celular, que foi levado para todos os municípios do Estado de Minas Gerais. As ligações estão sendo levadas para os distritos. Poderíamos falar a tarde inteira sobre as grandes realizações dos governos de Minas Gerais de 2003 a 2012. Essa é a herança deixada por esses governos a Minas Gerais.

Quanto ao orçamento, Sr. Presidente e deputados, vamos votar favoravelmente ao orçamento do ano passado e contra as modificações feitas pelo governo Fernando Pimentel do PT, porque são flagrantemente inconstitucionais. Obrigado, presidente. Obrigado, senhoras e senhores.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Felipe Attiê* - Sr. Presidente Hely Tarquínio, deputados presentes, meu líder Gustavo Corrêa, estamos aqui nos arrastando nessa discussão por falta de bom senso e de responsabilidade por não termos votado o orçamento, como todos os estados da Federação fizeram ano passado. Só onde havia desgoverno, que é no governo federal, o orçamento não foi votado no ano passado. Nós vimos a presidente Dilma Rousseff dizer: "Não se preocupem com o orçamento da União, pois o orçamento é só o teto, é só uma previsão. Muito do que está ali será cortado e não será executado". Ou seja, o orçamento é uma peça de ficção. O orçamento é uma previsão muito aquém da precisão suíça, muito aquém da disciplina nipônica, muito aquém do rigor germânico, é uma peça luso-brasileira. O orçamento da União está completamente furado, furado em milhões.

O Brasil é um país muito difícil porque recorrentemente tem problemas inflacionários. O que quantifica o orçamento é a unidade monetária do País. Se essa unidade monetária sofre desvalorização com a alteração dos preços gerais, não se tem uma unidade de conta que expresse a realidade do que é possível comprar, possível programar e possível fazer. Temos dificuldade, sim. O Brasil nunca foi bom nisso. Nossa Lei nº 4.320, de 1964, é arcaica. Ela precisaria ser melhorada, e a contabilidade gerencial deveria ser cada vez mais colocada dentro dela.

O que veio para melhorar, deu sustentação e organizou alguns dispositivos - e melhorou muito, temos de reconhecer - foi a grande Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF -, a Lei Federal nº 101, de 2000. Essa lei melhorou a questão orçamentária brasileira exigindo responsabilidade dos gestores públicos.

O populismo no Brasil é algo muito comum. O brasileiro não esquenta com matemática, não esquenta com conta, não esquenta com números. Mas isso é uma longa tradição nossa. O País sempre com uma moeda instável, dependente, com produtos agrícolas que não conseguem lastrear a moeda ao longo do Império, e na República a mesma coisa. Até hoje continuamos dependentes dos produtos agrícolas, não temos aqui nenhuma Apple, nenhuma Sony, nenhuma empresa de alta tecnologia mundialmente reconhecida. Acredito que isso é um dos problemas de se ter um orçamento mais preciso, mais exato.

Antes de continuar o meu discurso, concedo aparte ao deputado Gustavo Corrêa, nosso líder, deputado atuante, combativo, que tão bem nos tem liderado. Gostaria de ouvi-lo, caro líder, neste momento em que estamos debatendo o orçamento de Minas Gerais.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte) - Agradeço, deputado Felipe Attiê, suas palavras. Quero falar, sobretudo ao povo do Triângulo Mineiro, especificamente de Uberlândia, da bela atuação com que V. Exa. chega a este Parlamento. Todos nós que compomos o Bloco Verdade e Coerência estamos encantados com sua exposição, com sua lucidez, com a clareza e sobretudo com o conhecimento que V. Exa. tem sobre esse tema, que com certeza mexe não apenas com a vida dos mineiros, mas sobretudo com a dos brasileiros. V. Exa. tem-se destacado como poucos na Comissão de Fiscalização Financeira, como na última segunda-feira, durante audiência pública nesta Casa. Nessa audiência estavam presentes alguns secretários do governador Fernando da Dilma. V. Exa. fez sua



exposição, e os próprios secretários ficaram um pouco impressionados, percebíamos, com seus questionamentos e sobretudo com o conhecimento dos números e dos fatos ali listados.

Como bem disse V. Exa., estamos vivendo um momento diferente neste Parlamento. Hoje mais cedo tive oportunidade de dizer que, pela primeira vez nos últimos anos, um orçamento não é aprovado na mesma legislatura em que foi encaminhado. Sabemos perfeitamente que foi o Fernando da Dilma, governador eleito, que orientou a sua bancada a não permitir que o orçamento fosse votado. O deputado Bonifácio Mourão, que antecedeu V. Exa., fez uma bela explanação sobre problemas legais e jurídicos desse novo substitutivo que foi apresentado na comissão. Depois ele adentrou num tema que ontem mostrou mais uma vez a fraqueza do governo Dilma Rousseff, que sofreu mais uma derrota quando tentou, de todas as formas, impedir a votação da renegociação da dívida.

Queria dizer também aos deputados que aqui se encontram que via agora, pela internet, que o ministro Joaquim Levy solicitou ao senador Renan Calheiros, presidente do Senado, que não colocasse em votação esse projeto de que acabei de falar.

Deputado Duarte Bechir, quero dar outra notícia, que agora não sei se já é tão nova, deputado João Leite, porque já tem alguns minutos: o Thomas Traumann, ministro de Comunicação Social, acabou de entregar sua carta de demissão à presidenta da República. É o terceiro ministro, deputado Felipe Attiê, nesses nem 100 dias de governo da presidenta Dilma, que pede demissão de seu cargo.

Tenho certeza, deputados que aqui se encontram, de que vários deles estão com vergonha de andar e olhar na cara da população brasileira. Por que afirmo isso? Porque a presidenta da República, para se perpetuar mais quatro anos no poder, falou uma série de mentiras e de propostas aos brasileiros, que sabíamos que não seriam cumpridas. Agora a população começa a cobrar. A crise começa a aparecer, e o desemprego muito mais. Mas o que mais me choca, deputado Duarte Bechir, é que, conhecendo um pouco, sobretudo, do autoritarismo da presidente Dilma, imagino que esse ministro foi forçado a pedir demissão. A comunicação social é responsável pela relação entre o governo e a população, deputado Rogério Correia. Foi esse ministro que deixou vaziar aos órgãos de imprensa, na última semana, quando a presidente Dilma, num primeiro momento, quis dizer que as manifestações populares não tinham problema algum, o estudo que havia sido contratado pela Presidência da República para sentir como era a comunicação entre o governo e a população brasileira. O resultado foi aquele esperado: um caos, uma tragédia. A população brasileira não consegue entender o que o atual governo pretende fazer e o que tem feito.

Lamento e espero, deputado João Leite - até porque o atual governo tem algo em torno de 40 ministros, quase que quatro times de futebol, porque tem de alocar seus companheiros e aliados políticos -, que, até o final deste governo, à medida que os ministros forem pedindo demissão, a presidente da República apenas reponha ou substitua aquelas áreas que realmente mexem mais com a vida da população brasileira.

Espero, deputado Felipe Attiê, que V. Exa. continue neste seu mandato. Tenho certeza de que será reeleito, se for a vontade de V. Exa., até porque os mineiros o querem aqui mais quatro anos. Espero que V. Exa. continue trilhando esse caminho que vem demonstrando nesses apenas 100 dias de governo, exatamente ao contrário dos ministros da Dilma. Enquanto uns não têm competência, V. Exa. mostra competência e tranquilidade para expor suas colocações. Esse era o meu aparte.

O deputado Felipe Attiê* - Quero agradecer ao nosso grande líder, deputado Gustavo Corrêa, as palavras e dizer que muito faz parte da bondade e da amizade que tenho por V. Exa. Quero dizer que o Brasil é um país com dificuldades orçamentárias desde que existe. É um país que tem a inflação como a grande causa da dificuldade orçamentária.

Em Minas Gerais, quem estava por baixo do arreio por alguns anos passou para cima, como bem poderia dizer o cavaleiro do interior. Ao passar, fez essa tolice de não votar o orçamento. Fez talvez premeditadamente, na tentativa de que sem orçamento fizesse um contingenciamento dos demais Poderes - do Ministério Público, do Legislativo, do Executivo, do Judiciário, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas e de outros órgãos -, fazendo uma economia. Pararam o Estado de Minas Gerais desde janeiro, e já estamos quase iniciando o mês de abril. Com isso o senhor governador perdeu 5% dos 48 meses que tem para governar. Parou os investimentos, parou os hospitais, parou as obras.

Em Uberlândia, estamos ansiosos com a construção do nosso fórum, que está com 50%, 60% de suas obras prontas. O Poder Judiciário, nosso Tribunal de Justiça, que é um tribunal atuante, sério, possui juizes esmerosos na condução dessa obra, preocupados, já que o nosso fórum é muito antigo, data de 1974. Uberlândia cresceu muito, é uma comarca muito grande, a segunda do Estado de Minas Gerais. O fórum está parado, porque o Poder Judiciário não tem investimento, não pode realizar nada. Temos de entender que sem orçamento não dá para fazer nada. A lei mãe é a LDO, que foi aprovada no final de junho. Essa lei é a que rege e limita em 80% os gastos de custeio, e todas as despesas de capital, de investimento, estão proibidas.

E, dessa forma, parou-se a construção de hospitais, a reforma de escolas, a manutenção de presídios, porque são consideradas despesas de capital. Minas Gerais está parada há três meses. Fechada para balanço? Não, fechada por incompetência, fechada por lerdeza, fechada por vontade, ao se deparar com a situação de um estado que é o mais difícil da Federação de ser administrado. Digo que é o mais difícil porque tem 853 municípios e uma população de 20 milhões de habitantes.

Estou com o quadro de demonstrativo de janeiro a dezembro de 2014, publicado no *Minas Gerais*, no dia 29/1/2015, pela administração do PT, com tudo o que foi executado em Minas Gerais no ano passado. Tínhamos uma previsão inicial de receita de 66 bilhões, que seria para sustentar o Estado, e tivemos apenas 64 bilhões. A receita furou, e o orçamento ficou superestimado em 2 bilhões. A dificuldade não foi essa. Um estado deste, com uma receita em torno de 64 bilhões, teve uma despesa de pessoal que é o grande problema de Minas Gerais hoje.

A matemática é uma ciência exata, nela não cabem esperança, conversa fiada nem mentira. Matemática é uma ciência exata, mas o PT no Brasil conseguiu fazer da matemática a arte de mentir com números exatos. Usa inclusive a estatística dos métodos matemáticos para mentir para o povo, falsificando dados, falsificando números, tentando empurrar o povo para ganhar sempre mais uma eleição, fraudando os dados. E tudo o que não se fala, e que o PT quer ouvir, é mentira, é inverdade, é isso, é aquilo.

Ora, sabemos que a despesa de pessoal do ano passado era orçada em 30 bilhões. Chegou-se a fazer crédito suplementar para até R\$35.310.418.526,00, mas não foram gastos os 35 bilhões, e sim R\$33.000.074.000,00. Em uma receita de 62 bilhões, gastaram 33 bilhões com pessoal, mais da metade do que se arrecadou nas receitas correntes de Minas Gerais. Estão aqui, no anexo publicado no



Minas Gerais de 29 de janeiro, todas as receitas, exceto as intraorçamentárias, totalizando esses 62 bilhões. Estavam orçadas, mas não foram atingidas, gastando-se 2 bilhões a menos. Eram 64 bilhões, gastaram 62 bilhões, e na verdade tivemos 33 bilhões com despesa de pessoal.

O que o PT fez? Por que essa despesa com pessoal veio chegando? Os governadores Aécio Neves e Antonio Anastasia - principalmente este, que é um funcionário público, preocupado com nossas professoras e nossa educação - vieram concedendo aumento para a nossa polícia, para os professores e policiais. Mas o governo federal destruiu a economia brasileira, e continuamos, como disse no começo da minha fala, um país exportador. Quem dá a maior contribuição para a pauta de exportação do Brasil com um superávit - ou seja, o superávit entre o que se exporta e importa em Minas Gerais - são o café e o minério de ferro. São Paulo é deficitário, pois mais importa do que exporta. Quem salva a balança de pagamentos e mantém a taxa de juros e o câmbio na faixa em que estão são os produtos primários do Estado de Minas Gerais. E depois, pasmem, o Estado do Pará, com o minério. Esses são os dois grandes colaboradores para um superávit nas exportações frente às importações realizadas.

Significa que o Brasil não avançou. O governo do PT foi irresponsável. Em primeiro lugar, é populista; segue uma linha de Getúlio Vargas, no Brasil; de Perón, de Hugo Chávez e sei lá mais de quem. É um governo que diz ao povo que as coisas são fáceis, que caem do céu com facilidade, que o maná está aqui, e desvirtua bons programas. Um exemplo é o Minha Casa Minha Vida, um programa excepcional, criado não pelo PT, mas pela iniciativa privada. Os empresários levaram o programa ao governo do PT, que queria eleger a Dilma. O Lula ficou de 2003 a 2008 sem programa habitacional. Em maio de 2009, antepenúltimo ano do seu governo - em 2010 seria a eleição -, faltando um ano e sete meses para o fim do seu mandato, o presidente Lula lança o Minha Casa Minha Vida. Foram os empresários que apresentaram esse programa ao governo, que o encampou. Mas o que fez o governo? Reduziu as prestações do Minha Casa Minha Vida, descapitalizando o Fundo de Arrendamento Residencial, que recebe o dinheiro das prestações das casas que são entregues hoje para fazer as casas de amanhã. Então, o governo deixou esse fundo descapitalizado, sem recursos para o futuro. Isso porque disse às pessoas que poderia dar a elas uma casa por 120 parcelas de R\$30,00 ou R\$40,00. Isso totaliza R\$3.600,00 ou R\$4.800,00, por uma casa e um terreno. Ora, uma faxineira cobra em média R\$120,00 para fazer a limpeza de uma casa. Com isso ela não poderia pagar mais do que R\$30,00 ou R\$40,00 para contribuir com a construção das futuras casas? Mas o que faz o populismo? Dá de graça. Acontece que não existe de graça. Lá na frente, a partir de 2017, com os fundos descapitalizados, a Caixa não terá dinheiro para fazer qualquer habitação, o que vai prejudicar as famílias que ainda não adquiriram o seu bem. Por quê? Porque em nenhum lugar do mundo uma pessoa tem uma casa por 120 parcelas de US\$15,00; em nenhum lugar do mundo se faz esse populismo. O plano era bom. O Minha Casa Minha Vida era um programa excepcional, mas, na tentativa de comprar votos, de ganhar votos, dando as coisas de graça para os outros, armaram um esquema para se manterem eternamente no poder.

Só que dinheiro não aceita desaforo, já dizia meu velho pai. Agora, os tempos das magras chegaram. Aquela cigarra barbuda ficou cantando: cantou no verão, cantou na primavera, cantou no outono. E agora, cigarra? Agora é o inverno, e estamos sem provisões. Não fizemos a reforma tributária nem as outras reformas necessárias. Não criamos um programa industrial competitivo, e exportamos cada vez mais *commodities*, produtos primários. Aqui não se acha uma Apple; não se acha sequer uma Sony ou uma Hyundai. Não se acha nada do que vemos mundo afora. Aqui achamos, sim, mineradoras e grandes produtoras de soja, milho, trigo, feijão, arroz, café, enfim, produtos primários com baixo valor agregado. Não saímos desse patamar. E eles venderam outra imagem: agora somos outro mundo; o Brasil agora é uma potência, porque “nunca antes na história deste país”... Parecia que tinham inventado o Brasil, e a sua ideologia foi contaminando muitos inocentes que acreditaram nesse processo. Só que esse modelo de desenvolvimento baseado no endividamento do povo e no consumo, que é um voo de galinha, não funciona. Ou o PT não sabe que John Maynard Keynes e Kalecki, dois grandes economistas, ensinaram que o que determina a renda é o gasto com investimento e não com o consumo e o endividamento das famílias? O crescimento sustentado se faz com investimentos, com geração de empregos. Esse é um princípio básico da economia. Onde já se viu segurar o padrão de crescimento da economia por meio do consumo? Quer dizer, endividaram o povo, com taxas altas de juros, até porque o Brasil é um país naturalmente agiota.

Isso porque foi agiotado muito tempo pela Inglaterra, perante a Coroa; e os portugueses sempre costumaram ser agiotados e agiotar. E como somos descendentes deles, essa cultura é impregnada no Brasil. Nosso sistema bancário é um sistema que não empresta para produção, empresta para deter o dinheiro e reter recursos.

Então, presidente, esses são os pontos falhos da nossa economia brasileira: falta de um programa exportador sério que desse competição às indústrias brasileiras, para que pudéssemos agregar mais valor. Nós compramos, somos hoje o maior produtor de grãos de café do mundo; 25% do café do mundo são de Minas Gerais. E daí, o povo vai nas maquininhas, escolhe a marca Nespresso, coloca a capsulazinha; vai agora nos judeus do Café do Ponto e coloca a capsulazinha; o mesmo acontece também no café Três Corações, que é um famoso café de Minas, ou seja, está tudo nas mãos dos estrangeiros. Nós vendemos o café bruto e eles ganham milhões de dólares agregando valor nas nossas próprias cápsulas. Com o que produzimos aqui, eles ganham mais com essas cápsulas do que nós, que plantamos e produzimos o café.

Esse é o Brasil que não avança. Esse é o Brasil que cada vez mais expandiu a despesa, incontrolavelmente, por parte do governo federal, criando despesas com os companheiros, com o inchaço da máquina, com o número de ministérios. E agora? Agora não tem receita morro abaixo, tem receita morro acima. A receita não vai crescer. A despesa está descontrolada e com um povo que não tem moral para propor corte de gasto, não tem bom exemplo, não tem administração, que acha que a administração é coisa de burguês, coisa de ideologia, que confunde o ato de administrar com autoritarismo. Vivem aqui propondo panaceia, incitando funcionários públicos em todo canto, dizendo que estão sempre ganhando pouco e que têm de pedir mais aumento. E agora o Estado quebrou. Vocês vão ver o que vai se passar nos próximos três anos. O Estado está com R\$33.000.000.000,00 em folha de pagamento executada o ano passado, e uma receita de R\$62.000.000.000,00. Como vai sair disso? Como vai dar mais aumento? E as mentiras que pregaram? Agora vão ter de cumprir as mentiras.

Anunciaram aumento gigantesco na área da educação. Esparramaram para todo mundo. É piso disso, é piso daquilo. Prometeram reajuste a várias categorias do Estado, e agora? Diziam que o governo anterior era mal, era ruim, não queria pagar. E pior, sempre



espararam para os funcionários públicos que Minas Gerais tinha dinheiro. Quando se chega aqui, na Assembleia, ao estudar os nossos orçamentos, o que vejo? Um choque de dificuldades pelo crescimento vegetativo da folha de pagamento e os aumentos dados, que estão sugando, estrangulando e matando as finanças de Minas Gerais. E aí? A toda hora chega alguém aqui com uma bandeira, com um cartaz, pedindo aumento. Esse povo era recebido com bolacha, com pão de queijo, com café, pelos líderes do PT. E agora, como vão fazer, estão no Estado, deixaram de ser simplesmente uma caixa de ressonância da vontade de aumento salarial e agora estão com a caneta na mão. Agora nós vamos cobrar a falta de responsabilidade da oposição deles, da oposição que fizeram aqui de forma irresponsável.

O Lula é muito esperto, porque ele veio lá de baixo e em vez de ajudar as pessoas que estão embaixo a subir definitivamente, o que ele fez? Eu conheço meu povo, porque vim de baixo, e vou tapeá-los, vou usá-los, vou comprá-los, vou enganá-los. Vou ganhar uma eleição atrás da outra com alguns programas, como o Bolsa Família, com isso, com aquilo, com benefícios, com promessas fáceis, como se dinheiro no governo desse em árvores. Dinheiro público vem das empresas e das pessoas físicas. É arrancado dos seus bolsos por impostos, por taxas, por contribuições, por tributos, de forma geral. Então, não há outra forma de fazer qualquer investimento público que não seja arrancar dinheiro das empresas ou arrancar dinheiro das famílias, das pessoas. E para se fazer isso é preciso majorar os tributos e as contribuições da sociedade. E a sociedade não aguenta mais essa guerra fiscal. Se ele tivesse feito a reforma tributária, este país seria outro.

Minas Gerais está sendo saqueada, e é o estado da Federação mais difícil de ser administrado. Goiás, estado pequenininho, com duzentos e poucos municípios, vai lá e abaixa o ICMS. Minas tem oitocentos e tantos municípios, daria duas ou três Goiás. Goiás pegou a parte ruim que era o Tocantins e mandou separar. Quando Tocantins foi separado, Goiás deu graças a Deus: "Leva o Tocantins, que só dá prejuízo". Aí abre uma guerra fiscal terrível contra o Triângulo e o Noroeste do Estado, sugando as empresas das nossas regiões, do Triângulo e do Alto Paranaíba, para Goiás, deixando o Estado de Minas Gerais sem receita. E não é só lá, porque várias cidades e vários estados - São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro - estão saqueando Minas Gerais. Aí vem esse orçamento feito com bastante cuidado. Não havia problema algum tê-lo votado.

Concedo aparte ao deputado Arlen Santiago, esse grande deputado do Norte de Minas que tem dado uma contribuição expressiva a esta Casa.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Caro amigo Felipe Attiê, estamos sabendo que esta Casa realmente se enriqueceu bastante com sua capacidade de análise da fiscalização financeira e orçamentária, assim como das construções de conjuntos e milhares de moradias que V. Exa. conseguiu fazer na nossa grande capital Uberlândia.

Quando V. Exa. diz que o dinheiro não dá em árvore, isso era sabido desde os tempos de Margaret Thatcher. Ela falava de algumas pessoas que, quando chegavam ao poder, diziam que iam fazer e acontecer, que melhorariam a vida de todo mundo, mas acabavam aumentando os impostos de quem produzia e, no final, quando aquele dinheiro acabava, não sabiam mais o que fazer e perdiam o poder. Aconteceu isso no Rio Grande do Sul. O Tarso Genro, o comissário do PT, ex-presidente desse partido, assumiu o governo do Rio Grande do Sul e acabou com esse estado, com tudo.

O deputado Felipe Attiê* - É o caudilhismo da Dilma.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Mesmo com todo o carinho que Lula e Dilma tinham por ele. Mandavam recurso, mas esse não fez desenvolver o Rio Grande do Sul, que provavelmente agora, em abril, não paga mais a folha de pagamento. No entanto aqui, nesta Assembleia, foi dito que havia pessoas que eram sabujos, lambe-botas, que votavam tudo, rastejantes, aqueles que falavam o que o governo mostrava. E o governo mostrava: "Não temos dinheiro". Eles provavam aqui que na educação foram escondidos R\$8.000.000.000,00.

O deputado Felipe Attiê* - Loucura!

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Se na educação, no governo passado, foram escondidos R\$8.000.000.000,00 e neste agora não vão esconder, por que essa maldade com os professores, com os que passaram em concurso, os efetivados? Por que não pegam esses R\$8.000.000.000,00 e dão de aumento para esse pessoal? Estados pobres, como o Maranhão... O governador Flávio Dino já mandou um projeto para a Assembleia a fim de aumentar em 13,01%, assim como fez também Pernambuco. Agora a rica Minas Gerais escondia R\$8.000.000.000,00. Então é só agora pôr esses R\$8.000.000.000,00. Certamente as coisas não vão bem.

Fico aqui vendo o livro *Ipsemg - 100 anos*, do Júnior, que foi presidente do Ipsemg e fez uma grande gestão. Neste momento vemos que esse instituto está sendo destruído. Para quem está em São Francisco, Taiobeiras, Salinas, Brasília de Minas, Várzea da Palma, é aquela dificuldade conseguir o atendimento do Ipsemg.

E o que faz o governo constitucionalista que persegue as efetivadas dizendo que é inconstitucional votar a PEC nº 3? Ora, deixem votar, gente! Depois vamos ver o que vai acontecer, ou então vamos pegar o cartaz que o João Leite trouxe falando que faltam sete dias para o PT colocar 79 mil pessoas na rua. E aquela mulher que está grávida? O INSS vai dar o afastamento a ela? E aquela que está com problema nas cordas vocais? Ela será afastada pelo INSS? Provavelmente não. Mas o que acontece, minhas queridas professoras e meus queridos funcionários da saúde, é que agora pegaram o orçamento e o mudaram ao arrepio da Constituição. Sabe o que fizeram? Tiraram R\$88.000.000,00 do Ipsemg. É para acabar com tudo, porque o Ipsemg já não está nem pagando os atendimentos de dezembro.

Fico vendo o Hugo, que está lá com a sua equipe tentando melhorar o Ipsemg. Ele pode ser ajudado pelo pessoal do sindicato do Ipsemg, que, sem sombra de dúvida, quer o bem. Este livro aqui é uma história de vida do Ipsemg com os dados e a viabilidade. Agora, se o governador manda a sua bancada, que não são os sabujos, não são os lambe-botas, não são os rastejantes, tirar R\$88.000.000,00, deixando de atender uma pessoa, de fazer uma cirurgia, um exame ou um ultrassom, o que vai sobrar?

O hospital do Ipsemg está passando por uma reforma que não acaba. São 200 leitos a menos - informação dada pelo escritor deste livro, o João Diniz Pinto Júnior -, que equivalem a 200 pessoas por dia, deputado Felipe Attiê, inclusive, funcionários do Estado.

Já aprovamos, Sr. Presidente, uma audiência pública em que a Comissão de Saúde convida a secretária de Educação, que não pagou nenhuma parcela do transporte escolar aos prefeitos, para discutir. Parece que ela quer que não transportem os meninos. Estamos



entrando no mês de abril sem que tenha sido paga nenhuma parcela do transporte escolar. Portanto, que ela venha aqui para podermos discutir a saúde do trabalhador da educação, que será agora com 79 mil sendo mandados embora e ficando seis meses apenas um pouco mais na designação.

Lembramos que com Tiradentes foi a mesma coisa. Havia pessoas que falavam “Vai, Tiradentes, vai, Tiradentes”, e depois aparecia o Joaquim Silvério dos Reis denunciando Tiradentes por outro lado. Era uma situação complicada, e é o que estamos vivendo no Estado de Minas Gerais. Aqueles que venderam o paraíso agora estão entregando cada vez mais ao caos, ao sofrimento. Mas a bandeira vermelha está aí, está na tarifa de energia elétrica: 83% da bandeira vermelha vão fazer com que o abono de R\$160,00 dos professores não dê para pagar o aumento da energia elétrica que vão colocar.

E essa situação de daqui a sete dias, essa maldade de mandar embora 79 mil pessoas porque não querem deixar votar uma PEC? Pode acontecer muita coisa, mas precisamos ter a oportunidade de dizer que estamos lutando, que não estamos traindo, que não estamos maltratando os professores, os servidores do Estado. E vamos resistir. Peço aos meus líderes, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, que possamos destacar essa emenda que retira R\$88.000.000,00 do Ipsemg. Hugo, fale com a bancada do PT, não deixe essa maldade ser feita. Eles podem evitar isso. Achem outro lugar para cortar, pois também estão cortando dinheiro do Ipsemg e do Hemominas.

Faltarão sangue, gente. Não haverá como estocar. Como pagar a luz elétrica do Hemominas? Porque o governo do PT quer cortar o dinheiro do Ipsemg.

Não tenho procuração para defender o PMDB, mas conheço e reconheço a capacidade do deputado Sávio Souza Cruz, que foi secretário de Administração e hoje é secretário de Meio Ambiente. E o que fazemos com o Sávio Souza Cruz? Do orçamento, que era de R\$55.000.000,00, mais de R\$35.000.000,00 seriam apenas para pagar a folha, e estão cortando R\$13.000.000,00 do Sávio Souza Cruz. É melhor o governo do PT falar: “Sávio, não valorizamos o trabalho que você fez para nós, a sua luta, a resistência. Não queremos que você fique na Secretaria de Meio Ambiente, porque, se você ficar lá, cortaremos todo o seu recurso”.

E perderemos a oportunidade de ter uma pessoa extremamente inteligente e capacitada, como o Sávio Souza Cruz, nosso companheiro do PMDB, que defendia essa história do PT, e que hoje está sendo vítima no corte, porque estão tirando o recurso que ele queria para desenvolver Minas Gerais, para que Minas possa destravar a situação do meio ambiente.

Quero avisar, como o Antônio Júlio fazia, para ajudar este governo, porque a nossa oposição é construtiva: o meio ambiente está em estado de greve. Os funcionários estão à míngua, não têm estrutura, não têm salário, não há como trabalhar. Os funcionários do meio ambiente, do Sisema estão sem poder trabalhar. Agora que entrou um secretário, com a ligação que tem com o governador, seria possível melhorar, destravar Minas Gerais e fazer com que o Estado pudesse melhorar cada vez mais, mas veremos o desalento. Estão tirando toda a capacidade de o Sávio investir para destravar a questão do meio ambiente.

Muito obrigado, deputado Felipe Attiê. Continue com sua explanação da situação do nosso país, que é tétrica. A presidente manda uma medida provisória do salário mínimo até 2019, mas trata mal os aposentados do INSS, que ganham um pouquinho mais do que um salário mínimo, porque não deixa haver aumento para eles.

O deputado Felipe Attiê* - Agradeço ao valoroso deputado Arlen Santiago, esse grande líder do Norte de Minas, que disse aqui muitas verdades. E quero dizer que temos uma dificuldade enorme. Antes em Minas Gerais fosse como na União. Temos que lembrar que a União é a grande orquestra, a dona do baile. Municípios e estados são meros dançadores, convidados pela União. Dançam a música que a União toca. E a música da recessão, do desemprego é a que está em vigor pelo governo federal, do PT. Isso levou ao pagamento de mais de R\$1.000.000.000,00 de juros nos quatro anos da era Dilma. Esse endividamento interno excessivo é que arreventa as finanças públicas federais, deixando inclusive os hospitais sem dinheiro. Gasta-se muito mais com o pagamento de juros do que com qualquer outra coisa na União. Não existe orçamento maior na União do que o de pagamento de juros de empréstimos que a União fez para saldar dívidas de déficits passados e outros endividamentos. O maior gasto é a despesa com juros e o arrolar da dívida pública interna.

Aqui em Minas Gerais a maior despesa não é o pagamento de juros da dívida interna do Estado, que está em torno de, em valores de dezembro de 2013, R\$83.000.000.000,00. O Estado deve R\$74.000.000.000,00 e aproximadamente mais R\$10.000.000.000,00 de dívida externa a órgãos estrangeiros.

A dívida do Estado de Minas Gerais é bem menor que a do governo federal e gera juros bem menores, por exemplo, que a maior despesa de Minas Gerais do ano passado: R\$33.000.000,00 com a folha de pagamento. Qual o maior gasto de Minas Gerais? É a folha de pagamento. No governo federal, qual o maior gasto? São os juros da dívida interna brasileira. Então vejam bem como as coisas estão invertidas em nosso estado.

Estamos alertando para esses dados, porque essa é uma discussão do orçamento. Poderíamos ter votado esse orçamento, foi uma tapeação, mas não há problema nenhum. Há os arts. 46, 47, 48 e 49 da Lei nº 4.320, em que se contingenciava, se acertava. No ano passado mesmo, houve uma diferença de R\$5.000.000.000,00 no orçamento. Não foi preciso fazer alarde. Executamos, acertamos, corremos atrás dos recursos. Já poderíamos ter acabado com essa questão do orçamento há muito tempo. Estão, como o Mourão disse, rasgando a Constituição e fazendo uma série de coisas. E nós, da oposição, estamos aceitando isso para o bem dos mineiros. Não podemos deixar o fórum de Uberlândia parado, não podemos deixar os hospitais parados, não podemos deixar as estradas esburacadas, por isso não podemos obstruir a votação do orçamento, mesmo com essa quantidade de ilegalidades, de inconstitucionalidade que eles estão pregando nessa receita inédita. Nunca isto foi feito no Brasil: mudar o orçamento do ano passado, já feita a LDO dentro do Plano Plurianual, já em processo final de votação e discussão no Plenário desta Casa. Isso é uma aberração.

Sabemos que o PT queria fazer da oposição um bode expiatório, queria colocar a culpa na oposição pelas dificuldades que Minas Gerais enfrenta e que sempre enfrentou. Este estado, repito, possui 853 municípios. É um estado de difícil administração, um estado em que muitos municípios não possuem renda, não têm industrialização, e, portanto, colaboram pouco para a receita de Minas. Mas possuem escola estadual, polícia e estrada estadual chegando até lá, mantidas e custeadas pelo tesouro estadual. É difícil dessa forma.



O grande caminho de Minas é o do desenvolvimento, é o caminho que Juscelino Kubitschek fez quando as finanças estavam organizadas, quando o Estado estava organizado. O que vejo o Pimentel fazer é começar a destruir o que o governo passado fez. Você tem de aproveitar... Juscelino só teve um grande governo porque o seu adversário, Milton Campos, ex-governador entre 1946 e 1950... Quando Juscelino assumiu o Estado de Minas Gerais, o Estado estava organizado por Milton Campos, estava funcionando com regras, e ele deu continuidade, com a sua forma de governar mais lasciva, mais alegre e até com menos controle no orçamento, mas colocou o binômio energia e transporte para abrir o processo de industrialização, que ele queria ver em Minas. Ele sabia que sem estradas, sem transportes, para escoar a produção, e sem energia não havia possibilidade de industrializar o seu estado. Não só ele, mas também o Rondon Pacheco e o Aureliano, que foram dois governadores que seguiram esses rumos, buscando a industrialização de Minas Gerais, num momento em que o Brasil crescia.

Neste momento, o que vimos foi o Lula fazer tudo para Pernambuco. Lá montou siderúrgica, porto, refinaria, lá fez tudo. Veio aqui, tomou a fábrica de caminhões da Fiat e levou para lá. E Minas Gerais? Minas Gerais, quando teve oportunidade de escolher um mineiro para ficar à frente da Presidência da República, para acabar com a guerra fiscal e fazer de Minas um grande estado logístico, o que fez? Muitos, aqui, de forma desavisada e enganada, difamaram o governador Aécio Neves e o Anastasia e provocaram uma derrota injusta de alguém que poderia acabar com a guerra fiscal, porque a sofreu na pele durante oito anos, que foi Aécio Neves. Alguém que poderia ter buscado grandes projetos que havia em Minas Gerais, porque aqui se sabe da necessidade deles, pois Minas é o Estado que reflete a Federação e que é o maior contribuidor para a balança de pagamentos deste país, hoje, com o seu superávit e as suas exportações de café e minérios. São exportações líquidas, que não dão déficit, como o Estado de São Paulo.

Então, Sr. Presidente, agora Minas Gerais está na mão do PT... Agora Minas Gerais está na mão do PT, assim como o governo federal.

Infelizmente, também a minha cidade, que está beirando o caos, está com muitas dificuldades, muitas incongruências, com um prefeito que já gastou, no ano passado, cerca de um mês e meio do orçamento deste ano. Então estamos em uma situação difícil em nossa cidade. E ele não esquenta muito a cabeça, não entende muito das coisas.

Concedo aparte a V. Exa., deputado João Vítor Xavier, grande homem da imprensa de Belo Horizonte, que pode também contribuir com a nossa fala aqui.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Quero, primeiramente, solidarizar-me com sua fala no que diz respeito à querida cidade de Uberlândia. Sabemos da sua luta, do seu trabalho, da marca de seu trabalho por essa cidade, uma das mais importantes de Minas Gerais. Diante disso, gostaria de dizer que hoje nós nos solidarizamos com a campanha do ex-deputado e ex-presidente desta Casa Antônio Júlio para a presidência da Associação Mineira de Municípios - AMM -, exatamente contra o prefeito de sua cidade. Pelo caos que está Uberlândia, como V. Exa. relata diariamente aqui para nós, não é possível que permitamos que na associação mais importante de integração do municipalismo mineiro isso também se reflita. Então fica nosso pedido, nosso apelo para que o prefeito ajude a cuidar melhor de Uberlândia, que, pelo que está sendo colocado por V. Exa., não está sendo bem cuidada. Vamos deixar o Antônio Júlio, que é um grande municipalista, tratar dessas questões em nome de nosso estado.

Queria dizer ao senhor que o problema do Brasil não é só de gestão. É de gestão também, porque a presidenta Dilma não consegue implementar um ritmo de trabalho no Brasil, até porque a prioridade do PT nunca foi colocar os mais qualificados à frente das pastas, mas colocar aqueles que farão os trabalhos para o partido, como estamos vendo agora no caso da Petrobras. O problema do Brasil é crise de confiança, deputado. O deputado Felipe Attiê disse muito bem.

Já vamos encerrar, só peço mais 1 minuto. Nós os ouvimos durante quatro anos. Peço ao deputado Rogério Correia que nos escute por apenas mais 1 minuto. Nós os ouvimos por quatro anos. Só mais 1 minuto para eu encerrar minha fala.

Deputado Felipe Attiê, a crise do Brasil é de confiança. Os mercados internacionais não acreditam no Brasil. Ninguém tem coragem de colocar dinheiro aqui.

Vamos fazer o seguinte, para cumprir o acordo, pergunto ao deputado Duarte Bechir se me concede aparte em sua fala, para que eu possa concluir meu raciocínio. Assim o acordo será cumprido. Então, assim será feito.

O deputado Felipe Attiê* - Sr. Presidente, eu tinha mais coisas a falar, mas temos de honrar aquilo que acordamos. O valoroso deputado Duarte Bechir pode muito bem dar contribuições para essa questão do orçamento de Minas Gerais.

Digo aos mineiros que estamos aqui engolindo em seco, ou melhor, a fôrceps essa violência que o Pimentel faz contra a lei orçamentária brasileira e contra a Constituição da República. Aviso ao povo de Minas Gerais que esta é a primeira vez que um governador de primeiro mandato, em seu primeiro ano, terá um orçamento feito por si mesmo. Nunca antes na história deste país um governador fez seu próprio orçamento no primeiro ano, mas essa turma engraçadinha do PT fará isso. Agora será responsável por tudo que acontecerá a partir deste ano em Minas Gerais. Tenho dito. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Duarte Bechir - Concedo inicialmente aparte ao deputado João Vítor Xavier, pela ordem solicitada. Ele estava aguardando.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Vou ser breve, apenas para encerrar meu raciocínio. Agradeço imensamente ao deputado Felipe Attiê. Deputado Sargento Rodrigues, buscarei ser breve.

O Brasil passa por uma crise de confiança, deputado Duarte Bechir. Sabe por quê? Porque não dá para acreditar num governo que mente. Se a presidente Dilma tivesse vencido a eleição falando a verdade aos brasileiros sobre a dificuldade do País, sobre o tanto de bobagem que ela fez em quatro anos para tentar sua reeleição, sobre o tanto de bobagem que o ex-presidente Lula, há cinco anos, já havia feito com a economia e com a base macroeconômica deste país para garantir a eleição, o País poderia estar em outra situação, mas não está. Ninguém admite a mentira, os mercados não admitem a mentira.

A presidente Dilma ganhou uma eleição dizendo que não faria arrocho na economia. Agora ela está apertando o bolso do povo brasileiro, está tirando dinheiro do mais pobre, está cortando programa social e está mudando a lei de trabalho. Ela está fazendo o que disse que não faria. Quem vai acreditar numa presidente dessa? É o choque da Dilma no povo brasileiro. É o que ela está fazendo,



arrochando, cortando, tirando o direito do trabalhador. Quem diria, deputado Duarte Bechir, o Partido dos Trabalhadores está cortando o direito do trabalhador. A presidente Dilma disse que não mexeria em nada na lei trabalhista do País, nem que a vaca tossisse, deputado João Leite, mas a vaca tossiu, a vaca voou e a vaca “está que mente” para o povo brasileiro.

Eh, presidente que mentiu para ganhar a eleição! Eh, partido que enganou para ganhar a eleição! É por isso que os mercados internacionais não acreditam mais no PT. O problema não é com o Brasil, o problema não é com o empresariado brasileiro, com nosso agronegócio, com a importação ou com a exportação de bens no nosso país, o problema é com a confiança no nosso governo. Não podemos saber o que vai acontecer amanhã na política internacional do Brasil, porque falamos uma coisa na campanha e fazemos outra, deputado Dilzon. Não sabemos o que será da economia.

Será que o ministro Levy terá condições de implementar aquilo que ele está falando? Ele não sabe, porque, quando fala que vai fazer uma coisa, a presidente é vaiada e o manda fazer outra. Que país teremos em breve espaço de tempo? O país da promessa e da mentira do PT na eleição ou o país que hoje aumenta a recessão, aumenta o desemprego, aumenta o endividamento da população? O país que vemos, na realidade, não é o país governado pelo João Santana. Temos 39 ministérios, mas precisaríamos de apenas 20. Na verdade, temos 40, porque esquecem de contar o ministério mais importante do governo PT em 12 anos, o ministério da propaganda enganosa, exatamente como a base de Hitler na Alemanha nazista. Vamos propagar mentira até que ela vire verdade. Mas como vivemos num país independente, como vivemos num país livre, a mentira não vai perdurar.

Para encerrar minhas palavras, quero expor para V. Exa. que a realidade dos estados hoje é de massacre econômico, a realidade dos municípios é de humilhação econômica, imposta por um governo que mente, que concentra receita, que dissimula o orçamento, que maquia balança para tentar se perpetuar no poder, mas que não se perpetuará no poder. A derrota que o PT terá nas eleições municipais será achapante, porque o Brasil acordou para a realidade. O Brasil não vai mais ser governado por um partido incompetente que dissimula tudo com uma propaganda enganosa, bancada às custas de um dinheiro desviado do petróleo, e engana o povo brasileiro. Não há mal que sempre dure. O Brasil está cada dia mais perto de se ver livre do PT. Muito obrigado, deputado Duarte Bechir.

O deputado Duarte Bechir - Agradeço a V. Exa. a importante contribuição no debate. Quero conceder aparte a esse grande líder do PDT, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Agradeço ao ilustre deputado Duarte Bechir a compreensão. Falarei rapidamente, pois tenho outro compromisso, mas não poderia deixar de trazer aqui a nossa posição. Talvez o deputado João Vítor Xavier goste muito do que ouvirá agora, pois é uma notícia muito boa do ponto de vista dessa questão que envolve o nosso bloco, que é de oposição ao PT. Fernando Pimentel fez uma campanha mudando as cores de sua propaganda - nem a cor do PT ele queria, deputado João Vítor Xavier, para confundir o eleitor e dizer que não é o Fernando da Dilma do PT -, mas esse é o mesmo PT de Brasília, o mesmo PT do petróleo, o mesmo PT que hoje tem João Vaccari Neto preso, o tesoureiro do PT, que, de forma dissimulada, estava desviando dinheiro da Petrobras para colocar no caixa do Partido dos Trabalhadores, no diretório nacional, em Brasília. E, em alguns casos, estava mandando para o interior do estado.

Temos aqui, deputado Duarte Bechir, denúncias de que até em Minas Gerais chegaram malas de dinheiro. Com relação aos Correios, eu mesmo fui vítima do uso da máquina pelo PT, pois as minhas correspondências não chegaram. Isso é fato, que denunciei aqui da tribuna. Agora, com relação às malas de dinheiro, daqui a pouco a Polícia Federal chegará até elas, até porque já houve escuta telefônica.

Mas meu objetivo no aparte a V. Exa. é dizer que faltam sete dias, conforme o cartaz dos educadores, para que o Partido dos Trabalhadores coloque nas ruas, sem direito nenhum, 60 mil trabalhadores da educação, e não vemos, por parte do Sind-UTE, uma defesa. Onde está esse sindicato aqui para pedir aos deputados do PT e do PMDB para votar a PEC nº 3? Não, eles preferem partir para o discurso de defesa de que a PEC é inconstitucional, como se o deputado estadual tivesse virado ministro do Supremo Tribunal Federal e ele próprio desse o veredito de que a PEC é inconstitucional. Ora, pelo que sei, não há como o deputado aprovar a matéria e depois falar que é inconstitucional; é preciso esperar a arguição de inconstitucionalidade por meio de uma Adin do Supremo Tribunal Federal.

O PT está atualmente em um desespero tão grande que os próprios jornais já dizem que o senador Paulo Paim está deixando também o partido, porque não consegue votar contra os trabalhadores em Brasília. Entretanto, aqui o PT vota contra os trabalhadores, assim como fez contra os agentes penitenciários e contra os designados da educação; aqui o PT esquece suas origens. Mas não adianta tampar o sol com a peneira, pois as pessoas estão acompanhando isso. Hoje, a internet é um veículo de comunicação com uma rapidez incalculável. Tudo que é feito neste Plenário - e a Emenda Constitucional nº 91, de minha autoria, tornou toda e qualquer votação nominal - rapidamente está nas redes sociais: “este deputado votou a favor, aquele deputado votou contra”.

Quero aqui trazer a notícia ao deputado João Vítor Xavier de que este deputado e outros de nossa bancada já encaminharam pedido ao diretório nacional para que o PDT desembarque logo. (- Palmas.) Não quero ver o PDT sangrar por quatro anos, ao lado do PT, em Brasília. Para que isso? Não temos nenhum deputado do PDT envolvido no petróleo - 14 dos 20 deputados federais do nosso partido assinaram a CPI da Petrobras. Para que o presidente nacional, Carlos Lupi, continuará com o nosso partido na base de sustentação do governo Dilma Rousseff?

Essa mulher mentiu descaradamente para toda a Nação. Ela mentiu, é uma mentirosa, não há outro nome, ela é uma mentirosa. Falou que a economia estava estável, estava tudo tranquilo, não haveria aumento de impostos, nada.

Ela cometeu o disparate de ir à televisão, em 2013, e dizer que era a primeira vez que o governo daria desconto de 18% na conta de luz. Já tivemos 28% de aumento, e foi anunciado outro reajuste aqui em Minas Gerais. Então, deputado Duarte Bechir, não dá para conviver com mentira deslavada. O pior é que não dá para conviver lado a lado com a corrupção, que foi institucionalizada nos últimos 12 anos pelos ocupantes do Palácio do Planalto. Agradeço a V. Exa.

O deputado Duarte Bechir - Peço ao deputado Wilson, e aos demais parlamentares que solicitam aparte, que me deixem pelo menos iniciar minha fala, pois até o momento não pude fazê-lo. Espero contar com a colaboração dos demais pares desta Casa para discutirmos a matéria que está na pauta neste momento, o Projeto de Lei nº 5.496, que trata do orçamento.



Srs. parlamentares, deputado Rogério Correia, líder do bloco do PT, devemos buscar um entendimento de alto nível, com números e posicionamentos verdadeiros sobre o orçamento atual, assim como a proposta anterior. O orçamento de 2015 chegou a esta Casa no prazo correto, em 2/10/2014, e não foi analisado no ano passado. Agora, em 2015, analisamos uma peça orçamentária para vigorar no mesmo ano da sua apreciação. Esse é um fato inédito, mas está acontecendo.

Em 2003, assumia o governo o hoje senador e presidenciável Aécio Neves. Se estamos nos reportando a essa época, temos de relatar aos presentes como é o momento que hoje atravessa o Fernando Pimentel e como foi o momento de Aécio Neves. Ao chegar ao governo de Minas, Aécio se deparou com um déficit orçamentário de R\$2.200.000.000,00. Ou seja, em dezembro de 2002, para pagar seus servidores, o Estado teve de recorrer ao presidente Fernando Henrique Cardoso e pedir o pagamento das indenizações oriundas dos consertos das BRs, de propriedade do governo federal. Assim, o governo de Minas pegaria o dinheiro das BRs para pagar os servidores. Não podemos fugir dessa realidade para começar a discutir o orçamento de 2015. Isso quer dizer que Minas estava realmente quebrada.

Em janeiro de 2003, quando Aécio assumiu, não tínhamos capacidade de buscar nenhum centavo de empréstimo nos órgãos internacionais, porque o Estado era devedor, estava verdadeiramente quebrado. E foi preciso implementar uma política corajosa, que cortasse na própria carne o que era necessário, para ajudar o governo e dar aos mineiros a resposta que esperavam. E o que fez Aécio naquele momento? Implementou o consagrado, o reconhecido choque de gestão, de que membros da oposição insistem em não dar conhecimento, porque foi esse plano que ressuscitou a economia do Estado de Minas Gerais. Se não houvesse a coragem, o comprometimento de um grande líder com o seu povo, Minas não teria sequer R\$0,01 para obras ou investimentos.

Aécio Neves contou com a colaboração do gênio, do intelectual senador Anastasia - algumas pessoas tentam, de forma covarde, destruir a sua reputação. Junto com Aécio, Anastasia comandava o bom, o exemplar, o vitorioso, o exitoso choque de gestão, que deu a Minas Gerais as glórias, as conquistas que o povo pôde comemorar nos últimos 12 anos.

O que era o choque de gestão em sua essência? Cortar o que se podia cortar, para que esse dinheiro pudesse ser investido em melhoria e na qualidade de vida do povo mineiro. Aécio fez isso na época. Ele cortou cargos comissionados. Eram quase dois mil cargos para serem dados a partidos políticos, mas Aécio os cortou. Naquele momento, nosso senador, o presidenciável Aécio Neves, corta no próprio vencimento de governador, em uma atitude corajosa, diminuindo o vencimento do cargo de governador do Estado. Tudo isso para dar a Minas e aos mineiros os caminhos que o Estado precisava trilhar no momento e recuperar não só o prestígio, mas o mais vital do Estado, a economia. Aécio, com muita capacidade e contando sempre, deputado Mourão, com a colaboração do senador Anastasia, implementou o exitoso e vitorioso choque de gestão.

Ao discutir essa peça do orçamento, queríamos e esperávamos que os exemplos tirados da anterioridade pudessem nortear o futuro. O que Minas fez no passado para dar certo? A primeira coisa foi deixar de gastar com cargos criados na estrutura do Estado, para dar aos mineiros os recursos deles, devidos ao povo. O governo não governa para seu partido. O governo não pode governar para seus correligionários. O governo não pode governar para o conjunto de partidos que o elegeram. O governo tem de governar para o povo. O governo tem de governar até mesmo para quem não votou nele.

Estamos vendo que o orçamento deste ano traz inovações, a despeito do que Aécio Neves fez no passado. Enquanto Aécio cortava cargos, o governo atual cria; enquanto Aécio definia que os vencimentos deveriam ser diminuídos, o atual governo aumenta os cargos e os vencimentos dos cargos relacionados e nomeados por ele.

Neste primeiro momento, estamos vivenciando... Quero a compreensão de todos em relação aos apartes, para que eu possa discutir essa peça com profundidade, para que eu possa trazer exemplos e dar conhecimento aos meus pares daquilo que este parlamentar sente e traz como a realidade do que estamos discutindo neste momento.

Quero fazer um adendo. O atual governo alega que o governador anterior, Alberto Pinto Coelho, superestimou receitas, subestimou despesas - essa foi a afirmação -, e o que orçamento enviado pelo governo anterior não era a realidade de Minas Gerais. Pois bem, vamos colocar dois pontos, pois quero discutir a situação do governo atual. Deputado João Leite, a Fiat Automóveis havia decidido que, em 2010, iria providenciar, no Estado de Minas Gerais, em Betim, sua extensão de produção. Isso geraria diversos novos empregos e mais receita ao Estado. Recebo orçamento e vejo que está faltando o dinheiro da Fiat, o que ela produziria para o bem de Minas e dos mineiros. Procuo onde está a nova Fiat e a encontro em Pernambuco. Pergunto a mim mesmo: Bechir, quem é de Pernambuco? Quem poderia ter tido tamanha força, para tirar dos mineiros a Fiat e levá-la para Pernambuco? Certamente, você de casa, que nos vê, pode não estar se lembrando, mas Pernambuco é a terra do ex-presidente Lula. No final do seu governo, ele editou uma medida provisória que concedia, naquele momento, incentivos fiscais ao Estado de Pernambuco. Tomava a Fiat dos mineiros e a levava para a terra do ex-presidente. Pernambuco nos tomou a Fiat. Para tentar impedir que aquilo acontecesse, esta Casa se mobilizou, mas de nada serviu a mobilização dos parlamentares da Assembleia.

O senador Aécio Neves, num gesto de defesa dos interesses de Minas, para que o norte do Estado, a área da Sudene pudesse se beneficiar também dessa medida provisória implementada pelo ex-presidente Lula, fez uma emenda na medida provisória, com o seguinte acréscimo: os benefícios dessa medida provisória contemplarão também a área da Sudene do Estado de Minas Gerais, que é o Norte do Estado. Foi a emenda do senador Aécio Neves a essa proposição. Pergunto: o que fez o Congresso? Atendendo à indicação da nova presidenta e do seu colegiado de deputados, derrotou a emenda do senador. Perdemos a Fiat e não tivemos o que discutir para que pudéssemos melhorar e industrializar ainda mais o Norte do Estado, a área da Sudene.

Procurei e não estou encontrando aqui as receitas oriundas do polo acrílico de Ibitité. Se as pessoas não se lembram, os recursos que poderiam estar aqui para melhorar a saúde dos mineiros, a educação, foram para Pernambuco; e o polo acrílico de Ibitité foi para a Bahia. Tomaram também de Minas o polo acrílico, que era para Ibitité, que era para os mineiros. Ele foi para a Bahia. Pois bem. Naquela oportunidade, Sérgio Gabrielli era o presidente da Petrobras, cuidava da empresa no momento. Volto a dizer, a Bahia levou os investimentos do polo acrílico que seriam para Minas e para os mineiros, em Ibitité.

Vejo aqui duas peças importantes de recursos que estão faltando no orçamento: uma foi para Pernambuco e outra para a Bahia, uma nos foi tirada pelo presidente Lula e outra pelo Sérgio Gabrielli. O orçamento é nada mais, nada menos, claramente onde o governo pretende arrecadar e onde pretende gastar. É isso o orçamento, como é o arrecadado e como vou gastar.

Então, senhoras e senhores, não teria como iniciar o debate dessa peça se não relembrássemos janeiro de 2003, quando o Estado era deficiente, tinha um déficit orçamentário anual de mais de 2.200.000.000. Concederei aparte a V. Exa., deputado João Leite.

Para fechar, vejam bem, senhoras e senhores: em 2003, quando Aécio assumiu, eu disse aqui, Itamar Franco usou o dinheiro da recuperação das rodovias para pagar o servidor do Estado. E a diferença para 2015? O atual governador disse que não tinha dinheiro para pagar. Aí nos reunimos e dissemos: há tantos milhões na conta A, tantos na B, tantos na C. Podem procurar lá. Olharam e disseram: “Tem mesmo, vocês estão certos”. O dinheiro estava guardado para pagar. É a grande diferença.

O deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, deputado Duarte Bechir, que, como sempre, é brilhante, preciso.

Queria trazer notícias, infelizmente muito ruins, para o povo brasileiro. Primeiro que está confirmado, deputado Duarte Bechir, aquilo que sofremos. O Tribunal de Contas da União - TCU - constatou ilegalidade da propaganda da presidenta Dilma, já que os Correios entregaram a propaganda da presidenta, durante a campanha eleitoral, sem chancela. O PT não pagou para fazer propaganda por via dos Correios. Imagino que os líderes Dilzon Melo e Bonifácio Mourão, para enviar suas cartas, tiveram de pagar para pedir os votos. O PT não precisou chancelar, a correspondência foi entregue. O TCU já constatou essa ilegalidade. Neste momento, o PSDB e o Solidariedade estão na Justiça, porque as propagandas chanceladas, pagas aos Correios, não foram entregues. Está confirmado, estão na Justiça.

Depois, alguém disse, num momento dessa crise da Petrobras, que a empresa era só a ponta do *iceberg*, que o resto dele começava a aparecer.

Está descoberto, está no *Estadão* de hoje, que a quebraadeira dos Correios é por conta do investimento em títulos na Venezuela. Os Correios compraram títulos da Venezuela. É algo impressionante. O governo brasileiro socorreu uma ditadura, do Seu Maduro, que está com dificuldades de caixa. Os Correios compraram títulos da Venezuela. Pasmem, Srs. Deputados. É interessante o que os Correios gastaram, a seu bel-prazer, principalmente no ano eleitoral de 2004. Eles serão julgados pelo TCU por ações irregulares pró-Dilma, durante a campanha da reeleição. Agora, há um rombo de bilhões de reais. O que fazem os chefões? Mandam uma conta para os funcionários. Os funcionários dos Correios vão pagar a conta do levantar e acenar com o chapéu para agradar um ditador, o Sr. Maduro. Comprar títulos da Venezuela é um absurdo. Temos de ficar abismados com o país do PT.

Então, temos os Correios socorrendo a Venezuela. Os servidores dos Correios, que vemos pelas ruas entregando as cartas ou que estão trabalhando no centro de distribuição no Anel Rodoviário, vão pagar a conta do rombo que o PT fez, e o dinheiro vai para a Venezuela. É algo impressionante. Lembrando a presidenta Dilma, é estarrecedor - ela gostava de dizer isso. Então, os Correios socorrem a Venezuela, e a saúde socorre quem? Cuba. Está na cara. O Mais Médicos não era mais médicos, era mais dinheiro para socorrer aquela ditadura de Cuba. Como a ditadura de Cuba está mal das pernas, trouxeram esses médicos.

Não imagino quanto anos o Doutor Wilson Batista estudou para ser médico. Ele deve ter feito o curso em uma universidade, pela sua capacidade, e deve ter-se especializado. Imagino que sua formação durou uns 20 anos de estudo, para o Doutor Wilson Batista ser o médico capacitado que é hoje. Com apenas dois anos de estudo em Cuba um médico vem ao Brasil e é comparado com o Doutor Wilson Batista? O PT está de brincadeira com a gente. Alguém que cursou dois anos de medicina e o resto de assistência social vem aqui e se compara com o Doutor Wilson Batista, com os médicos capacitados que se preparam e se especializam aqui. Vejo o sofrimento dos estudantes para passar numa residência no Brasil. Não tem jeitinho aqui, não. Esse PT, que vem aqui para o Plenário dizer o que é inconstitucional, traz estudante de medicina de dois anos para o Brasil para ser médico. Aí vemos o relatório de um médico cubano: o paciente tem virose bacteriana. É isso que estamos vendo no Brasil. Mas, para quê? Para socorrer a ditadura cubana. As mãos dos irmãos Castro estão sujas de sangue dos opositoristas. Eles não suportam oposição, perseguiram os opositoristas e os religiosos. Eles não suportam a religião e a crença das pessoas em Deus.

O meu Brasil, o Brasil do Doutor Wilson Batista, manda dinheiro para Cuba e traz estudantes de medicina para cá. Estão colocando a nossa população nas mãos dessas pessoas que não têm competência, não estão preparadas para exercer a medicina, que é coisa séria. Vemos o PT tratar o Brasil dessa maneira.

Portanto, deputado Duarte Bechir, é um espanto. O PT é o partido do espanto. O governo Dilma é o governo do espanto. Termina, até porque vejo na fila quem deveria estar na minha frente, o líder Dilzon Melo, pela sua competência.

Recentemente, um banco deu uma nota para o Brasil, e caiu a pessoa que deu a nota. Agora, o ministro da Comunicação do governo Dilma deu uma nota e caiu também. Vazou a avaliação política dele. Sabem qual foi? O ministro da Comunicação da presidente Dilma disse que o governo brasileiro, que o Brasil é um caos. Ele caiu. É assim o modo PT, o modo ditador, de censura, como censuraram o jornalista Márcio Doti. Aquele Bloco Minas sem Censura tem outro nome agora: Minas com Censura. Eles censuram a imprensa, mandam embora ministros que falam a verdade e perseguem assessores de bancos que dão uma nota para a economia brasileira, que lamentavelmente vai muito mal. Parabéns e muito obrigado pela paciência de me ouvir.

O deputado Duarte Bechir - Eu vejo aqui os deputados Gil Pereira, Doutor Wilson Batista, Rogério Correia e Dilzon Melo. Tudo que é combinado não sai caro. Só teremos amanhã 30 minutos, para discutir antes da votação final, essa matéria que foi abordada. Se cada um de V. Exas. usar, no mínimo, 5 minutos, não teremos o combinado com a liderança do governo, que teríamos esse prazo para terminar a discussão amanhã, com os demais pares, que hoje não fazem parte do Plenário.

Portanto, deputado Gil Pereira, pediria a compreensão de V. Exa. e dos deputados Rogério Correia e Doutor Wilson Batista, que foi o primeiro a solicitar aparte, para que preservássemos esse tempo para amanhã e continuássemos logo no início. Peço ao Rogério e a todos que entendam eu não conceder aparte a nenhum, senão ficarei prejudicado.

* - Sem revisão do orador.

20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA**Discursos Proferidos em 26/3/2015**

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, deputadas e deputados, companheiros da imprensa, telespectadores da TV Assembleia e visitantes que se encontram hoje nas galerias, concedo aparte ao deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Gostaria de fazer um apelo a esta Casa, aproveitando o pronunciamento de V. Exa. Apresentamos uma ideia há quatro anos, nesta Casa, que trouxemos de Tóquio, no Japão, onde acompanhamos a economia de água desde aquela época. Hoje temos essa necessidade aqui.

Gostaria de pedir a esta Casa que fizéssemos um esforço concentrado para duas coisas. A primeira é a aprovação de um projeto de minha autoria, proibindo nas residências de Minas Gerais a colocação de descargas com válvula, Sr. Presidente, Sr. Deputado Rogério Correia. Estamos com um problema sério de água. Se não proibirmos aquelas válvulas antigas, que ficam na parede, para a descarga nas casas, vamos continuar desperdiçando água. Portanto, está na hora de partirmos do princípio de que a economia tem de começar na construção, e construção só pode ser com caixa acoplada. O projeto está aí. Estou falando isso porque agora estamos diante dessa necessidade. Então, solicito que, depois do orçamento, possamos correr um pouquinho com relação a esses projetos que vão nos trazer economia de água.

A outra coisa é sobre o que vimos no Japão. Tivemos a oportunidade de presenciar algo interessante lá e trouxemos para apresentar nesta Casa. Trata-se de uma adaptação para o reaproveitamento de toda a água que é usada nos tanques e nas máquinas de lavar, e o tratamento dessa água, que vai ser reutilizada na limpeza dos prédios, deputado Rogério Correia, é feito pelo construtor.

Se não aprovarmos um projeto dessa natureza agora, ficará difícil.

Outro ponto: fica, mais uma vez, um apelo à Copasa. Já o fiz no governo passado. Disse por diversas vezes, no governo passado, deputado Rogério Correia, que está na hora de desassorearmos a represa Várzea das Flores, construímos um grande muro de contenção da estrada, que está vazia agora, mas depois vai encher. Além disso, melhorar a estrada ali. Isso tem de ser por conta da Copasa, deputado Rogério Correia, porque amanhã ela volta a encher. V. Exa. cuidou também daquela represa. Está na hora de fazermos um esforço concentrado desta Casa, eu, V. Exa., o deputado Ivair Nogueira e todos os que gostamos da represa Várzea das Flores e realizarmos uma audiência na Copasa para a desassorearmos, melhorarmos toda a encosta dela e proibirmos as construções, porque, sem dúvida nenhuma, a água descera a qualquer hora. Não ficaremos sem água esse tempo todo. Papai do Céu vai mandar água. Quando vier, teremos uma represa que não terá condições de receber toda essa água. V. Exa. já realizou um trabalho nessa represa quando era área de preservação ambiental - APA. Está na hora de fazermos esse trabalho em conjunto. Agradeço a V. Exa. este espaço que me concedeu nesta hora. Obrigado.

O deputado Rogério Correia* - Obrigado, deputado Alencar da Silveira Jr., sempre criativo e com boas ideias, que precisam ser aproveitadas. O deputado lembrou bem. Fui autor do projeto da APA Várzea das Flores. O deputado Durval foi autor, quando vereador em Contagem. Passamos um grande tempo solicitando à Copasa que verificasse o que estava lá acontecendo, e até hoje nada. Então, é um bom momento. Temos de aproveitar também o prefeito Carlin Moura, nosso ex-deputado, para que, em conjunto com as prefeituras de Contagem e Betim e a Copasa, cuidemos da Várzea das Flores. Aliás, a deputada Marília Campos já solicitou uma audiência pública sobre o tema. Já fica V. Exa. convidado para tratarmos juntos essa questão.

Sr. Presidente, o deputado Alencar me pediu aparte oportuno e razoável. Peço a V. Exa. que considere o tempo do aparte como uma questão de ordem para que tenha o tempo necessário, porque, para o meu pronunciamento, certamente precisarei dos 15 minutos, presidente Hely Tarquínio.

O assunto que me traz aqui... Aproveito a presença do deputado Durval Ângelo, líder do governo, para parabenizar a base do governo, por meio do bloco majoritário e do independente, principalmente. Na figura do líder do governo, deputado Durval Ângelo, quero parabenizar pelas duas importantes votações que realizamos este ano nesta Casa. Deputados e deputadas valorizaram o Poder Legislativo. Primeiro, a reforma administrativa. É preciso resgatar o que fizemos aqui.

Deputado Durval, há 12 anos nesta Casa não se votava nada de reforma administrativa ou de modificações na máquina administrativa do Estado, a não ser a lei delegada. Delegá-las, portanto, ao governo para fazer todas as modificações que quisesse na máquina administrativa. O Parlamento há muito não fazia uma discussão do que é necessário do ponto de vista de secretarias, de cargos, de mudanças da máquina.

Aproveito a presença dos telespectadores para explicar. Tudo aqui era feito por meio de lei delegada. A Assembleia delegava, e o governo metia a caneta e fazia lei. Quer dizer, o próprio governo fazia lei. Isso é uma herança do regime militar que ainda existe na nossa Constituição. Se a Assembleia permite, o governo sai fazendo as leis. Ele mesmo sanciona a lei. Os governos Aécio, Anastasia e Alberto Pinto Coelho, principalmente Aécio e Anastasia, fizeram quase 200 leis delegadas. Imaginem: 200 leis alterando o quadro administrativo. Nenhum deputado sabe o que foi feito lá. Se perguntar a um deputado como funciona a máquina administrativa, não saberá, porque aqui não passou nada e ninguém ficará estudando 200 leis que os técnicos do governo fizeram. Funcionava dessa forma.

Agora, de maneira diferente, veio para cá corretamente um projeto de lei em que se discutiram novas secretarias e cortes. Essa reforma administrativa que votamos tem custo zero para o governo. Nada custará ao Estado, do ponto de vista do que foi criado de secretarias, porque se extinguíram outras. Isso foi um cuidado que o Parlamento quis ter, um cuidado para que nós, ao votarmos, não ampliássemos o custeio do Estado através da máquina administrativa diante da crise internacional e nacional que vivemos.

Mas só foi possível fazer assim porque passou pela Assembleia Legislativa. Se fosse lei delegada, seria diferente. Durval Ângelo, Aécio criou 4,5 mil cargos por lei delegada, e ninguém deu notícia porque não sabia, mas também, no caso do Aécio, não é só porque não sabiam, não é mesmo? Afinal, ele também gastou com a imprensa duas Cidades Administrativas. Então, como ele torrou dinheiro com a imprensa, dinheiro que dava para construir duas Cidades Administrativas, a imprensa também não dava informação alguma se não fosse aquilo que agradasse ao senador Aécio Neves.



O fato é que inauguramos um novo momento, que é o correto. Discutimos a formação de secretarias e da máquina administrativa do Estado. Chamo a atenção para a criação da Secretaria de Agricultura Familiar. Agora, os pequenos produtores, os que mais precisam no campo, os assentados de reforma agrária terão políticas próprias a serem implantadas por essa nova secretaria, terão uma vinculação direta com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, hoje presidido pelo ministro Patrus Ananias, mineiro, que foi nosso prefeito e hoje é deputado federal. É um grande avanço. A outra é a Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos - Promoção da Cidadania, que cuidará da política para a juventude, política de combate ao racismo, política para as mulheres, direitos humanos. Também é uma secretaria fundamental para cuidar das pessoas, e não para realizar choque de gestão. Então, considero positivo o balanço da nossa votação da reforma.

Agora acabamos de aprovar o orçamento. Vou comprar novamente a polêmica que a oposição trouxe para esta Casa, e queremos discuti-la em alto nível. Ora, não podíamos aprovar o orçamento do jeito que ele veio o ano passado. Explico o porquê: o orçamento que veio é uma peça de ficção, mas não apenas isso. Ele era uma pegadinha para o próximo governo. O governo passado deixou como herança maldita - ou queria deixar - um orçamento completamente sem pé nem cabeça. São R\$7.000.000.000,00 de diferença. Ele ampliou, de mentirinha, as receitas e, de mentirinha, diminuiu as despesas. Então o rombo do orçamento era de R\$7.000.000.000,00. Se o governo trabalhasse com esse orçamento, ele não teria como cumpri-lo, por isso não podíamos aprová-lo o ano passado. Agora foram feitos os ajustes no orçamento, principalmente garantindo o que é sua essência.

O orçamento aprovado aqui cumprirá rigorosamente os 12% com a saúde pública, sem truques. Não haverá mais dinheiro da Copasa fingindo que é dinheiro orçamentário, como o governo passado fazia e saiu devendo R\$3.000.000.000,00 à saúde pública em Minas. Vamos cumprir rigorosamente os 25% da educação, sem truques. Não haverá aquela mentira de pagar o salário do aposentado, que é previdência pública, como se fosse dinheiro da educação. Não. Agora teremos 25% na educação. Previdência é outro assunto, e, portanto, teremos 25% na educação.

Também o governo passado saiu devendo R\$3.000.000.000,00 à educação e R\$3.000.000.000,00 à saúde. Foi o tamanho do rombo social nessas duas áreas do governo passado. O PPAG corrige esse problema, que é crônico em Minas gerais.

Para vocês terem ideia, o governo passado fez um termo de ajustamento de conduta - TAC - com o Tribunal de Contas, pelo qual esse tribunal permitiu ao governo não cumprir a Constituição. Pastor, veja bem, que coisa mais esquisita que já se viu na vida do ponto de vista de legislação. Um TAC valendo mais do que a Constituição para não ter de cumprir o mínimo constitucional da saúde e da educação.

Então, deputado Hely Tarquínio, isso foi corrigido no orçamento. Esses foram dois passos importantes que demos e uma vitória importante do governo, que mostrou força e conseguiu também articular a sua base de apoio.

Querida, portanto, agradecer aos deputados da base do governo o apoio, apesar de todas as dificuldades existentes em início de governo, a exemplo da alocação de pessoas para ajudar na administração. Tudo isso é confuso em início de governo, mas a base do governo se mostrou capaz de fazer as mudanças de que o Estado de Minas Gerais precisa. O governo não governa se não tiver uma base sólida de deputados, e é preciso reconhecer isso. Então quero agradecer aos companheiros da base do governo a aprovação desses dois projetos tão importantes.

Mas outro desafio se coloca, e temos de começar a pensar nele. É o desafio de fazer funcionar a máquina administrativa e valorizar o servidor público. Estamos nos aproximando de maio, período de reajuste, e precisamos negociar com todos os setores do serviço público. Gostaria de falar, hoje, especificamente sobre um deles: o da educação. Os professores esperam que o governo Fernando Pimentel inicie o pagamento do piso salarial, que foi um compromisso de campanha, reiterado pelo governador, ou seja, os professores terão o piso salarial. Ele disse novamente que este ano dará um reajuste para os professores e também anunciará o restante do reajuste para se chegar até o piso salarial. Isso é importante.

O governo reconhece que não é feito o pagamento do piso salarial para a educação, diferentemente do governo passado, que dizia que já pagava o piso. Faziam um truque, estabeleciam uma jornada de 24 horas e diziam que o piso era só para 40 horas, quando o que se diz é: "no máximo 40 horas". Concordamos com o sindicato: o piso é para 24 horas-aula. Este é o piso que temos de perseguir. É claro que o reajuste total para se chegar ao piso salarial não será feito de uma só vez, porque não há recurso no orçamento - todos sabem que Aécio quebrou Minas. Mas será anunciado o percurso que se fará para se chegar a esse piso. É isso que temos de perseguir, e é um compromisso do governador Fernando Pimentel. Ele reconhece o piso salarial dos professores, aliás, mais do que isso, já inicia esse pagamento. É esse o debate que vamos fazer considerando-se a jornada de 24 horas.

O governo também está negociando, coisa que antigamente não ocorria. Vi outro dia um deputado da oposição ter a cara de pau de vir aqui e dizer: "Cadê o governo, que não negocia com o sindicato?". Lembrei-me, presidente Hely Tarquínio, de que um dia tive de sair daqui, da Assembleia, de helicóptero, que conseguimos emprestado com o presidente Adalclever, para irmos à Cidade Administrativa cavar uma reunião de negociação, porque os professores estavam há três horas ocupando as vias da Linha Verde, dos dois lados, e ninguém em Belo Horizonte se movia. Então tive de ir de helicóptero para lá marcar uma reunião a fim de que o governo passado, a secretária de Educação, recebesse o sindicato. Funcionava assim.

Proíbiam a professora de se alimentar na escola. Esse era o quadro que tínhamos no governo passado, que não negociava e desfazia da educação em todos os sentidos. Agora temos de mostrar a diferença. Este é o próximo desafio do governo e da própria base do governo: acenar com essa negociação.

Como tive uma votação maciça no setor educacional, represento a área da educação. Fui fundador do Sind-UTE e estou à disposição para buscar uma mediação entre o que é correto para o sindicato, suas reivindicações, como a referente ao reajuste de salário, que é baixo, e o governo, que tem a vontade e a obrigação de avançar, pagando o piso salarial. Então, presidente, quero me colocar à disposição tanto do sindicato quanto do governo e do conjunto de deputados, para alcançarmos também esse objetivo e fazermos uma transição do choque de gestão para uma política social, por meio do diálogo e da construção coletiva de uma alternativa para Minas Gerais, o que também foi prometido durante a campanha e teremos a obrigação de cumprir.



Quero terminar, presidente, solicitando a V. Exa. um pouco de paciência, em virtude do aparte ao nobre deputado Alencar da Silveira Jr.

Quero ainda falar sobre um aspecto importante: hoje o STF estará julgando os embargos referentes à Lei nº 100.

Sobre esses embargos, como presidente da comissão para analisar essa PEC que foi apresentada e como seu relator, porque vou me designar para dar seu parecer, e aqui já anuncio isso, quero escutar a opinião do Supremo antes de dar o parecer. Verei como ele julgará hoje.

Quero, de antemão, dizer aos educadores que não se iludam com falsas promessas. Não se iludam diante do desespero daqueles que alimentam esperanças com demagogia. Demagogia não resolve problema, pode ganhar votos, pode trazer esperanças, mas todos sabem em Minas Gerais, porque a Constituição assim diz, que não é possível efetivar servidores públicos sem concurso. Novamente fizeram aqui uma PEC, cujo teor já foi no STF derrotado, conforme Lei nº 100 do senador Aécio Neves. Agora prometem, de novo, a mesma coisa, demagogicamente, aos trabalhadores da educação. Teremos de encontrar uma saída para isso, e é isso que quero construir.

Por fim, presidente, quero fazer aqui uma ressalva quanto a várias discussões feitas. Permita-me mais um minuto. Ouvi ontem, abismado, a fala de alguns deputados querendo criminalizar a política. Eles querem criminalizar o PT. Vão nessa onda de criminalizar o partido político que hoje governa, achando que isso contribui para a derrubada do PT, mas no fundo derrubam a democracia. Primeiro falam, como se fossem arautos da moralidade, que a corrupção é culpa de um partido, daquele partido que recebe recursos de empreiteiras, de banqueiros, etc. Pergunto: algum partido pode apontar para outro e dizer que não recebem recursos de empreiteira, de banqueiro, de mineradora, considerando essa legislação eleitoral que temos? Algum partido pode apontar o dedo e generalizar para todos os outros, se dizendo puro? Alguém acredita que o PSDB é isso? Acreditam que o PDT é isso, para chegarem e tentarem criminalizar outro partido político? Isso não contribui em nada.

Hoje chamei a atenção do deputado Sargento Rodrigues quanto a uma fala de ontem. Ele até concordou comigo. Disse isso aqui da tribuna. Falei para ele, o que repito, que precisamos fazer no Brasil uma reforma política real. Temos de discutir, por exemplo, o financiamento público ou um financiamento que pelo menos impeça empresas de financiarem candidaturas. Essa é uma forma de colocar o dedo na ferida. Enquanto os partidos fizerem suas campanhas caras, buscando financiamentos de empresas, de bancos, de mineradoras, de empreiteiras, terão com esses um retorno pós-eleitoral, que pode levar e tem levado a escândalos enormes.

Falam do mensalão do PT, mas esse foi precedido do mensalão tucano aqui em Minas Gerais. Falam do petrolão, mas esse foi precedido de Furnas, onde se faziam idênticas caixinhas para alimentar campanhas eleitorais. Naquela época se fazia caixa 2, porque não havia nem a preocupação da formulação legal das doações feitas aos partidos. Tudo é feito com base no tipo de campanha que temos.

Essa é uma verdade, Hely Tarquínio, que precisamos discutir com clareza. Não pode ser responsabilidade de um partido político, um helicóptero com cocaína ser pego com alguém ligado a um deputado do tal partido.

Se você agir dessa forma, você fecha os parlamentos e diz que a democracia de nada serve. Há setores nas ruas já falando isso. Estão com saudades da ditadura, do regime militar. Estão pedindo golpes e *impeachments*. Partidos políticos estão ajudando nisso. Eu não poderia deixar de fazer essa ressalva em razão do que ouvi ontem. Deputados estão com ódio, às vezes ódio da derrota ou de sei lá de quê. Estão com raiva. E transformam esse ódio em não fazer política, em criminalização dos adversários. Isso em nada ajuda, presidente.

Termino agradecendo a presidência por ter me concedido um tempo maior. Mais uma vez parabeno-os pela vitória que obtivemos, que é a vitória do povo mineiro, que é a aprovação de um orçamento modificado que dará ao governador Fernando Pimentel boas condições de melhorar a situação de Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos visita nas galerias da Assembleia, não iria falar disso, mas fui provocado pelo ilustre colega deputado Rogério Correia; portanto, não há como não falar. Primeiramente, gostaria de falar da Lei Complementar nº 100, que, segundo ele, de forma demagógica, o senador Aécio Neves aprovou.

Gostaria de lembrar ao deputado Rogério Correia que ela foi aprovada com os votos do PT e do PMDB. Esse é o primeiro fato. Essa votação ocorreu em outubro de 2007, tendo como origem o PLC nº 27, mas, infelizmente, durante a campanha, a turma do PT vendeu, de forma irresponsável, uma imagem errônea sobre a Lei Complementar nº 100, ao dizer que o projeto, oriundo do governo Aécio Neves, teria enganado as pessoas. Muito pelo contrário, deputado Wander Borges, vários deputados do PT e do PMDB votaram a favor dessa lei - eu votei favoravelmente - e votamos para amparar 98 mil designados da educação, deputado Léo Portela.

Já fiz essa conta e trouxe aqui uma visão sob o prisma jurídico-constitucional, e ela é muito simples de compreender. O Estado tinha uma dívida com a União de quase R\$7.000.000.000,00. Essa dívida originou-se das omissões de vários governos, que não arrecadaram a contribuição compulsória para a previdência da União dos 98 mil designados da educação. A União então falou: "Manda todo mundo embora ou você negocia uma forma de amparar esses servidores na previdência do Estado. Você vai aposentando gradativamente, o que não gerará um impacto imediato". Quando o governador Aécio Neves assumiu o mandato em 2003, deputado Léo Portela, vários governos anteriores já estavam renovando os contratos de dois em dois anos dos designados da educação. Quando o governador Aécio assumiu, havia pessoas com 20 anos de serviço sendo designadas. Aí o deputado Rogério Correia disse que a culpa foi do nosso senador Aécio Neves. Penso o contrário.

Deputado Hely Tarquínio, V. Exa. estava na votação. O senador votou favoravelmente - tenho cópia da votação - eu votei favoravelmente, o deputado Wander Borges também votou, e votamos porque tínhamos de votar. A pergunta é simples: "Vamos colocar na rua 98 mil designados da educação, sem direito nenhum, se o Estado errou, permitindo essa recondução de dois em dois anos, a troco de quê?". Ah não, "não é efetivo". A lei não efetiva ninguém, a lei dá garantias para que eles possam se aposentar. Não existe essa fala de efetivar. O que existe é a garantia de aposentadoria. Não podemos permitir que o próprio Estado cometa um erro

tão grave. Dou aqui exemplos clássicos, deputado Léo Portela, de uma relação trabalhista, o Estado, o Estado poder público, o Estado juiz do Trabalho, o Estado Assembleia, o Estado Executivo e o Estado Justiça do Trabalho. Quando você demite um servidor, ou melhor, um funcionário da sua casa ou de uma empresa, o Estado juiz do Trabalho quer saber o quê? Você vai ter de indenizar.

Pode pagar 13º salário, fundo de garantia, aviso prévio, multa incidente sobre fundo de garantia, indenização, se a demissão não for por justa causa. É o mesmo Estado, que ia renovando os contratos de dois em dois anos.

Quando o governador Aécio chegou, havia passado o governo de Hélio Garcia e de Itamar Franco, onde o PT e o PMDB fizeram a base e continuaram renovando os contratos. Eu estava aqui de 1999 a 2002, viu, deputado Wander Borges? Eu estava aqui, junto com esse cabeça branca, o Rogério Correia. E ele era base do governo Itamar Franco. O deputado Adelmo Carneiro Leão foi secretário de Saúde no governo Itamar Franco, não é, cabeça branca? Nós éramos da base de governo. Durante o governo Itamar, as renovações continuaram. Mas, não! Ao longo de 12 anos, o Rogério foi escalado para bater no Aécio Neves. Essa é a história. Muitas vezes, ele utiliza a máxima que aprendemos com a teoria de Joseph Goebbels, o ministro propagandista de Hitler, que repetia uma mentira mil vezes até que ela se tornasse verdade. Costumamos estudar isso em teoria da comunicação. Repetir que o culpado da lei dos designados da educação é o senador Aécio Neves? Faça-me o favor, deputado Rogério Correia! Eu estava aqui, votei a matéria, o deputado Wander Borges também estava aqui e a votou. V. Exa. não estava nesse mandato porque havia saído para ser deputado federal e não conseguiu a reeleição. Vários deputados do PT e do PMDB, como a Elisa Costa, estavam aqui. Peguei o encaminhamento que ela fez.

Mostrarei a V. Exa. o encaminhamento da deputada Elisa Costa, hoje prefeita de Valadares. A lei, deputado Rogério Correia, diferentemente do que V. Exa. afirma, vem para amparar. Nesse lapso temporal de 2007 até agora, ela permitiu que 30 mil servidores pudessem se aposentar, deputado Léo Portela. Por quê? Porque não foram colocados na rua. Deputado Rogério Correia, V. Exa. é do Partido dos Trabalhadores. V. Exa. se lembra de quando ainda tinha cabelo preto, quando começou a militância em 1977, na antessala do Salão Vermelho? Onde está a ideologia da defesa do trabalhador? Onde ela ficou? Vamos colocar 60 mil pessoas na rua? Hoje, V. Exa. tem uma responsabilidade enorme, V. Exa. é presidente da comissão especial e relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 3; V. Exa. é professor de matemática; V. Exa. é do Partido dos Trabalhadores, que, em síntese, foi criado para defender o trabalhador. Então, deputado Rogério Correia, V. Exa. teria de ser o primeiro a dar parecer favorável à PEC e não simplesmente dizer que ela é para inglês ver, que é um engodo. V. Exa. deveria dar parecer favorável, porque é do Partido dos Trabalhadores.

Parece que, no Sind-UTE, trabalhador da educação concursado merece todo respeito e defesa; mas O designado vai para a lata de lixo, deputado Wander Borges. Isso é cruel. Na Justiça do Trabalho, trabalhador é trabalhador, porque tem horas de serviço, tempo de serviço. Não podemos tratar o assunto dessa forma. V. Exa. entenderá que, do ponto de vista político e da discussão jurídica... Faça esse debate com V. Exa., que deveria dar parecer favorável à matéria. Concedo-lhe aparte, deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - O STF já julgou essa causa. Não sou eu, e sim o Supremo Tribunal Federal. Diferentemente do que V. Exa. fala mil vezes - e não direi com isso que é fascista -, não digo que a culpa é do relator, porque o resultado foi de 11 a 0 no STF. Todos os ministros do Supremo disseram que a medida é inconstitucional.

É óbvio que dirão também que uma PEC que tem os mesmos termos será inconstitucional. É isso que tenho dito. Não posso prometer para as professoras que elas serão salvas por algo inconstitucional. Ao final, o Supremo dirá que não se poderá salvá-las dessa forma. Não é porque não quero.

Quanto à militância histórica, o Sind-UTE, desde que nasceu, em 1979, defende concurso público. Não sei por que V. Exa. tem tanto arripio de concurso público. Como advogado pergunto a V. Exa. se acha mesmo que o Supremo dará constitucionalidade à PEC nº 3, do jeito como vocês a fizeram, deputado Rodrigues? Responda-me como advogado. Cuidado, porque advogado responde pelo seu diploma. Tudo bem responder como político, pois aí V. Exa. pode dizer: "Olha, o que vale mais é o emprego". Isso é verdade, também acho isso. Mas, no final das contas, o Supremo deverá dizer isso. Aliás, vai dizer agora, daqui a pouco, vamos esperar.

Combino com V. Exa. o seguinte: se daqui a pouco o Supremo revir sua posição dizendo que existe constitucionalidade, não haverá problema. Mas por que vou jogar uma folha de bananeira para quem está afogando se segurar e achar que vai se salvar? Por isso digo que é a PEC da demagogia. Tanto é que V. Exa. nunca teve coragem de dizer aos trabalhadores do sistema prisional que iria efetivá-los sem concurso público. V. Exa. propôs o mesmo que eu propus para os professores da Lei nº 100: que eles tenham um tempo maior como designados e contratados no serviço público, para aproveitá-los e não terem de ser demitidos. Foi exatamente isso que propus aos professores. V. Exa. não fez demagogia com os trabalhadores do sistema penitenciário, mas agora está pegando carona na demagogia do PSDB. Deixa de ser tucano, deputado Sargento Rodrigues!

O deputado Sargento Rodrigues - Deputado Rogério Correia, pode aguardar que vou responder-lhe com a maior satisfação. Já travamos bons debates nesta Casa. V. Exa. é companheiro de longa data e, graças a Deus, não se mistura com aquelas coisas que têm lá em Brasília e que são do seu partido. V. Exa. é um deputado honrado e sério, por isso o respeito. Se fosse da mesma, eu diria, estirpe de algumas figuras lá do Planalto Central, com certeza não teria coragem de debater com V. Exa.

Primeiramente, V. Exa. disse que foi 11 a 0. Não podemos esquecer que o ministro relator foi advogado do PT. Ele foi encomendado. O ministro Dias Toffoli era advogado do PT. Portanto, ele sabia o que estava fazendo em relação ao ex-governador Aécio Neves, nas vésperas da disputa eleitoral. Aqui não tem nenhum inocente. Não existe inocente aqui. Isso foi muito bem arquitetado, deputado Wander Borges, lá em cima, para que caísse exatamente no Dias Toffoli. Olha que coincidência. Por que lá em São Paulo ninguém arguiu a inconstitucionalidade? Porque talvez lá não tivesse um deputado do PMDB, cujo irmão fosse procurador federal, que acionasse em Brasília um procurador federal. Mas aqui tem deputado do PMDB, cujo irmão é procurador federal e fez a ponte lá em Brasília. Em São Paulo não houve nenhum questionamento; portanto, a lei continua do mesmo jeito.

O que está em jogo, deputado Rogério Correia... Talvez essa linguagem V. Exa. entenda. V. Exa. disse que é relator e não fará demagogia. Deputado Rogério Correia, proponha em seu parecer essa renovação até a realização e preenchimento das vagas por concurso público, para salvaguardar os professores. Proponha isso lá no parecer da PEC nº 3. Pode propor. Quero vê-lo propor. Aí vou dizer para todo o mundo que realmente o deputado Rogério Correia está retornando às suas origens.



- O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Como designados.
- O deputado Sargento Rodrigues - Como designados, porque é o que V. Exa. entende.
- O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Como designados, não como efetivos.
- O deputado Sargento Rodrigues - Perfeitamente. V. Exa. é relator.
- O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Foi o que eu fiz em uma emenda.
- O deputado Sargento Rodrigues - Não, naquela ali não. Naquela, não.
- O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Até o fim do ano, porque só podem ficar até o final do ano.
- O deputado Sargento Rodrigues - Eles precisam de muito mais que isso.
- O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Podemos discutir, mas isso não quer dizer que vou efetivá-los.
- O deputado Sargento Rodrigues - Aí vou entender que V. Exa. não se esqueceu de suas origens.
- O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Tudo bem.
- O deputado Sargento Rodrigues - Aí é uma proposta. Eu posso, inclusive, como humilde advogado, assessorar V. Exa. Posso também buscar nossa assessoria e falar: "Olha, o deputado Rogério Correia vai propor um parecer nesses termos do 4.170".
- O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Como V. Exa. propôs aos agentes penitenciários?
- O deputado Sargento Rodrigues - Aí vou voltar a esta tribuna...
- O deputado Rogério Correia (em aparte)* - E eu disse que concordava com V. Exa.
- O deputado Sargento Rodrigues - Perfeitamente. Vou voltar a esta tribuna e vou dizer: o deputado Rogério Correia lembrou suas origens, lembrou quando ele era grevista, quando ele era sindicalista do Sind-UTE, quando ele defendia trabalhador. Porque trabalhador, deputado Rogério Correia, diferentemente de V. Exa., que fez uma afirmação - arrepio em concurso público... Vou dizer a V. Exa.: sou servidor concursado. Sabe por que, deputado Rogério Correia? Nunca tive padrinho. Minha mãe ficou viúva com sete filhos, em 1968. Seis irmãos, deputado Wander Borges; minha mãe criou todos sem condição financeira que lhe permitisse fazer algo melhor para os filhos. Falo isso com orgulho, deputado Wander Borges, meus olhos brilham quando falo da minha mãe, da sua grandeza, da sua inteligência e coragem. Fiz concurso público, portanto sou defensor de concurso público.
- Deputado Rogério Correia, já que V. Exa. duvida da minha capacidade, da minha humilde hermenêutica, vou trazer a V. Exa. o entendimento que esse ministro, advogado do PT, poderia ter tido. Já disse isso aqui e vou repetir a V. Exa.: Minas Gerais, deputado Hely Tarquínio, tinha 722 municípios. Os estados membros, as assembleias, deputado Wander Borges, começaram a autorizar a criação de outros municípios com leis estaduais. Se V. Exa. quiser, pegue a Constituição da República, no art. 18, § 4º, e V. Exa. entenderá o que estou falando. Criaram-se municípios, saímos de 722 para 853. Mas alguém arguiu a inconstitucionalidade das leis estaduais, deputado Hely Tarquínio. Na região de Passos, alguns distritos foram também emancipados e transformados em municípios. Criaram-se municípios, câmaras municipais, deputado Wander Borges, cartórios de nascimento, de casamento... Estou concluindo, presidente.
- Criaram-se câmaras, prefeituras, votaram-se leis municipais. Contratos de compra e venda de veículos, de imóveis foram registrados nesses municípios. A lei bateu lá em cima, e perguntaram: "E agora, vamos acabar com esses cento e tantos municípios de Minas Gerais e fazer com que voltem a ser distritos? Como ficarão os nascimentos, os casamentos, os óbitos registrados nesses municípios?" Qualquer cidadão entenderá, é o paralelismo que fazemos com a Lei Complementar nº 100. Os ministros do STF entenderam sabe o quê, deputado Wander Borges? Apoiaram o relator da matéria: "Vamos fazer isso voltar para a estaca zero? E a bagunça que ficará?" Uma pessoa nasceu no município, mas ele virou distrito de novo. Que rolo é esse? Isso não poderia ser, não é, deputado Wander Borges? Aplicou-se o que um ilustre professor de matemática não conhece - ele conhece muito de exatas -, aplicou-se o que chamamos no instituto do direito de efeito-modulação: daqui para frente não pode mais, até aqui permanece. Essa deveria ter sido a decisão do ministro Dias Toffoli, advogado do PT. Era essa decisão que deveria ter sido tomada, para não prejudicar os 70 mil trabalhadores da educação. Terça-feira, quando eles estiveram aqui, conversei com uma senhora que estava chorando. Ela tem 25 anos de contrato como designada à educação, deputado Hely Tarquínio. E aí? Vamos colocá-la na rua? Existe uma coisa que aprendi aqui com Paulo Neves de Carvalho, ilustre e grande professor constitucionalista: o texto frio da lei não pode se sobrepor à questão humana. Portanto, aplica-se ou se aplicaria o efeito-modulação, e se resguardariam os 98 mil trabalhadores. Trabalhador é trabalhador. Não importa se ele é designado ou concursado, o Estado tem de encontrar uma forma de amparar.
- Espero que o deputado Rogério Correia, meu ilustre colega, com quem tenho travado inúmeros debates, entenda isso; que ele volte às origens, que dê um parecer favorável à PEC nº 3, nos termos do 4.170. V. Exa. estará salvando milhares e milhares de trabalhadores.
- Mas se V. Exa. ficar nessa tese, sentado em cima da PEC, vai prejudicar milhares e milhares de trabalhadores do nosso estado. Portanto, faço o desafio: volte às origens como sindicalista, como defensor do trabalhador. Para que V. Exa. entenda que não cabe em mim a carapuça de fascista, deputado Rogério Correia, sou oriundo de greve, de trabalhador da segurança pública. Eu não tenho meio termo. Aconteceu no governo do Eduardo Azeredo, porque tratou mal os policiais. Eu não tenho duas caras, minhas posições são claras. Sou deputado porque cheguei aqui através de greve, defendendo trabalhador, e continuo com a mesma bandeira, independentemente de qual seja o governo.
- Aguardo V. Exa. e vou lá ser seu humilde assessor no parecer da PEC nº 3.
- * - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 6/4/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Maria Cláudia Peixoto Almeida Paula do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 4 horas;
nomeando Maria Cláudia Peixoto Almeida Paula para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gustavo Valadares

exonerando José Adilson de Carvalho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando Rodrigo de Oliveira Passos do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;
exonerando Vanusa dos Santos Craveiro do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;
nomeando Ildeu de Fátima Coelho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
nomeando Jose Adilson de Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Maria do Carmo Silva Cunha Pimenta para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Rodrigo de Oliveira Passos para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;
nomeando Vanusa dos Santos Craveiro para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Inácio Franco

exonerando Antônio Moreira Guimarães do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando José Bueno Ferreira do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;
exonerando Juan Pablo Figueiredo Silva do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 4 horas;
exonerando Maria Aparecida de Melo Correa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
exonerando Maria José Ramos Vaz do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Ana Verônica dos Santos para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
nomeando Délio Alves Ferreira para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
nomeando Marcelo Marilúcio dos Santos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;
nomeando Tamires Pereira Duarte para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Wilson Antonio dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

exonerando Maria Madalena de Queiroz Braga do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Mariza de Souza Abreu para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Vítor Xavier

exonerando Michel Angelo Batista do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;
nomeando Mateus Henrique Ferreira Lopes para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;
nomeando Michel Angelo Batista para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tito Torres

exonerando Alice Ferraz de Almeida do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;
exonerando Helenice Diniz Abdala Magalhães do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
nomeando Helenice Diniz Abdala Magalhães para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
nomeando Walmir Rocha Lopes para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e 5.305, de 22/6/2007, da Lei nº 9.384, de 18/12/1986, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou os seguintes atos:

nomeando Ana Carolina Mendes Liandro para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;
nomeando Gláucia Meirelles Santos para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;
nomeando Jäder Cordoval de Barros para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;
nomeando Janaína Bandeira de Oliveira Silva Neto para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Ana Carolina Mendes Liandro do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;
exonerando Gláucia Meirelles Santos do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;



exonerando Jáder Cordoval de Barros do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

exonerando Janaína Bandeira de Oliveira Silva Neto do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

exonerando Sara de Jesus Pereira Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Maria Goretti de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 63, II, c/c o art. 55, do Regimento Interno, a presidência convoca o Sr. Neivaldo de Lima Virgílio, quinto suplente da coligação Minas para Todos, composta pelo Partido dos Trabalhadores - PT -, pelo Partido Republicano da Ordem Social - Pros -, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB - e pelo Partido Republicano Brasileiro - PRB -, para tomar posse como deputado estadual, a partir do dia 8 de abril de 2015, na vaga decorrente do afastamento do Deputado Carlos Henrique para assumir o cargo de Secretário de Estado de Esportes e da Juventude.

Palácio da Inconfidência, 7 de abril de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 21/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Colefar Ltda. Objeto: prestação de serviços de coleta, transporte, incineração e destinação final de resíduos de serviços de saúde. Objeto do aditamento: primeira prorrogação contratual, com reajuste de preço e alteração de redação de cláusulas. Vigência: 12 meses, com termo inicial em 22/5/2015 e final em 21/5/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.